



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI  
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO SEMIÁRIDO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL SUSTENTÁVEL (PRODER)

**PERCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DAS MUTAÇÕES  
ESPACIAIS E PAISAGÍSTICAS DO BAIRRO JOÃO CABRAL NA  
CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-CE**

Ângela Kerley Pereira Lima

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Marcelo Eduardo Leite

Dissertação de Mestrado

JUAZEIRO DO NORTE  
2014

ÂNGELA KERLEY PEREIRA LIMA

**PERCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DAS MUTAÇÕES  
ESPACIAIS E PAISAGÍSTICAS DO BAIRRO JOÃO CABRAL NA  
CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-CE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de Concentração: Interdisciplinar. Orientador: Prof.º. Dr.º. Marcelo Eduardo Leite.

JUAZEIRO DO NORTE  
2014

Catálogo na fonte  
Bibliotecário

L732p Lima, Ângela Kerley Pereira  
Percepções de sustentabilidade a partir das mutações espaciais e paisagísticas do bairro João Cabral na cidade de Juazeiro do Norte-CE / Ângela Kerley Pereira Lima. – Juazeiro do Norte: O Autor, 2015.  
174 f.: il., fig.

Orientador: Marcelo Eduardo Leite  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri. Centro de pesquisa e pós-graduação do semiárido. Programa de pós-graduação em desenvolvimento regional sustentável, 2015.

Inclui referências, anexo e apêndice.

I. Leite, Marcelo Eduardo(Orientador). II. Título.

ÂNGELA KERLEY PEREIRA LIMA

**PERCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DAS MUTAÇÕES  
ESPACIAIS E PAISAGÍSTICAS DO BAIRRO JOÃO CABRAL NA  
CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-CE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de Concentração: Interdisciplinar. Orientador: Prof. Dr. Marcelo Eduardo Leite.

Aprovada \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

---

***Dedico,***

*Às mulheres do vento forte: Severina Maria, cabocla saudosa; Judite Maria, um pilar em meus dias; e Raelly Kerley, minha semente.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua Graça e companhia; esta, muitas vezes senti e outras, não, mas simplesmente escolhi acreditar e isto me foi suficiente.

Em especial, a minha família, pais, filha, irmão, cunhada e sobrinhos, porque todo amor, cuidado, acolhimento, aconselhamento e renúncias fortaleceram a minha caminhada. Particularmente, a Raelly Kerley, filha amada, pelo fato de sua existência impulsionar-me à vida e, enfim, minha, Judite Maria Lima, por sua amizade, amor incondicional e cumplicidade somados às orações de proteção que nunca cessam. Não só a codificação genética do meu corpo, sobretudo, a minha espiritualidade e alma faz-me ser pertencida a eles.

Aos moradores do bairro João Cabral, Mestre Nena, Zé Nilton, Dona Gorete e Francisco José, pela hospitalidade, disponibilidade, paciência, sobretudo, a singeleza em compartilhar suas histórias, suas vidas e seu lugar; sem eles esta pesquisa não teria sentido.

Ao Professor Marcelo Eduardo Leite, que de pronto, aceitou orientar-me, sendo atento, crítico e presente.

Aos professores membros da banca examinadora, Dr<sup>a</sup> Laudeci Martins, Dr<sup>o</sup> Josier Ferreira Silva e Dr<sup>o</sup> Luíz Manuel Lopes, dando-me a honra de vossas participações contribuindo e partilhando seus saberes.

Aos colegas da turma 2012 do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável (UFCA), dos quais tivemos a oportunidade de cruzar os caminhos, os saberes, as experiências e as diferenças, pois como haver encanto e riqueza na complexidade sem tudo isto? Agregando àqueles, Diego Coelho e Mano Granjeiro, da turma anterior, que nos poucos encontros de palavras e escutas compartilhamos preciosas trocas de conhecimento. Em particular, a Marcos Alan, companheiro, atencioso, compreensivo e co-participante dos meus diálogos geográficos; Rebecca Silva, pacífica, cuidadora e amorosa; Karla Lôbo, presença constante e carinhosa; Danyelle Queiros, meiga, acolhedora e espirituosa; Ricardo Spínola, atencioso e sempre gentil e Jaqueline Gonçalves, sensível e solícita. Amigos que compartilhei os bons e não tão bons momentos neste caminho.

A Samara Maciel, Helenilda Silva e Claudia Barbosa, amigas-irmãs sempre pacientes e prontas a ouvir-me, aconselhar-me e enxugar as minhas lágrimas em momentos tão difíceis.

Institucionalmente, a CAPES pelo apoio financeiro à pesquisa, e ao PRODOR por ser regional e abrir oportunidades interdisciplinares.

*“Entendi o lugar quando o olhei com os olhos da alma”*

*(Ângela Lima)*

## RESUMO

Esta dissertação aborda a percepção dos moradores do bairro João Cabral acerca das transformações espaciais e paisagísticas ocorridas nesta periferia e como elas dialogam com o paradigma da sustentabilidade. O João Cabral localiza-se na região cearense, município de Juazeiro do Norte. É parte da periferia pobre deste município, fruto da transição rural para o urbano; é um dos bairros mais antigos. Ele é o quinto mais populoso; com uma área de 114,47 km<sup>2</sup>, população 17.851ha e densidade demográfica de 264,32 hab/ha. Sua forma de organização espacial iniciou das práticas habitacionais da autoconstrução desordenada e ausência de planejamento, mas que resultou no modo de sobrevivência urbana dos moradores. Para compreendermos a rede de fatores que transformaram o espaço e produziram a paisagem do bairro, traçamos os seguintes objetivos: apresentar a sustentabilidade como proposta para o diálogo de saberes e condução para o saber local do bairro João Cabral; discutir as bases conceituais de espaço e paisagem a fim de conduzir à compreensão de suas mutações no bairro e como elas dialogam com a sustentabilidade; ilustrar a pobreza como base interpretativa à condição de vulnerabilidade social e espacial do bairro e analisar o perfil socioambiental, econômico e cultural do João Cabral identificando a sustentabilidade a partir da percepção dos moradores. Optamos por métodos que nos dessem suporte para chegarmos a estes objetivos como o Estudo de Caso e Uso da fotografia, com seis meses de duração de pesquisa de campo fazendo observações diretas, levantamento de dados, produção fotográfica, entrevista conversação informal e foto entrevista. A peça principal da pesquisa foram os moradores do bairro João Cabral. As conclusões mostraram os arranjos espaciais vistos na paisagem cultural do bairro como elementos dialogizantes com as dimensões da sustentabilidade (social, ambiental, cultural, econômico e político-institucional), no entanto, a dimensão político institucional prevaleceu no centro discursivo dos moradores, deixando-nos claro que a paisagem atual do João Cabral, vista como favela, é desvelada pela ausência e omissão do Estado, assim como, pela neutralidade de alguns moradores enquanto, gestão participativa no bairro.

**Palavras-chave:** Percepções. Sustentabilidade. João Cabral.



## ABSTRACT

This dissertation addresses to the perception of residents in the neighborhood of João Cabral about the spatial and landscape changes occurring in this periphery and how they dialogue with the paradigm of sustainability. Joao Cabral is located in the state of Ceará , Juazeiro do Norte city. It is part of this city's poor outskirts, the transition from rural to urban is the result of one of the oldest neighborhoods. It is the fifth most populous; with an area of 114.47 km<sup>2</sup>, 17.851ha population and population density of 264.32 inhabitants / ha. João Cabral's form of spatial organization initiated from self-construction and lack of planning for the house building, but that resulted in the urban residents' survival mode. To understand the web of factors that have transformed the space and produced the landscape of the neighborhood, we draw the following objectives: to present sustainability as a suggestion for the knowledge and conduct dialogue to local knowledge of João Cabral neighborhood; discuss the conceptual bases of space and landscape in order to lead to an understanding of its mutations in the neighborhood and how they dialogue with sustainability; illustrate poverty as interpretative based social and spatial vulnerability conditions in the district and analyze the environmental, economic and cultural profile of João Cabral identifying sustainability from the residents' perception. We opted for methods that would give us support to reach these goals as the Case Study and Photo Use, with six months of field research time doing direct observation, data collection, photographic production, informal conversation interview and photo interview. The main part of the research were the inhabitants of João Cabral. The findings showed the spatial arrangements seen in the cultural landscape of the neighborhood as elements in relation with dimensions of sustainability (social, environmental, cultural, economic and political-institutional), however, the institutional political dimension prevailed in the speech center of residents leaving us clear that the current landscape of João Cabral, seen as favela, is unveiled by the state's absence and failure; as well as the neutrality of some residents while participatory management in the neighborhood.

**Keywords:** Perceptions. Sustainability. João Cabral.

## LISTA DE SIGLAS

<b>BPM</b>	Batalhão da Polícia Militar
<b>CC</b>	Praça Maria Socorro Cruz
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada
<b>IPECE</b>	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
<b>IPH</b>	Índice da Pobreza Humana
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>PBF</b>	Programa Bolsa Família
<b>PBSM</b>	Programa Brasil Sem Miséria
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PRONATEC</b>	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
<b>RMC</b>	Região Metropolitana do Cariri
<b>SESC</b>	Serviço Social do Comércio
<b>SOCIL</b>	Sociedade de Comércio e Imóveis
<b>UFCA</b>	Universidade Federal do Cariri

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b>	Projeção Geográfica do Município de Juazeiro do Norte- CE.....	35
<b>Figura 02</b>	Representação espacial do Bairro João Cabral na área territorial do município de Juazeiro do Norte-CE.....	50
<b>Figura 03</b>	Delimitação Cartográfica do Bairro João Cabral com linha diagonal da área Chesf.....	52
<b>Figura 04</b>	Conflitos e interconexões entre as dimensões, ambiental, econômica e social, para o desenvolvimento sustentável.....	87

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Foto 01</b>	Avenida Nossa Senhora Aparecida.....	126
<b>Foto 02</b>	Rua Odílio Figueiredo .....	128
<b>Foto 03</b>	Ocupação irregular na área da subestação Chesf.....	132
<b>Foto 04</b>	Rua Pio Norões .....	135
<b>Foto 05</b>	Igreja Nossa Senhora Aparecida .....	137
<b>Foto 06</b>	Praça CC .....	139
<b>Foto 07</b>	A Feira da Troca .....	143
<b>Foto 08</b>	Área de vulnerabilidade ambiental – Acúmulo de lixo em terreno baldio e esgoto aberto no cruzamento da Rua José Lopes de Oliveira com Rua Senhor do Bonfim .....	145

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b>	Perspectivas do século XIX e XX.....	77
<b>Quadro 02</b>	Paradigma cartesiano (crescimento econômico) versus paradigma da sustentabilidade (desenvolvimento).....	81

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 CAMINHOS DA PESQUISA.....</b>	<b>21</b>
2.1 Caminhos Metodológicos.....	28
2.2 Campos da Pesquisa.....	34
2.2.1 Juazeiro do Norte-CE: o espaço macro da pesquisa.....	35
2.2.2 Bairro João Cabral: chão e história .....	45
2.2.2.1 O contexto sócio espacial e cultural do bairro João Cabral.....	50
2.2.2.2 Feira da Troca: um nicho econômico influenciável .....	58
2.2.2.3. Os desconfortos ambientais.....	61
3.1 A ruptura com a natureza: o princípio de tudo .....	64
3.2 A tessitura do conceito .....	74
3.3. Os desdobramentos de um caminho: sustentabilidade para o desenvolvimento .....	83
3.4 A interconectividade dos saberes .....	89
<b>4 O ESPAÇO, A PAISAGEM E A POBREZA: PONTOS DISCURSIVOS PARA O BAIRRO JOÃO CABRAL.....</b>	<b>95</b>
4.1 Espaço vivido: um mediador de memórias e diálogos de saberes.....	96
4.2 A paisagem do espaço vivido: materialidade percebida .....	101
4.3 A pobreza: quadro social de insustentabilidade ou apenas uma impressão na paisagem local? .....	109
4.4 O bairro João visto como uma favela.....	116
<b>5 O BAIRRO JOÃO CABRAL, SUA GENTE E SUAS MEMÓRIAS: PERCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DAS MUTAÇÕES ESPACIAIS E PAISAGÍSTICAS .....</b>	<b>123</b>
5.1 Impressões das memórias narradas pelos moradores: a paisagem representada nas fotografias.....	123
5.1.1 A Grota: um buraco, uma passagem, uma história.....	125
5.1.2 A ladeira .....	128
5.1.3 Favelinha da Alta Tensão .....	132
5.1.4 Descontinuidade pública .....	135
5.1.5 O sagrado .....	136
5.1.6 A praça: espaço de socialização .....	138
5.1.7 A Feira de Rua .....	142
5.1.8 Lixo, esgoto e fedentina .....	145
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>155</b>
<b>ANEXO.. .....</b>	<b>166</b>

## INTRODUÇÃO

As percepções de sustentabilidade<sup>1</sup>, a partir das mutações espaciais e paisagísticas do bairro João Cabral na cidade de Juazeiro do Norte-Ce, são indissociáveis da urbanização promovida pelo capitalismo. O bairro é uma célula da cidade e enquanto objeto material do espaço geográfico no global é marcado pelo processo de urbanização desordenado. Pode ser percebido na maneira como as cidades foram sendo produzidas e reproduzidas celeremente.

Um dos fatores deste processo são o surgimento e crescimento de bairros por fenômenos migratórios, implantação de indústria, religiosidade, educação e empreendimentos governamentais. Juazeiro do Norte, Ceará, Nordeste brasileiro, em particular, possui características culturais, sociais e econômicas peculiares das quais produziram seu espaço urbano com ineficiência ou ausência de planejamento, levando-o a parâmetros de crescimento econômico e materialidade densa espacial.

Juazeiro do Norte surgiu do contexto agrário e é fruto da dissociação territorial do município do Crato-Ce, com base econômica agrária dentro do bioma caatinga e fenômeno de seca. Nesta teia de aspectos físicos geográficos e socioculturais, a religiosidade foi um marco no processo de urbanização. Os indicativos demográficos, econômicos, políticos e culturais foram sendo semeados pela conexão, principalmente, de migrantes nordestinos fugindo da fome em busca de trabalho e alento espiritual. Dois fatores macros atraíram ao Juazeiro do Norte, a liderança do Padre Cícero Romão Batista, “Padim Ciço” como foi chamado por seus devotos, cujo lema pregado era: trabalho e fé, o outro, trata-se dos mananciais de água na Chapada do Araripe formação geofísica localizada nos municípios próximos: Crato e Barbalha.

O bairro João Cabral, mesmo o IBGE tecnicamente não o considerando como favela<sup>2</sup>,

---

1 Sustentabilidade é a harmonia entre todos os aspectos da relação sociedade e meio ambiente, como, o econômico, o cultural, o social, o político-institucional, o espacial e o ambiental. A sociedade, simultaneamente, interagindo com a natureza e dando prioridade a sua preservação. A sustentabilidade é construída a partir do saber científico e do saber local. O termo passou a ser incorporado a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano *United Nations Conference on the Human Environment - UNCHE*, realizada na Suécia, na cidade de Estocolmo em 1972. (*United Nations Conference on the Human Environment - UNCED*. **Meio Ambiente Humano**. 2002. Disponível em: <[https://www.un.org/jsummit/html/basic\\_info/unced.html](https://www.un.org/jsummit/html/basic_info/unced.html)>. Acesso em 05 mai. 2014.

2 Favela é uma planta encontrada em Canudos, região da Bahia. Quando os soldados combatentes da Guerra de Canudos chegam ao Rio de Janeiro e passam a morar no morro da providência atribuíram o nome de favela ao local por haver semelhanças na estrutura das habitações, (VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005). Hoje este conceito relaciona-se com lugar com precariedades sociais, econômicas e espaciais.

principalmente, a comunidade que não o habita, a partir de um olhar externo ao local, considera-o com esta identidade espacial.

Teoricamente, uma favela é um recorte geográfico com ausência e ineficiência de serviços públicos, ocupações irregulares, sem infraestruturas, com moradores em vulnerabilidades socioeconômicas bem relevantes. Violência e alguns crimes, como homicídio e roubos presentes no cotidiano.

Podemos resumir o termo favela em um ambiente com “a falta de” toda condição socioespacial que garanta qualidade de vida a seus moradores, ao mesmo tempo em que consideramos a classificação de Davis (2006, p. 41) quando nos diz que favela é “todo tipo de abrigo precário: cortiços, hospedarias, invasões, loteamentos clandestinos, campos de refugiados e até ‘moradores de rua’ ”, ou seja, dialogando com esta definição, todo lugar de moradia dos pobres. Associações conceituais como: favela-pobre, periférica-pobre, pobre-marginal são reflexos da condição social com a localização geográfica do qual os pobres habitam. Geograficamente, favela pode ser uma interpretação cultural.

Mas, o que levou o bairro João Cabral a ser considerado como favela? Esta foi a primeira inquietação que nos impulsionou à pesquisa. Neste momento, como pesquisadora, a Geografia enquanto ciência apresentou-se como a rosa dos ventos que me ajudaria a compreender os fenômenos de transformação e significados do bairro que convivi próximo por cinco anos.

Ao chegar a Juazeiro do Norte, entre os períodos de 1996 a 2004, residi no bairro Romeirão, limítrofe com o bairro João Cabral. Apenas uma rua dividia os dois bairros e sentia a resistência dos moradores em frequentar o João Cabral. Os noticiários jornalísticos e comentários da comunidade referente às mortes e tráfico de drogas eram frequentes. De certa forma, havia certo receio para o contato direto com este espaço. No período de graduação, no ano de 2004, as leituras de Geografia Urbana e Cultural foram dando significado a conceitos de cidade, urbano, periferia, favela, paisagem urbana, segregação socioespacial entre tantos outros. Assim, as bases teóricas da Geografia Urbana e Cultural foram atraindo-me a objetos geográficos neste recorte científico.

Ao escolher o bairro João Cabral como objeto de estudo, percebi que a materialidade do seu espaço era o primeiro atrativo da observação direta, porém, a concentricidade da paisagem atravessava os aspectos das formas, sobretudo, envolvia sua gente, sua história e seu chão. A trama entre estes quatro fenômenos me levou a remontar a paisagem do bairro sob a ótica da sustentabilidade. Uma paisagem tida como favela, com indicativos de insustentabilidade e uma contradição, o bairro mais representativo da cultura de tradição em



Juazeiro do Norte e Estado. Para isso, não bastava compreender como e por que ser chamado de favela interferia na identidade dos moradores. Seria necessário compreender o seu espaço, o cotidiano dos moradores e, sobretudo, como eles percebiam o seu lugar.

Os moradores foram a chave principal da montagem científica do bairro João Cabral, pois, decifrar uma paisagem só é possível no dizer de Angileli (2007) quando reconhecemos a todos que a toca. São os sujeitos que percorrem, vivem, se reconhecem ou se estranham em seus lugares, detém o conhecimento de quem produzia a paisagem e que deve ser valorizado. Um conhecimento da realidade que é presente no espaço vivido. Um mundo real que não está petrificado, pelo contrário, tem a espacialidade que o movimenta.

Esses entendimentos nos levam a interatividade do homem com a paisagem proposta por Machado (1988, p.3) afirmando que o enfoque científico tradicional não resolve os problemas mais importantes humanos, pois os problemas “resultam de uma atividade perceptiva das pessoas, em relação às condições ambientais criadas por e para elas”. A partir do ponto em que as pessoas produzem seu próprio espaço criando condições de sobrevivência, vão reproduzindo um ambiente repleto de significados diante da dinâmica espacial, muitas vezes insalubres a sua segurança e atribuídas às formas de gestão do Estado e da comunidade.

As experiências vividas pelos moradores, no cotidiano do bairro João Cabral, são saberes locais que se associam ao banco de memória existente em cada morador como um patrimônio cultural, capaz de diagnosticar as dimensões da sustentabilidade sejam elas cultural, social, econômica, política-institucional e ambiental, pois a sustentabilidade nos meandros da cultura abre caminhos para construção de conhecimento interdisciplinar.

De acordo com Leff (2010), a sustentabilidade visa, sobretudo, o futuro, abrindo o percurso para uma nova racionalidade; as racionalidades das alternativas, da ética, da igualdade e dos diálogos de saberes. O saber local trata-se do conhecimento singular das manifestações culturais de um lugar, fato que, é desconsiderado pela ciência moderna. Já o diálogo de saberes, surge da intercomunicação entre o saber científico e o conhecimento comum, mediado, sobretudo, pela interdisciplinaridade; propostas que fortalecem a sustentabilidade à crise ambiental e elas fazem emergir como uma construção de conhecimento emergente (SANTOS, 1988; LEFF, 2001).

Diante do nosso problema nesta pesquisa, como os sujeitos moradores percebiam o seu bairro por meio do confronto com a paisagem local e qual a relação de suas percepções com a sustentabilidade? Surgiu a hipótese inicial que os índices altos de criminalidade e os

sociais baixos seriam os fatores principais que levaram o bairro João Cabral a identidade espacial de favela. Mas, o bairro estaria repleto de lugares simbólicos e provocativos que compõem o mosaico de sua paisagem; lugares com transformações espaciais, socioculturais e insustentabilidade ambiental, todos, potencializados pela ausência ou omissão do Estado no tocante aos serviços públicos básicos.

Reestruturamos, no entanto, a hipótese de que as transformações espaciais e paisagísticas no bairro João Cabral é um mosaico de contradições sociais e ambientais internas que, por sua vez, podem ser desvelas e interconectadas por e com a sustentabilidade no momento em que a imagem da realidade atual confronta a percepção dos moradores em vários momentos históricos de sua espacialidade.

Trilhamos os seguintes objetivos: a) apresentar a sustentabilidade como proposta para o diálogo de saberes e condução para o saber local do bairro João Cabral; b) discutir as bases conceituais de espaço e paisagem a fim de conduzir à compreensão de suas mutações no bairro e como elas dialogam com a sustentabilidade; c) ilustrar a pobreza como base interpretativa à condição de vulnerabilidade social e espacial do bairro; d) analisar o perfil socioambiental, econômico e cultural do João Cabral, identificando a sustentabilidade a partir da percepção dos moradores. Tratamos estes objetivos com o método Estudo de Caso e Uso da Fotografia, nos procedimentos metodológicos de referencial bibliográfico e estudo de campo. Explorando e identificando os principais atores da pesquisa, moradores ativistas sociais do bairro – nos aproximamos e estabelecemos um vínculo não formal, fazendo anotações para depois aplicarmos entrevista convencional informal acerca do processo de formação espacial do bairro. Por último, produzimos fotografias de espaços indicados nos discursos dos próprios moradores, analisamos as imagens e, por fim, selecionamos um conjunto de oito fotografias dos lugares significantes tanto do processo de transformação espacial, espaços socioculturais e ambientais, por fim, finalizamos com a aplicação da foto-entrevista.

A análise de todas as informações contou com o auxílio da observação direta, interpretação dos dados e das narrativas fotográficas, nestas últimas, cruzamos as particularidades da percepção de sustentabilidade dos moradores diante do objeto de estudo, combinando com fontes bibliográficas, estatísticas e testemunhais.

A combinação dos métodos foi base para construirmos este trabalho em três partes. A primeira, Introdução, leva o leitor a visão geral do objeto de pesquisa trabalhado.

A segunda parte organizada nos capítulos dois, três e quatro introduzem e fundamentam a discussão. Apresentamos os aspectos do bairro, sustentabilidade, pobreza e

paisagem como abordagens transversais capazes de estabelecer um diálogo com nosso objeto de estudo.

O segundo capítulo, **Os caminhos da pesquisa**, detalhando o método, o campo macro e micro do objeto de estudo da pesquisa e os procedimentos metodológicos.

O terceiro capítulo, **Sustentabilidade: um diálogo emergente**, discutimos como fator emergencial em frente não apenas à crise ambiental que é civilizatória (LEFF, 2010), em uma escala global, mas, como possibilidade de gestão pública e comunitária para o bairro João Cabral, principalmente, pela razão deste conceito promover a interconectividade entre diálogos de saberes e o saber local, essências na construção de um novo paradigma científico propondo interdisciplinaridade e inclusão, por fim, nos conduzindo a amplitude da análise dos arranjos que se conectam a pesquisa.

O quarto capítulo, **O espaço, a paisagem e a pobreza: pontos discursivos para o bairro João Cabral**, traçamos as relações entre espaço, paisagem e pobreza como bases interpretativas para compreensão dos fenômenos das mutações paisagísticas e espaciais do bairro. Uma ponte discursiva para compreensão do lugar da nossa pesquisa. A pobreza em aspectos socioeconômicos intensifica-se com os arranjos organizacionais e segregativos do capitalismo. O espaço como processo da materialização e a paisagem como elemento fenomenológico trazendo a importância da percepção enquanto elemento produtor do conhecimento e o papel dos sentidos neste processo.

A terceira parte deste trabalho dividimos no capítulo quinto e textos pós-textuais; a partir deste momento, o trabalho empírico foi o centro da pesquisa no qual aplicamos o método de Estudo de Caso combinado com o Uso da Fotografia.

O quinto capítulo, **O bairro João Cabral, sua gente e suas memórias: percepção de sustentabilidade a partir das mutações espaciais e paisagísticas**, em particular, trata-se do delineamento do nosso objeto de estudo abordando a historicidade somada a dados quantitativos e qualitativos que nos permitiu entender os arranjos espaciais, socioeconômicos, ambientais e culturais. Na última parte deste capítulo, trouxemos os relatos dos moradores escolhidos, momento em que aplicamos a foto, entrevista e analisamos a sustentabilidade nas transformações espaciais e paisagísticas do bairro a partir das percepções deles.

Em conclusão, procuramos sintetizar e extrair a essência da percepção dos moradores entrevistados revelando os seus saberes para as conectividades da sustentabilidade. Acreditamos que suas falas foram as mais importantes no diagnóstico qualitativo da pesquisa,

capaz de indicar as condições espaciais, sociais, culturais, ambientais, econômicas e, sobretudo, política-institucional do sítio simbólico destes moradores: seu bairro, seu lugar.

Apresentamos a seguir os caminhos metodológicos que nos apoiaram na pesquisa, bem como as razões para suas escolhas. Adotando-os a fim de esclarecerem e nortear os resultados que apontamos em síntese.

## 2 CAMINHOS DA PESQUISA

A intensão de revelar e desvelar o bairro João Cabral e a relação que ele estabelece com a sustentabilidade tornou-se um ponto desafiador da nossa pesquisa, pois as mutações espaciais e paisagísticas são uma construção de significados temporais nos provocando a ultrapassar a percepção da forma física da paisagem.

O mais interessante e central para nós se configurou no problema de como os sujeitos moradores percebiam o seu bairro por meio do confronto com a paisagem local e qual a relação de suas percepções com a sustentabilidade. Isso acabou levando-nos a hipótese de que as transformações espaciais e paisagísticas no bairro João Cabral é um mosaico de contradições sociais e ambientais internas que, por sua vez, podem ser desvelas e interconectadas com a sustentabilidade no momento em que a imagem da realidade atual confronta a relação dos moradores em vários momentos históricos de sua espacialidade.

Para nós, a paisagem cultural do bairro João Cabral, despertou diversas problemáticas sociais, políticas, econômicas e ambientais, de modo em que a maneira como estas questões se materializaram foram, sobretudo, reflexo da relação morador-espço.

As problemáticas puderam ser percebidas na expressão dos sentimentos e conflitos dos moradores quando foram provocados a decifrar sua própria paisagem transpondo a aparência física do lugar. Para nós não poderia ter sido de outra forma senão por meio da subjetividade dos moradores produzida pela percepção individual de cada um deles, tornando-se parte fundamental do momento empírico da pesquisa. Assim, é pontual mostrarmos o que percepção e como ela se relaciona com o espaço geográfico.

A percepção é um condutor de conhecimentos obtidos através das sensibilidades sensoras traduzida em significados particulares para cada ser vivo. Dessa forma, o ser perceptivo e o meio do qual está inserido são elementos intermediadores da percepção.

Para o biólogo Jacob Uexküll (1932), cada animal possui uma percepção individual chamado de “mundo próprio”, pois cada um percebe seu meio ambiente de maneira particulariza. Segundo Jacob, o ambiente produz conjuntos de informações cheios de sinais e significados absorvidos diferentemente conforme as capacidades sensoriais de cada animal e cada um sente e reage de modo específico, criando uma relação influenciável entre animal e meio. O meio ambiente e corpo animal trata-se de uma troca experimental. Sendo que o ambiente produz a atmosfera informacional, mas a percepção é diferenciada por cada um ou por cada grupo.

Ao usarmos estas características no ato de perceber para o contexto da produção social estamos diante do homem, um ser social, que interage com, para e por fenômenos, portanto, não só as sensações, mas, os sentimentos e as emoções têm valor diante do campo da subjetividade. A percepção torna-se potencializada no sujeito social a partir do momento em que ele se provoca ou é provocado para compreensão do seu meio, não sendo rejeitado o fato de que a percepção é um ato nato de cada ser e por isso “duas pessoas veem a mesma coisa diferente” (TUAN, 1974, p.6), fato em que acreditamos ser esta subjetividade rica em interpretação diante do nosso objeto de estudo ao contrário da contestabilidade apontado pelas abordagens dos métodos em que os agentes sociais participantes da pesquisa não devem interferir nas interpretações de análise. Porém, é relevante pontuarmos que os elementos alvo de nossas análises, o espaço e a paisagem urbanos do bairro João Cabral, são produtos geográficos de produção social, portanto, comunicativos e potenciais em mutações de formas e sentidos em um tempo célere quando os analisamos na justaposição de tempos históricos.

A percepção ganha uma dimensão complexa a partir do momento em que a analisamos como manifestação do ser humano, pois levamos em consideração que os sensores biológicos do homem interagem, mais intensamente, diante de sua capacidade de produção social. Além disso, o comportamento humano é intrinsecamente individual, portanto, subjetivo o que leva a percepção humana não ser homogênea no ato de perceber.

Os sensores como a audição, o tato, o olfato, o paladar e a visão são notáveis em representação perceptiva nos seres vivos e por isto tornam-se meios de capturação sensível informacional. O espaço geográfico é um ambiente rico em informações, cores, formas, cheiros, texturas, sons e, sobretudo, com símbolos que agregam significados espaciais no meio ambiente de referência geográfica como também de historicidade, pois o espaço na apreensão geográfica não se resume a base referencial de um habitat ou localização dos fatos históricos. Ele é um livro que contem materialidade, a paisagem, especialmente das relações sociais repleto de sentidos e estes sentidos devem ser subjetivos dando dimensão tanto micro quanto macro a percepção garantindo a riqueza das interpretações externas daquilo que se apreende ou se é provocado a apreender. Ao tratarmos do ser humano, seguimos o posto por Tuan (1974) quando se refere à percepção humana como uma externalidade de sentimentos e uma interpretação interna individual.

A percepção tornou-se elementar ao tratarmos de transformação espacial e paisagística por meio do olhar, do corpo, do espaço e do tempo do outro. Considerada, principalmente por Merleau-Ponty (2004) como elemento prioritário no confronto com um fenômeno. A fenomenologia enquanto uma corrente científica do conhecimento propõe-se, ao mesmo

tempo, ser contracorrente do mundo racionalista. Legítima a experiência do sujeito com o objeto e o lugar em que estão inseridos dando ao senso comum uma forma de conhecimento a partir da experiência do sujeito no seu espaço.

As maneiras como os seres humanos percebem o mundo ao seu redor são traduzidas nas apreensões particularizadas de cada sujeito ocorridas em seus atos experimentais entre corpo e ambiente, construindo um processo de socialização diante da materialidade do espaço – a relação corpo e ambiente trata-se, também, de produção e reprodução do espaço, no tocante à produção social, no entanto, a própria natureza contém em sua materialidade informações densas que levam a adaptações e a sensações individualizadas – estamos tratando de ângulos diferenciados na maneira de ver um mesmo objeto.

O espaço e a paisagem, na nossa abordagem de pesquisa são construções sociais fazendo-se elementos complexos e subjetivos. O espaço e a paisagem expressam e conduzem à existência da subjetividade, principalmente, quando a praticamos na apreensão destes elementos, uma abordagem essencial no tocante às interpretações dos agentes sociais participantes da pesquisa. Estes, passam a ter lugar de sujeitos espaciais donos de suas experiências vivenciais no cotidiano e com voz ativa diante dos fenômenos que se manifestam em seus espaços vividos.

Diante de qualquer fenômeno, somos provocados a compreendê-lo e ele passa a ser descrito diante da experiência de cada sujeito. Por sua vez, a tradução fenomenológica acontece mediada pela percepção. A forma de análise fenomenológica fundamenta-se em um processo cujo elemento central é o fenômeno, sendo este mediado pelo sujeito preceptor. O sujeito preceptor traduz o que vivencia e sua experiência é agregada a um espaço, uma paisagem e um tempo, todos cheios de sentimentos que lhes dão sentido.

E, diante do caminho fenomenológico destacamos uma síntese do pensamento do filósofo Merleau-Ponty (2004), do qual privilegia o espaço como fundamental nas relações dos sujeitos com o próprio espaço e outro sujeito. Levou a compreensão do espaço vivido, o espaço da experiência, da troca, da subjetividade, dos sentimentos e dos significados. Porque só se compreende o espaço, a partir da experiência que o homem social exprime nele, bem como, está experiência trará identidade espacial a este homem. A linha epistemológica de Merleau-Ponty (2004) construiu as bases à Geografia da Percepção que centraliza a experiência vivida do sujeito para compreendermos o mundo real, sendo assim, se revelando um mundo inteligível pela subjetividade.

A fenomenologia “é a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma diferença à sua gênese psicológica e às explicações causais que o

cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.01-02). Esta descrição que trata Merleau-Ponty (1999) é uma percepção construída no mundo vivido do sujeito e a relação dele no tempo e no espaço. Portanto, a teoria fenomenológica deste autor foi o pano de fundo mais representativo quando tratamos do espaço: bairro João Cabral; tempo: processo de transformação espacial e paisagística; corpo: morador e elemento mediador: imagens da paisagem.

Para Merleau-Ponty (2004, p.2) o mundo que a percepção nos revela parece-nos o que é de melhor para conhecermos, “contudo, isso não passa de uma falsa aparência”. Esta afirmação de Ponty trata-se de uma afirmação com medida provocativa para sairmos da inércia da superficialidade e irmos além da aparência, pois, a percepção é uma condutora para descobrimentos mais profundos, e que sem ela não somos despertados para o mundo real. O problema do sujeito preceptor é ser mecanizado a permanecer em uma “postura prática e utilitária” (*ibidem*, 2004), fato que desconsidera as análises mais profunda. Por isso, que Merleau-Ponty (2004) traz a inteligência científica como o elemento a nos fazer superar o que a priori se mostra no nosso mundo, ao mesmo tempo em que nos leva a enxergar o mundo real, assim, é nossa inteligência que nos faz ver além da aparência.

Para Merleau-Ponty (2004) explorar o mundo percebido é o mesmo que explorar o espaço, pois as coisas são sociáveis ao espaço. Já para a ciência clássica, diz o ator: “O espaço é o meio homogêneo onde as coisas estão distribuídas segundo três dimensões e onde elas conservam sua identidade, a despeito de todas as mudanças de lugar” (p.10), assim, não é o espaço que muda, mas sim as formas, os conteúdos e a geometria espacial. “[...] são as condições físicas de temperatura que variam aqui e ali, o domínio da geometria, permanece rigorosamente distinto do domínio da física, a forma e o conteúdo do mundo não se mesclam [...]” (*ibidem*). Tal construção de raciocínio ramificou-se da Teoria geométrica Euclidiana<sup>3</sup>.

Mas, será que o espaço pode ser interpretado como espaço absoluto ou um palco fixo das coisas? Na defesa científica da ciência clássica sim, pois, perspectivas de formas, de conteúdos e de geometrias dão variadas perspectivas espaciais. Esses três elementos mudam, mas, o espaço continua intacto, e, o espaço, compreende-se na interposição destes elementos. Em nossa análise de pesquisa quando problematizamos a produção social do espaço estes elementos são produzidos e reproduzidos na dinâmica cultural como mostraremos na

---

3 A Geometria Plana ou Euclidiana criada no século III a.C pelo matemático Euclides é representações de pontos infinitos em ambas as direções e que por meio destes se criam as ideias de retas e de planos, portanto, um conjunto de formas geométricas: quadrado, triângulo, círculo, trapézio, retângulo, losangos e outros. Disponível em: <<http://www.algosobre.com.br/matematica/geometria-plana.html>>. Acesso em 25, mai. 2014. Portanto, cria-se a percepção de espaço geometrizado e fragmentado.



materialidade espacial e paisagística do bairro João Cabral.

A perspectiva da geometrização como a abordagem totalizante dos elementos físicos naturais, sempre estiveram presentes nas discussões de análise científica do espaço geográfico provocando uma celeuma entre a predominância destes elementos como produtores do espaço diante dos aspectos sociais, também produtores, bem como, somente estes sendo reprodutores espaciais. Fato que provocou uma divisão científica para a Geografia enquanto ciência até nos dias atuais.

Podemos afirmar segundo Moraes (2007) e Gomes (2005) que os grandes debates da Geografia ocorreram entre a ciência clássica e moderna, ou melhor classificando, da Geografia Tradicional à Geografia Crítica. Embora, não esquecendo que a Geografia da Percepção (Fenomenológica) trata-se do nosso alvo analítico. Desse modo, é que compreendemos as contribuições de Merleau-Ponty (2004) acerca da problematização do espaço como um objeto para entendermos as ideias simples e claras dos fenômenos sociais.

Ao escolher o espaço como uma das suas categorias de análise, Merleau-Ponty (2004), mostra as abordagens de percepções espaciais entre a ciência clássica e a ciência moderna tratadas entre o limiar da objetividade e subjetividade, do senso científico e senso comum, da perspectiva geométrica de um objeto descontínuo no espaço e a interconexão entre ambos. Isto o autor fez em sua obra intitulada *Conversas* (1948)<sup>4</sup>, quando trouxe-nos os modos como a ciência clássica e moderna representavam os objetos nas perspectivas espaciais, sendo, a representação dos objetos no espaço uma moldura do próprio espaço. Isto mudaria quando os objetos foram vistos de maneira interconectadas em que a alteração de um objeto afetaria outros corpos no espaço. Com isto os princípios mudam,

Temos um mundo em que os objetos não conseguiriam estar em identidade absoluta com eles mesmos, onde forma e conteúdo estão como que baralhados e mesclados, e que, por fim, não oferece mais essa estrutura rígida que lhe era fornecida pelo espaço homogêneo de Euclides. Toma-se impossível distinguir rigorosamente o espaço das coisas no espaço, a ideia pura do espaço do espetáculo concreto que nossos sentidos nos oferecem. (MERLEAU-PONTY, 2004, p.13)

---

<sup>4</sup> *Conversas* (1948) é um registro dos diálogos de Maurice Merleau-Ponty em um Programa Definitivo da Radiodifusão Francesa de 9 de outubro a 13 de novembro de 1948. O programa chama-se "Hora da Cultura Francesa". A obra foi traduzida para a língua portuguesa e encontra-se registrada em: MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

A influência Euclidiana e a não Euclidiana diante da interpretação do espaço foram representadas através da pintura. Para os pintores Euclidianos, segundo Merleau-Ponty (2004, p.14), os desenhos dos objetos deveriam ser feitos, em primeiro lugar, um esquema geométrico e só depois serem pintados, sendo as cores, apenas uma parte do processo de preenchimento. Já na teoria não euclidiana, defendida por Cézanne, conforme Merleau-Ponty (2004):

a medida que se pinta, desenha-se – querendo dizer que, nem no mundo percebido, nem no quadro que o exprime, o contorno e a forma do objeto são estritamente distintos da cessação ou da alteração das cores, da modulação colorida que deve conter tudo: forma, cor própria, aspecto do objeto, relação do objeto com as objetos vizinhos (*ibidem*, 2004 p.12).

Nesta ótica há uma interconectividade dos objetos deixando desse modo o observador incluído e próximo da realidade que contempla na pintura. Ele, o observador, faz e se sente parte do que vê e não elemento impessoal da paisagem observada, contrapondo-se ao espaço da ciência clássica, a ciência moderna tornou a categoria de espaço vista com subjetividade e emoção tida com a experiência vivida. Para Jean Paulham, *apud*, Merleau-Ponty (2004, p.15), “o espaço da pintura moderna, é "o espaço sensível ao coração, onde também estamos situados, próximos de nós, organicamente ligados a nós".

A sensibilidade mencionada nos leva a uma abstração de que a experiência vivenciada por um sujeito – possuidor de um corpo e um espírito – está indissociável do seu espaço que, conseqüentemente, trata-se do ambiente que ele experimenta, como a sua primeira célula social: família e depois a comunitária. De maneira em que ele se torna produtor, reproduzidor e contemplador do espaço e paisagem, pois é parte do seu universo. O processo de interatividade sujeito e espaço faz surgir a problematização do elemento fenômeno analisado como manifesto particular e podendo ser percebido a partir da percepção do sujeito que vivencia o espaço – espaço vivido reconhecido pela subjetividade – e, o senso comum, considerado um elemento de conhecimento peculiar da cultura de quem relaciona-se com o espaço. A psicologia e a filosofia passaram a se apropriar deste discurso e a teoria da fenomenologia surge e passa a dar suporte a uma nova teoria da Geografia: a Geografia da Percepção.

A Geografia da Percepção alinha-se a fenomenologia, pois, conforme Corrêa (2001, p. 30) “está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao

invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real”. Um mundo vivido e imaginado por quem o experimenta. O espaço vivido é percebido diferentemente por cada sujeito, pois estão em pauta as relações e o tempo que eles estabelecem no decorrer de suas experiências com o lugar. A categoria de espaço e paisagem são modos analíticos fundamentais diante do nosso objeto de estudo, bairro João Cabral.

Entendemos com base em Santos (1997) que o processo de produção do espaço é contínuo, sempre em movimento, um conjunto de objetos cuja sociedade os idealiza e se relaciona. De outro modo, o fenômeno do espaço é o processo. A paisagem é o objeto material ou não-material em um determinado tempo. O espaço é o movimento e a paisagem é o estático, mas que se tornam um par dialético. (*ibidem*). Embora, o autor leve a categoria de espaço sob as análises da produção material, é neste interim processual entre produção do espaço e transformação da paisagem, que a percepção se torna mediadora do conhecimento das categorias.

A sustentabilidade como uma categoria de análise associada as múltiplas dimensões, primeiro ambiental e depois econômica, social, cultural e política institucional, dentro de um processo histórico de fatos, sinalizada seu conceito breve e previamente na introdução, foi interconectada por alguns teóricos Ignacy Sachs (2002) e Enrique Leff (2010) como resultado da preservação cultural de um lugar, de um povo ou de um saber local. Podemos assim relacionar a um patrimônio histórico, costumes, saberes ou manifestações artísticas de tradição – cultura de tradição – pois, quando tratamos de cultura, é preciso lembrar o seu conceito como sendo “um conceito que abrange não apenas conhecimento, ideias, valores, mas igualmente práticas e construções do ser humano” (VESENTINI, 2006, p.14). E, foi neste percurso que para compreendermos a sustentabilidade no bairro João Cabral e chegarmos as representações espaciais simbólicas dele no mundo experiencial dos moradores, a percepção destes moradores tornou-se crucial quando passamos a olhar o lugar, bairro João Cabral, através de seus olhos.

Para traçarmos o caminho entre percepção, espaço, paisagem, transformação e bairro João Cabral, buscamos procedimentos metodológicos que contemplassem tal percurso científico sem enrijecer a pesquisa proporcionando flexibilidade sem perder o rigor. Estes procedimentos nos levaram a produção histórica e geográfica deste bairro, as problematizações sócio espaciais existentes, que reforçam sua identidade e a de seus moradores, bem como as representações simbólicas. Uma paisagem cultural que transpõe os aspectos físicos do espaço, pois eles são parte das intervenções sociais, ambientais, econômicas e político – institucionais promotores da complexidade do lugar.

Apresentamos um quadro referencial teórico formando embasamento bibliográfico. A interdisciplinaridade costurou o discurso teórico, embora, sua base tenha sido a Geografia Urbana e Cultural, contudo, não haveriam de complementar a interpretação da temática: percepções, sustentabilidade e bairro João Cabral, sendo necessário recorrer a História, Sociologia, Antropologia e Economia. Não tratamos de limitar uma escola de pensamento científico, como, a francesa ou americana, uma interpretação no discurso, como, a crítica ou fenomenológica, mas, adaptamos a melhor interpretação para cada momento da investigação do problema. Fizemos levantamento bibliográfico para os capítulos 1, 2,3; coleta de dados, análise e trabalho de campo, todos norteados pelo método de Estudo de Caso, para o capítulo 2 e 4, por último, o Uso da Fotografia, especificamente, para o capítulo 4.

## **2.1 Caminhos Metodológicos**

Como o recorte da pesquisa, bairro João Cabral, tratava-se de um objeto pouco estudado com dados escassos e outros inexistentes, provocaram-nos muitos porquês? E como? Por exemplo, emergindo em questionamentos: como ocorreu a produção espacial desta periferia e por que esta é vista como favela? Quais as vulnerabilidades socioambientais existentes e as potencialidades culturais? Como os seus moradores se relacionam com seu espaço? Como os moradores percebem seu espaço por meio da paisagem local? Segundo Yin (1994), o Estudo de Caso é a melhor estratégia para se conhecer tais indagações. Assim, escolhemos este método como sendo capaz de nos dar o suporte necessário para primeira etapa da investigação específica do bairro João Cabral.

Tivemos nos procedimentos metodológicos que fazer levantamentos de dados estatísticos específicos do bairro, utilizando em um determinado momento abordagem e compilação quantitativa, sem perder o foco de uma pesquisa qualitativa. Instituições governamentais como IBGE, Atlas de Desenvolvimento Humano e Plano Diretor do Município de Juazeiro do Norte-CE foram a base dos dados quantitativos. Embora, tenhamos utilizado descrições quantitativas, a pesquisa em um Estudo de Caso exige-nos envolvimento com narrativas descritivas, levando-nos a interpretar criticamente a apresentação dos dados (YIN, 1994; COUTINHO & CHAVES 2002).

Simultaneamente, a etapa de colhimento dos dados à pesquisa, exigiu-nos uma investigação no ambiente natural do bairro, a primeira etapa empírica no espaço do objeto da pesquisa, o estudo de campo. Este processo nos impulsionou a utilizar fontes e diversos

métodos como: “observação direta, narrativas e registros fotográficos” (COUTINHO & CHAVES, 2002, p. 224), todos com análise criteriosa dos conteúdos. A organização para esta etapa gerou-nos uma fonte de dados de notas de campo e acervo fotográfico do bairro em questão.

Outro passo importante na primeira etapa empírica no bairro João Cabral foi a utilização da entrevista. O momento testemunhal se tornou ímpar, pois, nenhuma bibliografia acerca da história do bairro, até o presente momento, é existente. Desse modo, a história viva conservada na memória de moradores antigos configurou-se de suma importância. Momento que nos permitiu dar validade ao nosso Estudo de Caso, pois foi o início para compreendermos as primeiras percepções e interpretações que os sujeitos participantes desta pesquisa deram ao ambiente natural do seu habitar. Com isso, a entrevista “é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 134). E, com foco na pesquisa qualitativa, escolhemos conforme Patton (1987) a conversação informal.

A entrevista de conversação informal nos permitiu conhecer a história do bairro João Cabral por atores externos e internos. Permitiu-nos entrar sutilmente no espaço vivido dos moradores tendo em vista a complexidade social do lugar. Um mundo de drogas, violência e, sobretudo, desconfiança. Ela nos proporcionou agir naturalmente em uma conversa informal dando liberdade de expressão aos entrevistados sem pressioná-los com perguntas estruturadas, ao mesmo tempo em que os conduzíamos aos percursos investigativos dos arranjos socioespaciais do objeto da pesquisa.

Para aplicação da entrevista conversação informal selecionamos seis sujeitos participantes, três destes não são moradores do bairro João Cabral, mas, estabeleceram em um determinado momento histórico de suas vidas algum tipo de relação com o bairro: participação na implantação de projetos sociais, segurança pública e promoção imobiliária; os demais são moradores do bairro.

Para ampliação de validade interna da nossa pesquisa, a entrevista informal, tornou-se parte da triangulação metodológica defendida por Yin (1994), na qual o pesquisador pode fazer combinações inter-metodológicas, a exemplo da aplicação de questionário com entrevista semiestruturada. No nosso caso, para atingirmos a validade interna tratamos de aplicar o Estudo de Caso, e o método do Uso da Fotografia detalhada a seguir, utilizada, nos capítulos 1 e 4.

Para nós a consistência das informações com participação direta não poderia ser de

outra forma senão por meio do olhar fotográfico. Como esboçou Jonhr Collier Jr (1973), recorrer ao uso de fotografias é tentador, pois, o convite de ver uma paisagem ou a própria imagem retratada em um ambiente é um convite provocador e irresistível. Podemos dizer que o *feedback* é espontâneo, o que não significa ser desorganizado ou sem sentido, ao contrário:

“as fotografias tornam-se elementos que orientam a conversa e permitem que você extraia os interesses e entusiasmos de seu informante. O tema da entrevista não é verbalmente estabelecido, e porque o *feedback* fotográfico cria um estado de consciência e evoca sentimentos emocionais, as fotografias fazem testes sem palavras que conduzem a entrevista ao núcleo de sua pesquisa” (COLLIER JR., 1973, p.69).

A fotografia não deixa de ser um elemento afetivo que aproxima as pessoas de lugares, de objetos e de outros trazendo lembranças de tempo passado e presente no mesmo momento criando um processo de comparação. De certa forma, uma das palavras que descreve a fotografia é aproximação. Os sujeitos de vozes, entrevistados com o uso da fotografia, promovem a aproximação do objeto de estudo com a problemática da pesquisa.

A totalidade é contemplada quando pela fotografia ocorre a justaposição de imagens passadas com a imagem presente promovendo o aparecimento de outras paisagens existentes não representadas no recorte fotográfico utilizado, mas, guardadas na memória de cada sujeito que vivenciou as transformações espaciais e paisagísticas. Assim, uma imagem traz outras imagens no consciente emocional e psíquico do sujeito entrevistado como afirma Jr. Collier (1973, p. 71): “as fotografias são ricas de elementos simbólicos psicológicos e altamente emocionais”, elas podem despertar informações discursivas tanto em pessoas intelectuais como analfabetas.

A paisagem é uma cultura transformada que identifica o homem em sua passagem experimental pelo espaço vivido e se materializa nas simbologias espaciais onde a importância dada ao processo de transformação, refere-se às experiências vivenciais de cada sujeito, em particular.

Desse modo, o uso da fotografia é um método que utilizamos como um elo entre o embasamento teórico e a percepção dos sujeitos de voz participantes da pesquisa para provocar uma reflexão acerca das mutações espaciais e paisagísticas do bairro João Cabral.

Consideramos, para tanto, que o uso da fotografia na modalidade de entrevista, realizada por meio da apresentação de fotografias é uma metodologia utilizada com a finalidade de facilitar o diálogo com o grupo estudado. Ela permite uma conversa livre de

fatores inibidores e supera alguns obstáculos presentes nos questionários fechados (COLLIER JR., 1973, p.70).

O uso da fotografia, quando colocada diante de um indivíduo, provoca questionamentos ligados àquilo que nela está representado. Ela serve como forma de conduzir um diálogo no qual se evita que o entrevistado desvie do foco da conversa e permite que o conteúdo das imagens feitas pelo pesquisador se torne parte do material coletado e, posteriormente, da literatura a se desenvolver sobre o problema em estudo (COLLIER JR., 1973, p.72).

As fotografias feitas em campo apresentam um alto valor de informação, porém, muito dos seus significados estão ligados à subjetividade específica daquele que a observa e que nela reconhece, questões relacionadas ao seu universo. Colocar o entrevistado diante das imagens provoca, antes de tudo, um *feedback* rico em elementos que dificilmente poderiam ser percebidos apenas pela imagem, ou seja, a imagem carrega informações que podem ser reconhecidas. Vale destacar que a análise pelo grupo estudado de algumas fotografias escolhidas deve proporcionar *insights* reais que descrevam a prática em termos mais específicos (COLLIER JR., 1973, p.68).

Porém, antes da apresentação das imagens para os entrevistados, a proposta metodológica teve uma etapa na qual foram feitas fotografias. Tal opção faz da escrita imagética uma base para a aproximação com relação ao fenômeno observado. Logo, o valor da fotografia, nesse caso, não se resume ao mero registro e nem se restringe à função ilustrativa. Reside, sim, na possibilidade de uma forma de acompanhamento do fenômeno pelo pesquisador e que o auxilie no sentido de promover a organização de aspectos que colaborem para a compreensão do problema estudado.

Assim, significados culturais podem ser identificados por meio das representações realizadas imgeticamente. Nos termos de Guran (2000, p.6), “não se trata, então, de compartilhar o enquadramento da realidade, mas, sobretudo, de prever (ou melhor, intuir) e captar um momento-síntese representativo de um aspecto do universo em estudo”.

Portanto, inicialmente, as imagens permitem que a pesquisa identifique detalhes do fenômeno e que poderiam não ser notadas sem o uso da imagem, permitindo novos questionamentos e hipóteses acerca da realidade estudada.

Apresentar a paisagem cultural do bairro nas fotografias aos indivíduos que estão diretamente ligados ao lugar da pesquisa, permitiu ainda uma aproximação com aspectos particulares dos fenômenos espaciais, sociais, econômicos e ambientais. Divididos em momentos sequenciados:

Primeiro, a produção das imagens visuais. Para tal, produzimos fotografias de alguns pontos representativos da paisagem do bairro João Cabral direcionado pelo discurso dos moradores nas entrevistas de conversação informal, a exemplo: a Grotta, a Praça do CC, a Igreja Nossa Senhora de Fátima a ocupação irregular da Chesf, o alto da ladeira, o processo de urbanização materializado no adensamento espacial, os espaços de sociabilidade cultural e de insustentabilidade ambiental.

Segundo, analisamos as imagens ligando as narrativas e representatividade imagética e selecionamos oito fotos correspondentes a três blocos debatidos e escolhidos por nós: espaços socioculturais, reprodução e transformação urbana e vulnerabilidade socioambiental. Esta análise foi necessária para selecionarmos as fotografias que melhor representaram a paisagem do bairro João Cabral.

Terceiro, aplicamos a foto entrevista com os quatro moradores. São atores de voz representativa no bairro que fizeram e, outros ainda fazem, parte do ativismo social e cultural dentro do bairro João Cabral. Eles desenvolvem uma relação direta na produção espacial do bairro capaz de construir a imagem real sob suas experiências no espaço vivido. Foram ainda presidentes da associação de moradores do bairro, hoje desativada; são presidentes da única associação de cultura de tradição com sede no local; brincantes de reisados; construtores da igreja católica local e cuidadores da Praça CC. Todos diretamente envolvidos com as dimensões social, cultural e política do bairro.

Assim, a imagem reconstruída por suas percepções são parte de uma teia de implicações socioambientais e lugares simbólicos que se expressam na paisagem. Dessa forma, suas narrativas acerca das imagens, que lhe foram propostas, representaram a própria paisagem do conhecimento. Pressuposto que nos orientou a escolha destes sujeitos.

Interessou-nos as inquietações acerca do papel deles na transformação espacial e paisagística. Importante processo para a construção de suas identidades. Com isso, foi-nos necessário saber quem eram eles e quais suas trajetórias no bairro João Cabral e o que os levou a se envolverem em ações socioculturais dentro do bairro.

Para responder tais questionamentos, buscamos conhecer as histórias de vida de cada sujeito entrevistado, relacionadas com o bairro João Cabral, dando consistência o ato de suas experiências neste espaço vivido. De modo que o ato de apresentarmos sua relação com o bairro, nos deu consistência em sua influência na paisagem e está em suas vidas cotidianas.

Os quatro sujeitos escolhidos, os consideramos importantes protagonistas. E a partir dos critérios apresentados procuramos conhecer suas trajetórias de vida:



- 1) José Nilton Nascimento Souza, casado, cearense, 41 anos de idade, autônomo. Ativista cultural no bairro João Cabral. Fundador e participante da Associação Barcamateiros da Paz. É contramestre do mestre de cultura popular Nena estando há 33 anos na cultura de tradição onde iniciou em Fortaleza-Ce brincando reisado. Morador do bairro a 19 anos, participou do projeto Carroça de Mamulengos como oficinairo de cenário. Segundo Zé Nilton, a única praça no bairro era o palco das apresentações.
- 2) Maria Gorete Ribeiro Novaes, casada com o mestre Nena, cearense, 58 anos de idade, cuidadora do lar e há 21 anos moradora do bairro. Há quase 20 anos, dona Gorete, cuida da praça do bairro cultivando plantas e limpando este espaço público voluntariamente, uma ativista social. Segundo ela, é contemporânea das transformações urbanas no bairro.
- 3) Francisco Gomes Novaes, “Mestre Nena”, 63 anos, casado com dona Gorete e morador a 21 anos no bairro. Barcamateiro e Mestre da cultura de tradição. Um ativista cultural que participou da Associação Cultural da Terra da Mãe de Deus implantada a 20 anos no bairro por um grupo circense. Atualmente é líder do grupo Barcamateiro da Paz fazendo apresentações pontuais na cidade de Juazeiro do Norte-Ce e em outras localidades.
- 4) Francisco José dos Santos, 66 anos, casado, morador a 28 anos no bairro e caminhoneiro aposentado. Fundou a primeira associação de moradores no João Cabral e é um dos idealizadores da Igreja Nossa Senhora Aparecida. O senhor Francisco é pernambucano e chegou ao bairro João Cabral para moradia em visita as romarias do Padre Cícero em Juazeiro do Norte.

A participação de cada um desses moradores ocorreu por meio da foto-entrevista. Cada uma delas organizada no conjunto de nove fotografias das quais cada uma representou paisagens específicas do bairro João Cabral. Estas foram apresentadas uma de cada vez aos moradores, individualmente sem intervenções por parte da pesquisadora.

Segundo Collier (1973, p. 70), a fotografia permite uma conversa livre de fatores inibidores e, também, do constrangimento acarretado pelos questionários fechados. A fotografia torna-se um elemento que atrai e desperta a curiosidade por parte dos entrevistados e proporciona uma interação mais imediata. Para Medina, a entrevista deve ser uma técnica de integração social, a qual deve quebrar o isolamento dos diferentes grupos e proporcionar a

pluralização das vozes e a distribuição da informação (MEDINA, 2008, p. 08). Sendo assim, o que Collier Jr (1973) fundamentou para o uso da fotografia:

[...] forma de conduzir o diálogo evita que o entrevistado se desvie do foco da conversa, bem como permite que o conteúdo das fotografias feitas em campo pelo pesquisador se torne, efetivamente, parte do material coletado e, posteriormente, da literatura da antropologia enquanto ciência (COLLIER JR., 1973, p. 72).

A fotografia expressou uma metodologia capaz de inspirar, fixar a atenção e trazer as memórias traduzidas em falas, ao mesmo tempo, envolvendo a participação do pesquisador – este produtor de imagem e dos sujeitos selecionados – intérpretes das imagens pelo processo associativo com seu espaço vivido.

A foto-entrevista aconteceu entre os meses de junho a setembro de 2014. E os registros das falas foram feitos por meio de gravação em áudio (em anexo) e anotações mais pontuais em caderneta de campo.

A análise de todas as informações contou com o auxílio da observação direta da paisagem física e humana; interpretação dos dados estatísticos e cartográficos do bairro, por fim, das narrativas fotográficas ditas pelos sujeitos-moradores acerca da realidade do seu lugar. Cruzamos as peculiaridades das percepções obtidas por eles com o objeto de estudo na perspectiva da sustentabilidade.

As imagens fotográficas pertencem à delimitação espacial do bairro João Cabral, uma célula urbana cujo recorte geográfico foi escolhido como objeto de estudo desta pesquisa. O fato de ser parte do espaço macromunicipal de Juazeiro do Norte, um vínculo indissociável territorial urbano, buscamos apresentar uma síntese do processo espacial deste município e depois do bairro João Cabral com maiores detalhes nos eixos social, espacial, cultural, econômica e ambiental, logo, porque este processo é constituído nas dimensões espaço-tempo e envolve períodos, memórias e paisagens culturais peculiares ao processo de mutação espacial.

## **2.2 Campos da Pesquisa**

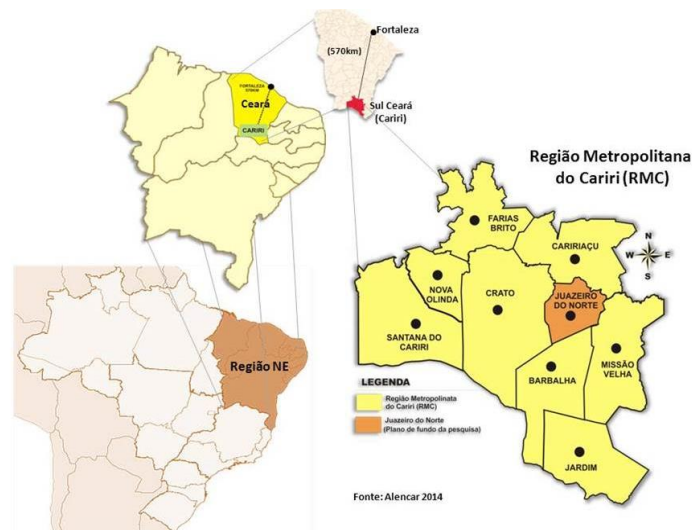
Apresentamos o campo da pesquisa em dois recortes territoriais: Juazeiro do Norte-CE, área macro de localização do bairro estudado e, em detalhes, o bairro, recorte micro territorial.

Analisar o bairro como célula urbana requereu de nós a interconectividade com a localização do seu território à compreensão do seu processo espacial e cultural. O que nos levou a associação com a produção do bairro, enquanto categoria espacial e as mutações na paisagem local como uma intervenção de comportamento cultural da sociedade que o especializa. Conduzi-nos a montar um dossiê do bairro sob as dimensões da sustentabilidade.

### 2.2.1 Juazeiro do Norte-CE: o espaço macro da pesquisa

O João Cabral é um dos 36 bairros do município do Juazeiro do Norte, localizado na microrregião<sup>5</sup> extremo Sul do Estado, atualmente, titulada como Região Metropolitana<sup>6</sup> do Cariri (RMC).

**Figura 01** – Projeção Geográfica do Município de Juazeiro do Norte- CE.



**Fonte:** Alencar (2014)

Atualmente, esta região metropolitana é um novo recorte espacial brasileiro. Com Juazeiro do Norte, mais oito divisões territoriais administrativas formam a RMC: Crato, Barbalha, Missão Velha, Farias Brito, Caririçu, Santana do Cariri, Nova Olinda e Jardim, total de nove municípios. Juazeiro do Norte é produto de uma conjuntura política, ambiental, econômica e cultural muito peculiar, que influenciou todo seu processo de urbanização até os

5 De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, entende-se por microrregiões um agrupamento de municípios limítrofes. Sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual. (C.F 1988). Esse zoneamento é utilizado para fins estatísticos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e para categorização dos territórios Estaduais do país.

6 Conforme o IBGE (2010), Região Metropolitana “é uma região estabelecida por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes (que fazem fronteiras), com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

dias atuais. Para tanto, faz-se necessário apresentar uma sinopse desta conjuntura, da qual fundamenta a produção espacial, em particular, do bairro João Cabral.

Esta microrregião é parte do território, antes, conhecido como Cariris Novos onde a economia predominante foi a criação de gado. No Cariri Novos, a água subterrânea formava rios perenes e o solo se tornou fértil, sendo propício para esta economia, fatores de extrema riqueza para o contexto sertanejo nordestino brasileiro.

A realidade ambiental da região tornou-se, sobretudo, um atrativo à sobrevivência do homem do sertão, retirante e flagelado da seca, gerando a controvérsia: salvação dos infortunados ou desordem social? A formação social do Vale do Cariri foi questionada, enquanto a ordem social. Conforme Girão (2001, p.3): “[...] o fenômeno do deslocamento das populações vizinhas atraídas pelos privilégios do Vale, no meio delas milhares de vadios e malfeitores. Afeitos à prática de furtos, de roubos, de assassinios, e em geral de todos os crimes praticados pelos perversos<sup>7</sup>”. Por outro lado, somado a estas características e acontecimentos, surgiu outro fenômeno responsável tanto pelo crescimento demográfico como pelas novas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais: o misticismo religioso, fortemente exercido no nordeste brasileiro.

Em Juazeiro do Norte sua manifestação foi pontual. “A formação psicossocial do cariense havia ocorrido no Cariri por várias circunstâncias, mas, a exacerbação religiosa teve seu vértice na aglomeração dêmica de Juazeiro, em torno do Padre Cícero Romão, que é o seu místico representativo” (*ibidem*). Complementado por Alves (2003) quando pontua a forte contribuição do fenômeno religioso ocorrido em Juazeiro do Norte para o povoamento do Cariris Novos que se transformou no:

centro de convergência das populações da bacia do São Francisco, atraídas, durante mais de meio século, pela lenda de Juazeiro do Padre Cícero. Homens das populações rurais de Alagoas, Paraíba, Baía, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí e outros Estados remotos como Goiás, procuravam a cidade cariense para pagar suas promessas, consulta ao Padre Cícero e transações comerciais. Dezenas de Milhares vieram pelas estradas velhas dos sertões a procura de um alívio para o espírito, sequioso de uma comprovação das verdades espirituais. [...] A influência que exerceram essas migrações de caráter religioso, foi notável pela persistência de seu reflexo na vida regional. (ALVES, 2013, p.17).

Indissociável pensar neste fenômeno sem tratar o agente central e fomentador desse

---

7 A colocação verbal pejorativa e até agressiva em retratar a população de Juazeiro do Norte partiu da classe elitista e opositora da elite cratense, da qual, principalmente, na época de dissociação territorial do Juazeiro do Norte do município do Crato, outrora, Juazeiro, pertencente a este município, sempre esteve adversa à aceitar a independência de Juazeiro e a liderança do Padre Cícero. A elite que sempre representou uma visão etnocêntrica e preconceituosa.

misticismo: o Padre Cícero Romão Batista, sua religiosidade e seu lugar, são partes das mudanças na conjuntura política no Brasil ligada à estrutura do regime social e governamental: monarquia à república com a redefinição do Estado e da igreja, e as mudanças nas bases das classes sociais, foram aspectos que serviram às transformações ideologias religiosas, políticas, sociais, culturais e econômicas.

A atuação do Pe. Cícero na formação territorial de Juazeiro do Norte ocorreu neste contexto não somente com notoriedade nacional, mas, internacional. Portanto, falar da produção do espaço urbano de Juazeiro do Norte sem a história de seu fundador é negar que tanto este município e o próprio Padre Cícero são fenômenos indissociáveis. “[...] ambos tornam-se um fenômeno por si só, porém, não tão significantes em suas dimensões simbólicas se pensados isoladamente” (LIMA, 2013, p. 9).

A tessitura relacional entre o padre, seu lugar e seu tempo estiveram enviesadas na religiosidade do catolicismo popular, acompanhado de uma nova dinâmica econômica e política em que Fé e trabalho passam a ser as dimensões que deram forma espacial a Juazeiro do Norte.

O Padre Cícero nasceu no município de Crato-CE em 24 de março de 1844. Em 1870 tornou-se sacerdote pelo seminário da Prainha na capital Fortaleza-Ce. No dia 24 de dezembro de 1871 celebra pela primeira vez uma missa no sítio Tabuleiro do Norte, um lugarejo com uma capela construída na fazenda para homenagear a santa padroeira. O povoado continha “doze casas de tijolos e telha e vinte de taipa e palha” (EMB, 1959, p.331). Estas casas se encontravam nas mediações da capela de Nossa Senhora das Dores construída pelo Brigadeiro Leandro Bezerra herdeiro das terras do sítio Tabuleiro. Um lugar cercado de terras férteis e servido a pequena distância de mananciais perenes. Era, todavia, retardada, ignorante e muito pobre a sua população. Este arraial seria um lugar desprezível e insignificante até a chegada do Pe. Cícero em 1872 (SOBREIRA, 1969).

A origem da população que o constituía era de escravos alforriados e seus descendentes. A conduta social dos moradores era imoral segundo os padrões da moralidade cristã. Barros (2008, p. 129), “os habitantes não primavam pela repetição em suas práxis de vida, dos ensinamentos dos capelães. Cultivavam hábitos de samba e cachaçadas nas horas de lazer e viviam em promiscuidade”. Esta condição totalmente fora da boa conduta moral pregada pela Igreja Católica Apostólica Romana somada à escassez de recursos econômicos foram os maiores desafios encontrado pelo sacerdote, que passou a morar no lugarejo.

Contudo, seria a seca de 1877-1880 que colocaria o Pe. Cícero defronte a uma realidade cruel e desafiadora, embora, outras secas ocorressem posteriormente. Ele enquanto

mentor espiritual e líder da comunidade, encontrava-se com o desafio de organizar e manter a ordem do lugar e da população em meio a toda calamidade trazida pela seca.

Padre Cícero, contudo, foi criando um ambiente possível de sobrevivência no sertão, seguindo o ministério religioso social do Pe. Ibiapina tornou Juazeiro do Norte um espaço atrativo mediado pela fé e trabalho. Uma corrente migratória conhecida como nação romeira vinda de todo Nordeste passa a construir e compor a identidade local.

Para o romeiro, Juazeiro do Norte seria o lugar da salvação. Surgindo em seu mundo simbólico uma nova Jerusalém. Em torno de tantos conflitos políticos, como a sedição de Juazeiro, desafios religiosos e milagre da hóstia de sangue, a imagem do padre e Juazeiro do Norte passaram a ganhar notoriedade tanto regional, nacional e internacional.

Em síntese, a figura do Padre, a religião e as características geográficas formaram um hibridismo indissociável nas relações sociais que deram forma e solidez à produção do espaço outrora vila, hoje, cidade. Um lugar que construiu sua identidade por meio do ideário de um homem conhecido no mundo simbólico dos seus devotos, como um santo que empregou sua formação religiosa e educacional, sua articulação política e econômica no contexto histórico de sua época (LIMA, 2013).

O crescimento de Juazeiro do Norte é um fenômeno urbano e sua representatividade econômica, social, cultural e política para o recorte espacial regional é muito significativa; nacionalmente é destaque. Todos estes fatos históricos que marcaram profundamente a constituição de Juazeiro do Norte complementam-se a criação histórica do território e seu contexto dinâmico urbano atual.

Para entendermos o bairro João Cabral como célula urbana de Juazeiro do Norte, fomos imprescindível observarmos e levantarmos o perfil da dinâmica espacial deste município verificando indicadores<sup>8</sup> sociais, econômicos e ambientais disponíveis institucionalmente, que tratam de uma realidade quantitativa de toda sua composição territorial.

Os dados mostraram evolução em números o que para nós não representou equidade social. Pelo motivo de que a representação na paisagem urbana das contradições ambientais, sociais e espaciais, promovidas pelo poder público e privado, instala-se objetivamente em um nível superior contrário aos indicadores da sustentabilidade<sup>8</sup>.

As contradições são vistas no desordenamento territorial, coleta de lixo inapropriada, esgotos abertos, trânsito congestionado, sistema de transporte público que não corresponde a

---

<sup>8</sup> Indicadores sustentáveis são instrumentos para o planejamento de cidades mais sustentáveis e para desenvolvimento, execução e avaliação de políticas públicas. Ver mais detalhes em: <http://indicadores.cidadessustentaveis.org.br/>

demanda de fluxo diário, adensamento populacional e habitacional e, sobretudo, melhoramento da infraestrutura central em áreas de luxo enquanto as periferias pobres, no caso o João Cabral, possuem acentuadas estas demandas somadas à ausência de outras que são básicas e garantidas constitucionalmente.

A presença de investimentos pelo segmento público e privado em um determinado local poderá aumentar os dados estatísticos econômicos e sociais, por outro lado, “a vulnerabilidade ambiental pode aumentar com o crescimento econômico local” (SANTOS, 2008, p. 253), assim como, todas as demais dimensões que compõe a dinâmica territorial implicando em reais necessidades à condição humana. Leonardo Boff (2012, p.139) descreve:

Pouco importa o modo de produção que exista numa sociedade, há certo número de necessidades fundamentais que pertencem à condição humana e que devem ser satisfeitas, o contrassenso está no descumprimento dessas dinâmicas gerando total incompatibilidade social, econômica e ambiental.

Em outras palavras, “o resultado pode ser de insustentabilidade do desenvolvimento” (BOFF, 2013, p. 138). O desenvolvimento sustentável de um país, região ou município é medido pela equidade de três indicadores essencialmente básicos: econômico, social e ambiental, embora, o discurso do “desenvolvimento” ainda esteja bem arraigado ao referencial do Produto Interno Bruto-PIB, logo, a rejeição deste parâmetro quantitativo como indicador de qualidade é totalmente incoerente perante a crise ambiental planetária.

Ressaltamos, no entanto, que a geração de capital conjunta com as ações públicas administrativas preza pela superficialidade da concreticidade material, ou seja, suas práticas devem ser vislumbradas nas intervenções e transformações do espaço e especificidade da paisagem. Não importa como, em que lugar e em qual tempo é preciso garantir que no momento da execução das ações do capitalismo e do poder público executivo privilegie-se a materialidade no espaço. O que não significa existir a continuidade e qualidade, principalmente, do serviço público prestado, dois pontos de obrigatoriedade ao desenvolvimento humano.

Os dados de alguns indicadores do perfil sociogeográfico do município de Juazeiro do Norte podem contrariar ou serem contrariados por parâmetro sustentáveis, razão de que sua condição reside na construção ideológica e exige equidade no desenvolvimento humano fundamentalmente pelo princípio da inclusão. Para Boff (2012, p.139): “O desenvolvimento se mostra sustentável se conseguir atender tais necessidades para todas as pessoas (princípio de inclusão), o que exige um sentido de equidade e sensibilidade humanitária com as

demandas dos seus semelhantes”.

O princípio da inclusão seria o ponto central que converge todas as ações a serem realizadas e que garantam à condição humana sustentável e, digo também, ambiental, pois, ambas, são simbióticas. O discurso do “desenvolvimento” para o Juazeiro do Norte é marcado pelo cenário da urbanização acelerada. Segundo informações do IBGE (2013), o município possui uma área de 248,832 Km<sup>2</sup> composta por 36 bairros. O censo de 2010 registrou o número de habitantes em 249,939 com uma densidade demográfica de 1.004,45 hab/ha, tendo uma estimativa populacional em 2013 de 261.289 hab. Notório à interpretação: mais habitantes em menos espaço.

Sua área territorial está 96,07% urbanizada, restando 3,93% de área rural, (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASILEIRO, 2013), uma desarmonia territorial que comina em impactos ambientais. A urbanização desordenada é um percalço das grandes problemáticas em Juazeiro do Norte, invadindo a área rural provocando e interferindo na produção agrícola e no modo de vida rural.

Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-PPDU deste município:

Art. 47, nas diferentes zonas, o uso e a ocupação do solo urbano respeitarão os seguintes princípios”, entre eles, inciso III – “conter o espraiamento do desenvolvimento urbano, evitando que a cidade dilate o seu raio de área urbana, considerando a realidade de conturbação”. (PPDU, 200. <http://www2.juazeiro.ce.gov.br/Legislacao/LEI%202572-2000.pdf> )

Pela proporção de área urbana à rural em Juazeiro do Norte, a gestão pública não tem atentado para este dispositivo de lei, tendo em vista que o espraiamento do tecido urbano da vigência do PPDU este ano de 2014 é célere. Bairros periféricos como São José, Limoeiro, Novo Juazeiro e Pirajá, segundo o Diário do Nordeste (2012) desde 2012 vem tendo um crescimento absurdo de habitação com um diferencial de verticalização nas áreas ao redor do Cariri Garden Shopping e nos bairros Lagoa Seca e Juvêncio Santana, bairros limítrofes ao João Cabral.

Os efeitos da urbanização têm aumentado a temperatura, principalmente, na área central, devido edificações verticais, concentração de automóveis com emissões de poluição atmosférica e pouca arborização, resultando na dinâmica ilha de calor<sup>9</sup>, uma real

---

9 Segundo Lombardo (1985) é a elevação de temperatura na área central urbana devido adensamento de edificações, asfaltos, entre outros, retentores de calor. em cidades com elevado nível de urbanização. Ver: LOMBARDO, Magda Adelaide. A Ilha de Calor nas Metrópoles. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.



representação de entropia, conceito discutido no capítulo 2.

A densidade demográfica e a produção industrial que consiste em Juazeiro do Norte, exigem alto consumo de energia e o município não dispõe de técnicas renováveis de energia e de água; os reservatórios são de poços e a energia é cem por cento hidrelétrico.

O saneamento da cidade tem esgoto e coleta de lixo inapropriado à saúde pública; os esgotos são abertos na superfície da pavimentação, proliferando vetores, doenças de pele e odor. O lixo urbano não tem destinação final apropriada sendo despejado até o momento em um lixão. Estes aspectos são atenuantes nas periferias, em caso particular, como vimos no bairro João Cabral.

Diante do nosso olhar, embora dados quantitativos a seguir mostrem “evolução” nos indicativos apresentados, o que ocorre no município trata-se de crescimento econômico e não desenvolvimento sustentável. Os fomentos econômicos em seu estado puro combinam em insustentabilidades social e espacial quando existe esvaziamento ou descaso de políticas públicas locais, elas tornam-se prevaricárias. No decorrer disso tudo, os atores capitalistas ao chegarem a um lugar o reconfiguram trazendo consigo perturbações e riscos socioambientais.

Em moldes descritivos dos dados, entre 1991 a 2000, a educação em Juazeiro do Norte aumentou em termos absolutos 0,165%, e em 2000 a 2010 foi para 0,252. Esta dimensão destacou-se entre as demais; algumas políticas públicas educacionais na esfera nacional e estadual, como, Educação de Jovens e Adultos-EJA, Escolas Técnicas, programas como Pró-Jovem Rural e Urbano, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC, entre outros, somados à implantação da Universidade Federal do Cariri-UFCA e faculdades de graduação e pós-graduação particulares influenciam não só a elevação percentual da educação como o fluxo migratório intra e inter urbano na cidade.

A renda per capita ficou de 1991 a 2000 com um aumento de 0,61,82% seguido de 252, 18% entre 2000 a 2010. Neste último ano, ela representava 439,53 de renda per capita para o município de Juazeiro (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASILEIRO, 2013). Muitas empresas atacadistas do ramo alimentício e de calçados; uma diversidade de serviços hoteleiros, alimentação, saúde, comercial, construção civil e vários outros serviços terceirizados são indicadores contribuintes para este aumento de renda per capita.

Juazeiro do Norte destaca-se em nível estadual e regional no que diz respeito à diversidade de atividades e as taxas de crescimento econômico. O município é polo irradiador de serviços, tendo o comércio em especial destaque a variedade e qualidade dos produtos comercializados (COELHO, 2014).

O setor industrial vem se responsabilizando por uma fatia econômica relevante com a

participação de 2,12 do valor adicionado da indústria cearense (IBGE, 2010), gerando boa parte empregatícia em Juazeiro do Norte. Uma circulação econômica agregada a outros segmentos conforme cita Castro, *et al.* (2011) lembrada por Coelho, *et al.* (2014):

A economia de Juazeiro do Norte se baseia nos setores industriais e de serviços. Na indústria se destacam os ramos calçadista, sendo este o maior polo Norte/Nordeste e o terceiro do país, têxtil, folheados, artesanato, bebidas, máquinas, construção civil e metalurgia. No setor de serviços, o comércio se destaca como o principal ramo, tanto no varejo quanto no atacado, tornando esta cidade um centro regional. Também destaca-se (sic) no turismo religioso, por conta das romarias que acontecem por todo o ano e como polo científico, no que concerne ao número de cursos superiores existentes na cidade (CASTRO, *et al.*, 2011, *apud*, COELHO, *et al.* 2014, p. 142).

No contexto econômico, o município se destaca em crescimento e agrega valor a esta perspectiva atraindo novos investidores do mesmo modo em que fomenta um discurso de desenvolvimento e qualidade de vida, algo a ser refletido. O município concretiza uma dinâmica econômica das multiespacialidades do capital (LIMA, 2013) se justapondo ao fluxo da fé, um fenômeno de referência espacial, nas quais, economia e religiosidade traçam um perfil paisagístico urbano.

Devido o destaque do crescimento econômico nos é válido salientar as análises do Atlas de Desenvolvimento Humano Brasileiro, no que diz respeito ao indicador de renda no município do qual mostra evolução em dois recortes temporais de 1991 a 2000 e 2000 a 2010:

A renda per capita média de Juazeiro do Norte cresceu 98,98% nas últimas duas décadas, passando de R\$220,89 em 1991 para R\$291,71 em 2000 e R\$439,53 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 32,06% no primeiro período e 50,67% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 28,54% em 1991 para 19,92% em 2000 e para 6,73% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini <sup>7</sup> passou de 0,59 em 1991 para 0,60 em 2000 e para 0,54 em 2010. (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASILEIRO, 2013, p. 8)

A renda está relacionada a capacidade de consumo para moradia, alimentação e outros bens. É claro que a economia no município cresceu devido aos investimentos em seu espaço com predominância do crescimento econômico em indústrias e empresas varejistas, tendo como desafio, incentivo e promoção gestora à economia solidária e criativa. A população economicamente ativa de 18 anos a mais, até 2010, embora tenha evoluído para 63, 9% o restante ainda é de desocupados.

## Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano Brasileiro:

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 4,61% trabalhavam no setor agropecuário, 0,11% na indústria extrativa, 17,48% na indústria de transformação, 7,71% no setor de construção, 1,15% nos setores de utilidade pública, 27,38% no comércio e 39,00% no setor de serviços. (ADHB, 2013, P. 10).

Esse número de desocupados quando visto dentro da classe de baixa renda consideravelmente compromete à produtividade familiar afeta a condição humana no que diz respeito à manutenção das necessidades básicas, tendo em vista a existência de “6,73% de extremamente pobres e de 23, 43% pobres” (ADHM, 2013), interferindo no local e tipo moradia, bem como seus serviços.

A respeito do perfil social de moradia pelos critérios de consumo de água encanada, de acesso a energia elétrica e da coleta de lixo urbano, todos apresentaram crescimento na prestação dos serviços. O abastecimento de água em 1991 estava com 74,92%, em 2000 86,13% e 2010 95,04%. O segundo, em 1991 com 89,77% em 2000 97,81 e 2010 99,58. Por último, a coleta de lixo em 1991 com 78, 51 já em 2000 93, 63% e 2010 95, 76%. (ADHM, 2013).

Os problemas como “emprego, habitação, transportes, lazer, água, esgotos, educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências” (SANTOS, 2009, p. 105) em qualquer espaço sem ou com um planejamento urbano inapropriado. Portanto, a cidade será cada vez mais um campo de luta em que as classes se gladiarão por espaço e recursos. “A importância e indispensabilidade de se repensar o crescimento das cidades, visando a promoção de harmonia entre as atividades humanas, a preservação ambiental e a qualidade de vida da população; característica com a qual se almeja a criação e manutenção de cidades verdadeiramente sustentáveis” (COELHO, 2014, p. 142), é algo que deve ser executado para Juazeiro do Norte-CE, tendo em vista que o maior destaque deste município é o crescimento econômico e não desenvolvimento, muito menos sustentável.

A cidade de Juazeiro do Norte-CE possui crescimento econômico acelerado. Diversas dimensões que tratam a sustentabilidade, comentadas no próximo capítulo, estão desfavoráveis ao padrão de qualidade de vida, com complexas problemáticas (COELHO, 2014). “Em toda a história da cidade, nunca houve a união de esforços para o estabelecimento de política de planejamento urbano e de gestão ambiental, fato que traz repercussões negativas ao período atual, de rápido crescimento econômico”. (*ibidem*, p.155).

A insustentabilidade na cidade de Juazeiro do Norte-CE é um fato que dialoga com a análise acerca da mutação espacial e paisagística do bairro João Cabral levando-nos a compreender e teorizar a sustentabilidade na dimensão do espaço e do humano.

Embora todos os indicadores estatísticos apresentados para Juazeiro do Norte tenham mostrado evolução entre os anos citados, principalmente entre 2000 a 2010, embolsam desenvolvimento sustentável em Juazeiro do Norte? Ou melhor, tais números devem considerar evolução de qualidade de vida, onde a produção do meio ambiente *in locus* caminha ao encontro harmonioso de toda a formação espacial e social? O discurso de desenvolvimento em Juazeiro do Norte deve ser retrocedido ao discurso do crescimento acelerado dando-lhe garantia de ser um lugar do capital espacialmente complexo e desarmonioso.

Com isso, concordamos com Diego Coelho (2014) quando conclui que Juazeiro do Norte em desenvolvimento sustentável apresenta a seguinte forma:

[...] em situação adversa, com muitas e complexas problemáticas. Em toda a história da cidade, nunca houve a união de esforços para o estabelecimento de política de planejamento urbano e de gestão ambiental, fato que traz repercussões negativas ao período atual, de rápido crescimento econômico. A cidade de Juazeiro do Norte (CE) necessita, mais que nunca, de articulação em prol de seu encaixe dentro da perspectiva das “cidades sustentáveis”. O objetivo não é apenas o alcance de um *status*, mas, sim, a garantia de uma melhor qualidade de vida aos habitantes que vivem no território citadino na atualidade, aos que a visitam e aos seus futuros moradores (COELHO, 2014, p. 155).

Faze-nos relevante lembrar a tendência discursiva ao tratar a sustentabilidade, seja em qualquer escala geográfica, sob o padrão de indicativos quantitativos, mas, ficamos provocados a pensá-la no local da pesquisa dentro da ótica qualitativa proposta por Boff, cujo autor nos propõe outras dimensões à condição humana: “a subsistência, a proteção, o afeto (amar e ser amado), o entendimento (aceitar os outros como eles são e também ser aceito), a criatividade, a participação, o lazer, a identidade pessoal e cultural e a liberdade” (BOFF, 2012, p. 139).

A partir dessa proposta, não há amplitude de sustentabilidade quando estas outras dimensões não se concretizam, pois, o ponto de chegada, são estes encontros humanos revelados nas relações em qualquer nível da conjuntura de uma sociedade que embora porte-se como exterior a natureza que convive é ao mesmo tempo indissociáveis a ela.

Torna-se inerente ao crescimento ou desenvolvimento, ou ainda, desenvolvimento sustentável as necessidades intrínsecas à cultura humana, levando-nos buscar compreender a complexidade do sítio simbólico do bairro João Cabral.

### **2.2.2 Bairro João Cabral: chão e história**

Esse momento, em particular, trata-se do nosso objeto de estudo, o bairro João Cabral, em que foram necessárias abordagens históricas do espaço macro de sua localização, o município de Juazeiro do Norte-CE, a fim de compreendermos o contexto de sua formação espacial e os arranjos das relações culturais que formou a materialidade de sua paisagem. Apresentamos aspectos da condição socioespacial, cultural, econômica e ambiental do bairro, elegendo-as como dimensões pontuais à análise.

Um bairro é uma célula urbana com particularidades destas dimensões. Então, há uma tendência preconceituosa ao referirmo-nos a uma periferia de pessoas com menor poder aquisitivo da cidade. A palavra “periferia” é constituída com interpretações de marginalidade social e espacial fazendo parte da cultural do discurso comparativo de segregação, e de outro modo, é dizermos que toda periferia de pobre é favela, comumente, que favela é um lugar de sujeitos, coisas e espaços insignificantes e invisíveis ao restante da cidade.

Um bairro seja especializado e tenha suas formas produzidas nas formatações de qualquer condição socioeconômica é parte do mosaico urbano, essencialmente, da cultura urbana de um lugar, em que os comportamentos, as crenças, os símbolos, a organização espacial, o saber local, a materialidade paisagística, as memórias, enfim, dão o real sentido de sua existência. Elementos ligados às mutações espaciais e paisagísticas que nos impulsionou a escolha do bairro João Cabral e nos levou ao espaço vivido como mediador de memórias.

As interpretações acerca do João Cabral exigiam-nos a complexidade do conhecimento dos moradores em seu espaço vivido, a paisagem elemento material e generalista do espaço colocou-se como mediadora para o conhecimento. Assim, despertou-nos à compreensão do espaço vivido de outrem, que é um conhecimento social “não pode ser totalmente separado dos valores e das crenças que animam os fatos dos gestos dos atores de um dado lugar” (ZAOUL, 2003, p. 58). Do espaço vivido a um lugar simbólico:

Enquanto, ‘pátria imaginária’, um sítio é, antes de tudo, uma entidade imaterial, logo, invisível. Impregnada de modo subjacente os comportamentos individuais e coletivos e todas as manifestações materiais de um lugar (paisagem, habitat, arquitetura, saber, fazer, técnicas,

ferramentas etc.). Deste ponto de vista, o sítio é um espaço, um patrimônio coletivo que estabelece sua consistência no espaço vivido dos atores. (ZAUOL, 2003, p. 112).

Hassan Zauol acredita que o sítio é um lugar construído no processo de integração do homem de natureza relacional com seu espaço de convívio, por outro lado, é este ambiente que ele se identifica ou é identificado. Em outra interpretação diz Zauol (2003, p. 54) que: “Na prática, o conceito de sítio é flexível. Pode ser aplicado em múltiplas escalas e organizações; bairro, cidade, região, localidade qualquer, tribo, etnia, comunidade de origem diversa, país, cultura, civilização, profissão, oficina, empresa, organização e etc.”.

Os arranjos simbólicos e as formas espaciais produzidas pelas práticas sociais e espaciais que compõe o sítio materializam um lugar. Este é uma fragmentação espacial que referencia experiências vividas das quais nos identificamos por meio de um sentimento, fazendo parte de nossa vida, criando em nós identidade própria; uma porção espacial que vivemos experiências, portanto, experienciado, e tido como espaço vivido. O sítio incorpora uma rede de manifestações subjetivas que promovem as concretidades das formas do espaço.

O patrimônio remete-nos a uma produção singular de expressões culturais, espaciais e ambientais de um lugar que nem sempre está diretamente associada à materialidade, contudo, em qualquer estado de sua manifestação o patrimônio é um bem material ou imaterial que descreve as produções que caracterizam a importância identificável de um lugar e de um grupo específico. Cada um destes traz seus próprios legados patrimoniais em sua escala geográfica e temporalidade histórica.

No momento em que um determinado grupo se relaciona em seu espaço, a espiritualidade de sociabilidade é exercida direta ou indiretamente. Sendo óbvias as manifestações de sentimentos e emoções vivenciais, como os ritos de festas comemorativas, os conflitos ou um lugar de encontros afetivos em um espaço público, por exemplo.

Buscamos conhecer a complexidade do bairro João Cabral a partir de sua história e sua espacialidade, duas vertentes indissociáveis que somente se tornaram possíveis com a contribuição das pessoas que vivem há mais tempo no bairro, pois, acabam desenvolvendo segundo Yi-Fu Tuan “uma familiaridade engendrada de aceitação e até mesmo de afeição” (TUAN, 1979, p. 249). O que nos remeteu como ancora fundamental aos locais na remontagem espaço-temporal e afetivo do bairro.

Referente a dar voz aos sujeitos diretamente relacionados ao nosso objeto de estudo, como ponto focal da nossa pesquisa, conectou-se as propostas da sustentabilidade quando ela nos propõe construir conhecimentos pelo caminho da interdisciplinaridade e fusão de saberes.

Diálogo de saberes, entre saber local e ciência. O saber cultural dos sujeitos que partilhou e partilha de experiências e trocas de conhecimento com outros sujeitos que reproduzem o seu espaço e se reconhecem nele. São saberes ricos, esclarecedores e complexos que dão sentido a construção complexa do objeto estudado.

Por não haver nenhuma história escrita acerca de quando e como surgiu o bairro João Cabral, fomos levados a pesquisar a história viva. Uma história contada pelos moradores, das quais as entrevistas na íntegra encontram-se em anexo, seguida de dados específicos do local. Foi o caso de ouvirmos, a princípio, o senhor José Adail de Mendonça, 92 anos de idade, promotor imobiliário que promoveu a urbanização legalizada do João Cabral.

Quando perguntamos o que antes era o bairro João Cabral, ele nos respondeu:

O bairro João Cabral antes era uma grande fazenda pertencente a duas famílias: os Pires e os Coimbras. O coronel Manuel Pires tinha a maior parte das terras; a menos parte pertencia ao Coronel João Cabral. A área da fazenda se estendia onde hoje são os bairros Timbaúba, Lagoa Seca, Romeirão e João Cabral. Depois, estes coronéis foram vendendo pequenos lotes e por volta de 1954 ocorreu a implantação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco-Chesf e com ela veio a primeira ocupação irregular. Só em 1964, nós da Sociedade de Comércio e Imóveis-Socil, compramos uma grande parte dos terrenos e começamos a loteá-los. O bairro João Cabral foi um dos bairros loteados por nós (MENDONÇA, comunicação verbal, 2014).

Do mesmo modo nos confirmou os senhores Elias e Francisco, o primeiro morador há 34 anos e o segundo, residente a mais de 27 anos no Bairro João Cabral. No caso do senhor Elias, seus pais moraram nas terras da fazenda de Manuel Pires.

O espaço geográfico do bairro João Cabral tem uma raiz tradicionalmente rural e como todo processo de urbanização é capitalista, há uma expansão periférica para o espaço rural fomentada pela atuação inerente dos agentes produtores do espaço urbano; por sua vez, intermediam o uso deste espaço entremeio a articulação do processo de urbanização que é diretamente relacionada ao grupo social de interesse. Dessa forma, os agentes definem não só a paisagem como a relação com seu lugar.

Tais necessidades impulsionam o processo de transformação do espaço urbano liderado por atores específicos possuidores de ponto de vista diferentes, que negociam e travam combates entre si gerando conflito por terra urbana. Assim, são os grupos sociais excluídos, o Estado, os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários e os promotores imobiliários (CORRÊA, 1993).

Conforme o senhor Mendonça (2014) os proprietários fundiários, os coronéis; os promotores imobiliários, a Socil e o Estado promoveram a produção espacial do bairro João Cabral, juntos aos grupos sociais excluídos que fizeram a ocupação irregular em uma área proibida à moradia.

Não podemos reduzir o tecido sócio geográfico do bairro João Cabral a uma construção perceptiva homogênea. É preciso considerá-lo como uma formação heterogênea sem perder suas peculiaridades espaciais, concomitantemente, a uma avaliação de quatro eixos dimensionais da sustentabilidade: socioespacial, cultural, econômico e ambiental, uma remontagem heterogênea que descreve o quadro espacial e paisagístico do bairro.

A condição de subcidadão e subespaço nos faz com que concordemos com as colocações de Kowarick e Bonduki (1994, p.10), ao elevar o conceito de subcidadania a expressão sócio espacial quando diz: “irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade, face a um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a vida nas cidades”.

Já acerca de subespaço, quando na teoria física é o lugar onde predominam as leis da física diferentes do espaço normal. E, em analogia ao espaço geográfico que, por sua vez, é dividido e diferentes fenômenos sociais se manifestam. Os subespaços são áreas funcionais com uma “dimensão social original, uma dimensão que é de uma só vez, temporal e espacial” (SANTOS, 1978, p. 76). Ao colocarmos o subespaço como parte inferior da cidade, estamos de outra forma alimentando a percepção de estigmatização espacial atribuída ao processo de segregação socioespacial.

Nayane Mirley, bibliotecária do Serviço Social da Industria-SESI, a exemplo desta percepção, falou-nos da sua experiência com um projeto social que sua instituição religiosa havia desenvolvido no bairro, e perguntamos quais as primeiras impressões que teve da paisagem local:

Antes de começar a andar no João Cabral à imagem que tinha era de pessoas muito pobres e assaltantes. Pessoas vendendo drogas nas esquinas e muito violentas. Para mim o João Cabral era uma favela. Porém, quando conheci pessoas que moram no bairro e passei a ter convivência no local, a impressão de antes foi amenizada, percebi que a imagem repassada acerca deste não era bem como as pessoas diziam, embora, até os próprios moradores, passassem certo temor do local (MIRLEY, comunicação verbal, 2013).

Embora, o perfil econômico de alguns que habitem os espaços populares se elevem, os benefícios públicos implantem melhorias urbanas em áreas carentes valorizando os espaços e



a especulação imobiliária reproduza uma nova roupagem à forma espacial, isso não representa necessariamente a desconstrução imediata da estigmatização sócio espacial existente nestes lugares.

Os resultados da urbanização puramente capitalista que fragmenta os espaços e aumenta a desigualdade social é o oposto da sustentabilidade urbana. Segundo Coelho (2014, p. 140) a sustentabilidade urbana é uma abordagem que “têm como propósito a substituição do racionalismo estritamente voltado para a dimensão econômica por um racionalismo mais amplo, que contemple, além do aspecto econômico, os aspectos sociais e ambientais”.

Nesse contexto, a sustentabilidade como um novo paradigma que reconfigura o social e espacial é uma contracorrente ao modelo degenerativo relacional do homem com a natureza, e com o surgimento das cidades, o território urbano tornou-se o principal palco de degradação.

A cidade deve ser pensada na totalidade espacial para gerar medidas de política pública urbana com intuito de evitar a degradação mantendo o ambiente natural saudável, reduzindo a desigualdade social, assim como, sob a parceria popular de gestão participativa entre poder executivo e comunidade para que em conjunto planejem os desafios futuros (COSTA, 2004). A cidade não deve ser governada sob critérios de seleção ou fragmentação espacial, ela é a todo formada por suas partes, os bairros, e eles constroem a rede macro do espaço urbano. A cidade deve ser pensada na ótica ecossistêmica urbana, onde seus espaços funcionam como cadeias interdependentes, se quebradas geram desconfortos e produzem anomalias socioespaciais. Ao contrário, as condições de vida nos espaços urbanos, tornam-se insustentáveis.

A produção do espaço urbano não constrói, apenas, formas concretas paisagísticas, mas, uma paisagem das representações dos conflitos socioespaciais e dos sentimentos dos sujeitos moradores, em que ambos, referenciam seus atores sociais geograficamente. Portanto, entendemos que uma exploração da realidade das dimensões socioespaciais, ambiental, cultural e econômica projetadas na paisagem do bairro João Cabral, sem desconsiderar a dimensão política-institucional, pois está permeia entre as outras, puderam representar os caminhos de análise da sustentabilidade.

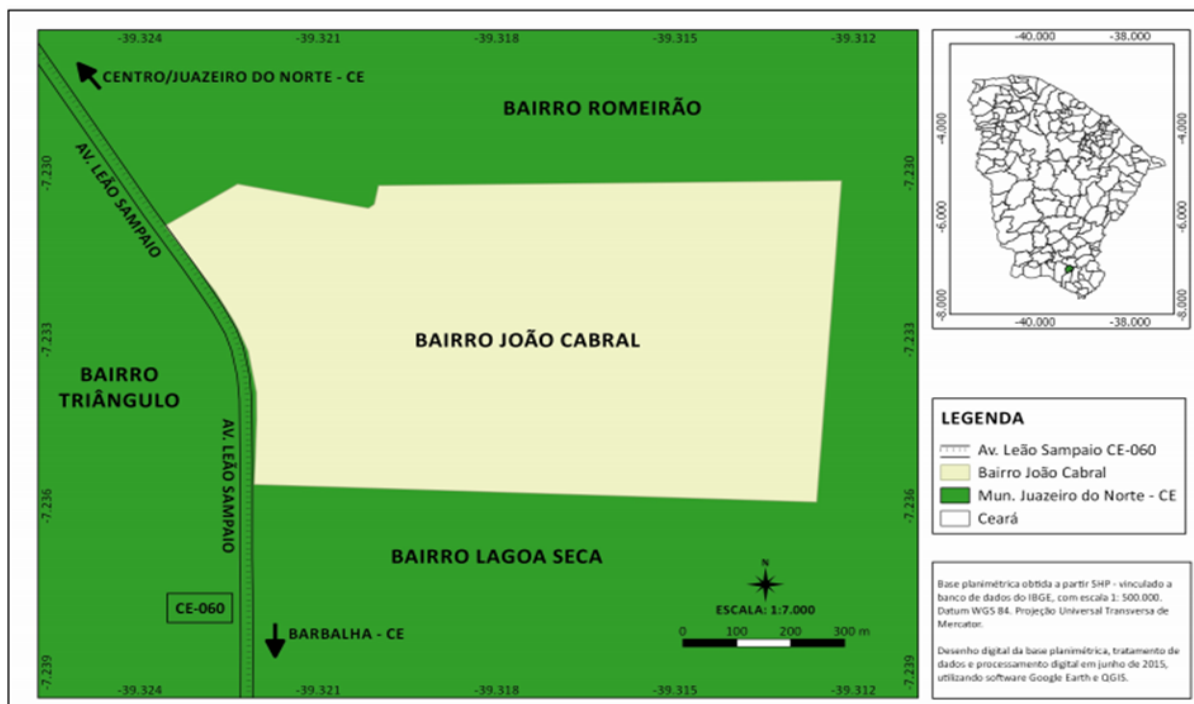
As dimensões apontadas foram pontuais para compreendermos por que uma das identidades do bairro João Cabral é favela, pois, a outra, é de cultura de tradição. Ela, favela, estaria no discurso político nas narrativas dos sujeitos moradores e não moradores. Como uma representação clássica de categoria urbana é um ambiente desfavorável à qualidade de vida., As experiências, contudo, no espaço vivido são quem decifram a percepção de lugar do

sujeito morador, que mesmo em meio às condições não favoráveis sociais, ambientais e econômicas projetam o seu espaço e si percebem nele.

### 2.2.2.1 O contexto sócio espacial e cultural do bairro João Cabral

O bairro João Cabral como uma célula urbana do território de Juazeiro do Norte está localizado na área Sul da zona periférica, figura 2, foi o que mais se expandiu. O bairro é o quinto mais populoso e possui uma representação social, espacial, ambiental e cultural bem peculiar.

**Figura 02** – Representação espacial do Bairro João Cabral na área territorial do município de Juazeiro do Norte-CE.



**Fonte:** elaborado pela autora, 2014.

A área territorial que abriga o bairro João Cabral é parte dos loteamentos chamados de Parque da Liberdade A, B, C e D, e depois receberam os respectivos nomes: Lagoa Seca, Romeirão, João Cabral e Timbaúba (MENDONÇA, comunicação verbal, 2014).

Existe uma depressão geológica chamada Grota apresentando-se como um divisor não apenas físico de ocupação, mas, também de simbologia socioespacial. Esta depressão foi a passagem de um dos afluentes do rio Timbaúba, hoje impermeabilizado com asfalto seguindo no bairro João Cabral como Avenida Nossa Senhora de Fátima. A grota, como é chamada o

local, tratava-se de uma área rebaixada com muita vegetação e água. Um lugar ermo e perigoso no início de urbanização do bairro, segundo alguns moradores, mas, foi sendo ocupado conforme o crescimento populacional.

Como Juazeiro do Norte possui um histórico de aumento populacional, devido muitos romeiros que passaram a ficar na cidade, grande parte destes foram se alojando nas zonas periféricas, a exemplo, o bairro João Cabral. A depressão permite uma visão panorama do alto e tem um valor histórico para a formação do espaço geográfico do bairro.

A Grota é o caminho das águas. Informou-nos o promotor imobiliário:

Em períodos chuvosos as águas acumulam-se neste local. Nós da Socil quando fomos lotear o bairro João Cabral deixamos mais de quinze metros de largura de sua área, mais depois as pessoas foram ocupando suas margens. Se houvesse grandes chuvas toda as casas próximo da grota seriam inundadas. (MENDONÇA, comunicação verbal, 2014).

A ausência ou omissão de planejamento urbano, sobretudo, por parte da gestão pública e ótica de consciência comunitária perante os impactos causados pelo modo de espacialização, são ações promotoras de condições socioespaciais, no presente, insustentáveis.

Com a expansão urbana, o João Cabral tornou limítrofe aos bairros Lagoa Seca, Romeirão, Santa Tereza, Frei Damião e Timbaúba. Sendo um bairro com 114,47 km<sup>2</sup>; uma das maiores populações concentrada por área no município 17.851 hab e densidade demográfica de 264,32 hab/ha. A população do bairro em relação ao município é de 7,1% distribuídos em 52,4% de homens e 47,6% de mulheres (CENSO, 2010).

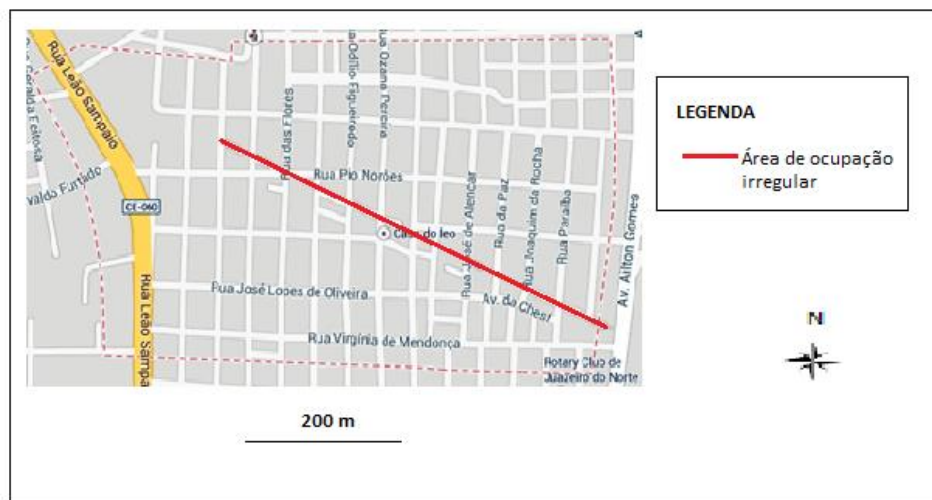
A totalidade populacional do João Cabral teve um aumento considerado se comparado aos dados do ano de 2000. Conforme o Plano Diretor do Município de Juazeiro do Norte (2000), o bairro possuía 11. 643 ha e 101,71 hab/ha. Ou seja, entre 2000-2014 o bairro apresentou um aumento populacional de 6.208 hab, número maior do que alguns municípios do Ceará, por exemplo, o município do Baixio com 6.026 hab. (CENSO, 2010). Aumento do qual está diretamente ligado ao processo de urbanização e crescimento econômico acelerados em Juazeiro do Norte. O adensamento populacional é somado ao déficit de estrutura física e precariedade de serviços públicos.

Densidade populacional e expansão urbana são impactos diretos no ambiente urbano, sendo a sustentabilidade uma ferramenta pontual que aproxima as máximas: dimensão ambiental e espaço urbano. O bairro João Cabral reflete, em análise física espacial, a

desproporcionalidade da qualidade de vida urbana. O seu espaço apresenta precariedades ambientais e vulnerabilidades sociais, principalmente, na área de ocupação irregular.

A precariedade de moradia nesta área localizada no território da subestação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco-Chesf, linha diagonal no centro do bairro, como vemos na figura 03 é um caso a ser reavaliado sob a luz da sustentabilidade e seus indicadores de equidade, inclusão, cidadania participativa, erradicação da pobreza, equilíbrio ambiental e espacial, dos quais eles a torna possível de ser implantada na escala local, como exemplo o Programa Agenda 21, consolidado na Eco-92, que são diretrizes para consolidar o desenvolvimento sustentável local erradicando a miséria e protegendo o meio ambiente. Segundo os estudos do Instituto Polis, as áreas ilegais de ocupação no Brasil são áreas de risco definidas pelas formas encontradas em seu território, por exemplo, a ocupação nas áreas de sub-redes de alta tensão, por emitirem uma grande quantidade de radiação, sendo de alto risco a saúde humana (MANUAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, 2006).

**Figura 03** – Delimitação Cartográfica do Bairro João Cabral com linha diagonal da área Chesf.



**Fonte:** Google Mapas adaptado pela autora, 2014.

A área da subestação trata-se de toda a extensão da linha oblíqua identificada na figura acima. Ela vinha sendo ocupada irregularmente desde o ano 1954, porém nos anos 90, o adensamento tornou-se mais pontual (MENDONÇA, 2014) e, atualmente, conforme Leandro Feitosa Técnico de Pesquisa do IBGE (2014) contém aproximadamente 5.825 pessoas residentes com precariedade de moradia o que levou o bairro à categoria de Aglomerado Subnormal.

A sede da Chesf encontra-se com sua faixa principal e conectores de energia de alta

tensão voltados para Avenida Leão Sampaio. A fiação desta estação é um símbolo para representação da área de ocupação irregular do bairro João Cabral. No entanto, viver sob os fios, radiação e ausência ou omissão de políticas públicas não se trata de problematizarmos casas (construções de concreto) em jogo, mas, pessoas em um estado de vulnerabilidade.

Os riscos da rede de alta tensão são uma adição a violência existente, com vários homicídios e conflitos. Informou-nos o comandante do Ronda do Quarteirão, Tenente Guedes (2004), o uso de drogas é muito presente somado aos crimes de sua comercialização e furtos, principalmente, por adolescentes e jovens – todos os crimes são pontuais na área da ocupação irregular.

Embora não seja o indicador de violência e crime que define o reconhecimento de uma favela, por sua vez, estes, tornam-se centrais e pertinentes para compreendermos o fato de pessoas que não moram no bairro, associá-lo a uma favela e moradores do bairro nomearem apenas a área da ocupação irregular como favelinha.

A violência não é um estigma, ela é real, realçando a imagem negativa do bairro, o primeiro em números de homicídio na cidade de Juazeiro do Norte. De acordo com o caderno de notícias do Diário do Nordeste Verdes Mares (2013), foi elaborado um mapeamento de áreas perigosas no interior do Ceará; O Juazeiro do Norte sob a coordenação do comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar-BPM da época, tenente-coronel Wellington Alves da Silva, constatou no período de janeiro a outubro, 111 assassinatos no município superando em 8% os homicídios ocorridos neste mesmo período no ano anterior. Em foco, o bairro João Cabral destacou-se em primeiro lugar no índice de criminalidade, uma posição de total insegurança pública.

Essa realidade pressupõe que o índice de criminalidade existente em um bairro específico da cidade está associado ao perfil social de um grupo que o especializa e, conseqüentemente, agregado a questão de pobreza econômica da qual produz o espaço e reflete na paisagem que a identifica. Conforme Lopes (2010, p.25) “a pobreza produz lugares, como contextos nos quais ocorrem formas distintas de organização dos sujeitos, enquanto atores sociais que participam dos diferentes modos de produção”. Além disso, a desagregação identitária (BAUMAN, 2005) acontece em relação a seu próprio espaço e outros na cidade. A pobreza torna-se um condicionante espacial e enraíza fissuras comportamentais nas relações da sociedade contemporânea, como diversos tipos de violência urbana.

De fato, este perfil de insegurança pública no bairro João Cabral nos parece o outro lado da exclusão social em relação ao todo da cidade de Juazeiro do Norte, quando buscamos compreender as intervenções da administração pública por meio de políticas públicas para

esta realidade. Em relação a isto, uma ação social governamental pontual no bairro, a Cozinha Comunitária, projeto do Programa do Governo Federal fomentado pelo Ministério de Combate à Fome e Miséria, voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade social, pobres.

A condição social destes moradores em estado de vulnerabilidade abre o curso da história para repensar propostas de erradicação desta problemática, que sejam sustentáveis, tendo em vista que a ela é uma maneira de recriar condição de vida dando sentidos de existência para a humanidade (LEFF, 2010). Se existe a comprovação de grupo de risco social no João Cabral, deve basear-se em articulação de gestão pública e comunidade.

Para nós, este projeto é mais um aferidor da vulnerabilidade social no João Cabral. Como nos falou a Coordenadora do projeto, a Senhora Ivania Chaves Dantas (2014), ele só é implantado em bairros de alto risco de vulnerabilidade social. As famílias são cadastradas pelo Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. No bairro João Cabral, são cadastradas 84 famílias, sendo no total de 364 pessoas atendidas por dia, com uma refeição, de segunda a sexta-feira, das 10:3h às 12:00h. Destas, 60 são mulheres e 160 crianças de 0 a 12 anos. No caso dos homens jovens e idosos, o perfil, conforme a coordenadora, são de usuários de drogas ilícitas e álcool. A contrapartida da comunidade é envolver-se na cozinha, participando de cursos de capacitação culinária e de artes na própria sede do projeto. Mas, “a comunidade do bairro João Cabral não é participativa, diferente da comunidade do horto”. (entrevistado Dantas, 2014).

Esse quadro reflete a vulnerabilidade especialmente entre crianças e drogados. Uma das representações marcantes do bairro é o envolvimento das crianças, adolescentes e jovens com o uso e tráfico de drogas. A imagem que identifica o bairro no discurso de quem não o espacializa, predominantemente, é esta.

No que diz respeito à saúde existem três postos de atendimento a família, e tomamos como amostra para este indicativo o PSF 51, coordenado pela enfermeira chefe Elisângela Oliveira da Silva. Segundo a enfermeira entrevistada (2014), os dados de atendimento dos postos são atualizados todos os meses junto a Secretária Municipal e ao Ministério da Saúde. Dois destes dados, do mês de abril de 2014 nos chamou atenção, o atendimento a 34 gestantes, sendo que entre estas a maioria são adolescentes. Além disso, segundo o Programa Municipal de Doenças Sexualmente Transmitidas (2014), existem 423 casos de AIDS só no bairro João Cabral.

Os índices formam um panorama preocupante, principalmente no que se diz respeito ao grupo de adolescentes envolvidas, não apenas na condição gestacional, mas, no uso e

tráfico de drogas. A infecção do vírus da AIDS, também é alarmante e, ambos indicadores, nos incomodam ao pensarmos na atuação das políticas públicas e seus programas em saúde e intervenções educativas para o bairro. Outro modo, como elas podem ser executadas em estratégia governamental municipal inovadora tratando-se das particularidades de vulnerabilidade social existentes em que os números traçam um perfil e eles devem ser mapeados e combatidos.

Acreditamos que a ausência ou omissão de políticas públicas no bairro é bem mais ampla, não apenas voltada a este contexto social, mais, abrangendo uma realidade global de vulnerabilidades em espaços segregados da qual os qualificam como tais, criando uma condição relacional de indiferença entre o sujeito e seu espaço habitado. A participação deste sujeito morador na construção cotidiana social e espacial sustentáveis implica na mudança de sua realidade social e na compreensão de se perceber como sujeito político participativo na construção do seu bairro.

A falta de outras estratégias e execuções de ações, como, requalificação espacial sustentável, áreas de recreação, esporte e lazer, incentivo à potencialidade cultural local e programas que promovam a geração de renda e educação contextualizada à realidade do bairro devem ser suportes pontuais para projetos governamentais que envolvam a comunidade. Encontramos duas áreas de recreação, esporte e lazer, as únicas no bairro, a quadra pública esportiva e a Praça Maria Socorro Cruz-CC. Segundo alguns moradores, a Praça Maria Socorro Cruz era uma área vazia sem nenhuma arborização, o piso de terra sem nenhum atrativo de lazer para que a comunidade possa usufruí-la como um espaço de socialização; pelo contrário, era apenas um ponto de drogas. Em um ponto central no bairro, o espaço da praça é compartilhado com o primeiro posto de saúde e da creche, ambos, construídos ao lado da área de esporte e lazer da praça.

Um bairro não é percebido isolado da cidade, assim como a cidade é um ambiente que se contempla por suas partes. Na medida em que a cidade se preocupa em manter ou melhorar a qualidade do seu ambiente social e ambiental, conserva-se a harmonia territorial, adotando estratégias para garantir um ambiente seguro e com redução de desigualdades. Com isso, criam-se espaços públicos recreativos e inclusivos, existirá uma iniciativa para caminhos sustentáveis de gestão urbana.

Diante desse quadro sócio espacial, o bairro João Cabral, contudo, possui uma característica que se destaca perante os demais em Juazeiro do Norte, a cultura de tradição, é uma dimensão presente e desempenha um papel fundamental em ações em datas festivas locais e regionais. Hoje, com quatorze associações de cultura, as ações culturais internas e

externas são apresentadas, em datas festivas na Região do Cariri e fora dela. Com reisado, dança do coco, maneiro pau, bacamarte e quadrilhas juninas.

As manifestações culturais de tradição superam gerações como o grupo de Lapinha existente no bairro. As crianças envolvidas vivenciando diversos espaços culturais como promotoras da cultura de raiz, ampliando a educação humanizada pela cultura do saber local. Os bacarmateiros têm participantes de geração conservadores da cultura de tradição e crianças garantindo o conservadorismo cultural nas novas gerações. Segundo Zé Nilton Souza (entrevistado, 2014), os grupos apresentam-se em diversos lugares, inclusive em regiões do sul e sudeste do Brasil. Participam de encontros de cultura de tradição, com dificuldade, pois, não há patrocínio certo. Hora por outra, o Serviço Social do Comércio-Sesc é o único que ainda dá algum incentivo.

As ações culturais como essas poderiam representar um caminho ao combate as vulnerabilidades sociais no bairro, porém, um impasse a este segmento está na ausência de incentivo público, como fragmentação e desarticulação entre as associações culturais, fatos que enfraquecem o significado da cultura de tradição local. A cultura é um caminho ao desenvolvimento humano, dessa forma, a cultura cria e recria espaços.

As intervenções sociais são transformadoras da condição de vulnerabilidade de um lugar. Em atuação, alguns projetos de organizações não governamentais, conseguem mudar a realidade econômica, educacional, política, ambiental, cultural e social de uma comunidade de risco, agindo no ciclo sistêmico da sustentabilidade. Com atividades diversas nessas dimensões como ocorreu na comunidade da “Rua do Lixão” na cidade de Arcoverde, no semiárido do Estado do Pernambuco.

A Fundação Terra foi criada em 1984, na comunidade da Rua do Lixo, local do antigo lixão da cidade de Arcoverde. Criada por seu mentor Padre Airton Freire de Lima com o objetivo de resgatar, literalmente, do lixo, homens, mulheres e crianças, vistos, segundo o padre, como o suprasumo da miséria da cidade de Arcoverde. Pessoas jogadas a própria sorte, se “alimentando” de restos de comida encontrados no lixo e de esmolas conseguidas nas ruas; “morando” em barracos de papelão, lata ou taipa; sem água, sanitários, luz elétrica, rua pavimentada, escola, assistência médica (FUNDAÇÃO TERRA, 2014). Hoje, a Fundação Terra, desenvolve projetos de educação continuada e profissionalizante; na cultura com incentivo e atividade das culturas de tradição, como, maracatu sinhá e samba de coco, biblioteca, cursos de música e grupo de percussão. No social, esporte e lazer, projeto água potável, programa segurança alimentar, entre outros. A comunidade, em todas as áreas foi transformada, conforme a Fundação Terra.



Vejamos um exemplo de intervenção cultural na comunidade do bairro João Cabral: a companhia Carroça de Mamulengo, projeto artístico de raiz mambembe que se tornou um dos mais importantes projetos socioculturais da Região do Cariri, precursor na década dos anos 80. Ao chegar a Juazeiro do Norte-CE, instala-se por oito anos no bairro João Cabral. Para este, a companhia foi de grande importância e representatividade, pois, à vulnerabilidade social sempre foi existente. A companhia escolhe o bairro com a finalidade de fortalecer a cultura de tradição.

Acerca da atuação da Companhia Carroça de Mamulengo, Neves (2013) relata que:

Dentre outras contribuições, “o Carroça”, como é carinhosamente chamada a companhia de brincantes, criou naquela comunidade a “União dos Artistas da Terra da Mãe de Deus”, movimento que congregou os principais grupos de tradição popular de Juazeiro do Norte, e criou espaço para o diálogo desses grupos com a comunidade local e com os poderes públicos. (NEVES, 2013, p. 94)

Desenvolvendo atividades artísticas com as crianças do bairro na praça, ministrando oficinas diversas; o Carroça com a União dos Artistas, realizou uma ação de plantar árvores na praça, na qual, envolveu as crianças participantes do projeto, sendo as primeiras árvores plantadas. Em entrevista concedida a Neves (2013) Maria Gomide, filha do criador desta companhia, João Gomide, relembra com emoção esta ação:

Quando ando hoje pelo João Cabral, é emocionante ver que as mudas que a “União” plantou na praça do CC, com muito sacrifício e trabalho, vingaram! Esse é o único espaço de lazer da comunidade, e é cuidado por um casal de moradores que regam e varrem, voluntariamente, todos os dias, os canteiros da praça (mesmo enfrentando muita dificuldade) (GOMIDE, *apud*, NEVES, 2013, p. 99).

Com um tempo, a quadra esportiva foi construída e coberta e, só recentemente, a praça passou por uma requalificação em sua estrutura, encontrando aparelhos de ginástica e de esporte. Eles se tornaram um atrativo à comunidade levando-a usufruir e participar mais do espaço da praça. Outros espaços precisam ser repensados e recriados, visando o bem comum da comunidade, envolvidos, não somente pelo poder público, sobretudo, com a comunidade.

A imagem do bairro é polissêmica, e pode ser categorizada em eixos múltiplos, como, a imagem da violência, da cultura de tradição e da insustentabilidade espaço-ambiental. A primeira, violência, reflete a imagem macro externa do bairro, em outras palavras, o cartão paisagístico do João Cabral que consolidou na percepção comum da sociedade juazeirense

que não mora no bairro.

A segunda trata-se de manifestações e conservadorismo entendido no nicho da cultura popular e nos espaços vividos: associações culturais, ruas e praça do bairro; por seus mestres e brincantes que mantêm a tradição. A cultural, por sua vez, os identifica, os especializam, ampliam suas histórias, oportunizam experiências por meio de outros modos de linguagem: o ritmo, o cântico, a música e as cores. Acreditamos na cultura como véis dialogisante no interior de uma comunidade local abrindo um leque de questionamentos e inquietações que ultrapassam a realidade da violência e das precariedades existentes.

Por último, a insustentabilidade espaço-ambiental causa o desconforto comunitário, embora, a própria comunidade seja coparticipante desta realidade, a condição física e ambiental local é associada à condição econômica de seus moradores.

#### **2.2.2.2 Feira da Troca: um nicho econômico influenciável**

O uso do espaço público e o consumo de alguns serviços em espaços privados são associados à condição econômica. Segundo Corrêa (1993, p.64) existe auto segregação por parte da elite: “a existência de bairros suntuosos e, mais recentemente, dos condomínios exclusivos com muros e sistema de vigilância, dispondo de áreas de lazer e de certos serviços exclusivos”, deixa-nos claro a diferença de espacialidade enquanto a relação com lugar de residência e os serviços que lhes são disponíveis condizendo com as relações capitalistas.

Alguns bairros possuem uma representação mais pontual em serviços econômicos, como a exemplo do bairro central e bairros industriais. Os bairros suntuosos, como o autor se refere, gera uma demanda de serviços sofisticados: de restaurantes, lojas, boates, entre outros. E, na maioria dos bairros residenciais populares, a comercialização é mais concentrada em produtos diretos ao consumo doméstico: mercearias, bares, salões de beleza e feiras de ruas; há casos que pequenas fábricas se instalam em bairros no processo de expansão urbana periférica.

Em especial no bairro João Cabral destaca-se a “Feira da Troca”, um centro de comercialização, hoje, localizada no bairro. Trata-se de uma economia informal reunindo diversos tipos de artigos novos e velhos. Esta feira existe a mais de trinta anos no município de Juazeiro do Norte-CE e é identificada como um local de transações ilegais. A feira iniciou com um pequeno grupo de pessoas que se encontravam próximo a antiga estação de trem para trocarem objetos, e com um tempo, passaram a vender outros. Atualmente, segundo o

comandante em vigência do Ronda do Quarteirão, muitos produtos negociados na feira são ilícitos.

Os produtos da feira são diversos; roupas, motocicletas, alimentação; muitos objetos eletrodomésticos, um grande número de barracas com vendas de celulares e seus acessórios, ferramentas para construção e sucatas. Existe prestação de alguns serviços para concerto de bicicletas e celulares. A venda de dvd's piratas é bem presente. E, embora não esteja dentro da feira, a venda de automóveis seminovos são comercializados ao redor da feira.

Aqueles que não possuem barracas, fazem suas transações comerciais no centro da feira como antes acontecia. Segundo senhor Elias (dados da entrevista, 2014), “tudo se vende na feira, qualquer coisa, nova ou usada, quebrada ou funcionando. O que vocês possam imaginar se vende na Feira da Troca. Aqui, se souber viver arranja qualquer trocado”.

Em seu processo de transação comercial informal, há ações ilegais que tornam a feira um ambiente adverso. Quando transferida para o bairro, ela, tanto absorveu o estado segregativo do João Cabral como pode ter fortalecido a imagem negativa de lugar que possui.

O motivo da transferência da Feira, segundo Sebastião, vendedor há mais de doze anos, se deu porque Manuel Santana, antigo prefeito, quis organizar a cidade *tirando a feiura da parte central*. Segundo o ex-prefeito, o local onde se encontrava a feira, a Praça da Bíblia, era particular, e também queria incentivar o comércio do mercado do peixe do bairro João Cabral, pois, esse não tinha movimento nenhum (SEBASTIÃO, 2014, grifo nosso).

Contextualizando a sua fala com as intervenções públicas de ordenamento dos espaços urbanos, nos chamou atenção o termo “tirando a feiura da parte central”, como uma espécie de higienização urbana, sob a justificativa de tirá-la de uma área central com fácil acessibilidade para um local com pouco acesso e violento. Segundo Sebastião, noventa por cento de seus vendedores são de outros bairros.

A praça foi revitalizada com área de lazer e esporte, já o local onde se encontra a feira no bairro João Cabral recebeu uma estrutura precária para funcionamento. Foi montado, apenas, um barracão coberto de zinco onde os vendedores armam suas bancas e poucos vendedores têm uma estrutura fixa. A ocupação para vendas na feira é comandada por uma liderança particular, de alguns vendedores, que administram a arrecadação de uma taxa de segurança privada.

Sendo assim, por que não ocorreu o inverso? Uma estruturação, organização e policiamento na praça para garantir a permanência da feira e a construção de uma área de lazer e esporte no espaço em que esta se encontra, no bairro João Cabral, tendo em vista a carência de áreas públicas lazer? Logo, devem ser as políticas públicas, pensamos.

Continua Sebastião:

O mercado neste bairro não era nada antes de chegarmos aqui. Agora a feira trouxe mais transação comercial para o mercado. Quem vem à feira vem e entra no mercado, apesar de que, o movimento da feira diminuiu muito quando veio para o bairro João Cabral; as pessoas têm medo. Mas, as casa ao redor ficaram mais caras. Tem casas que o aluguel era cinquenta reais, hoje, tem casa com o aluguel de quinhentos reais (SEBASTIÃO, comunicação verbal, 2014).

Não podemos negar que a intervenção pública urbana dinamizou esta parcela do espaço como trouxe um novo elemento para o bairro João Cabral transformando seu espaço e moldando uma nova paisagem: “A Feira da Troca do bairro João Cabral”.

Voltamos à questão da composição da paisagem. A paisagem é a expressão da relação social real (CARLOS, 2008). A paisagem é algo concreto no tempo presente do sujeito que a vivência, parte de sua espacialidade tornando-se um ponto de referência. De qualquer forma, será a paisagem da violência, da segregação e do pobre que fará parte do discurso alusivo da exclusão espacial urbana, devido a relação social real que se desenvolve com ela como foi verbalizada por Ivan, pernambucano, morador a doze anos no bairro João Cabral e comerciante na Feira da Troca a vinte anos:

O bairro João Cabral se torna péssimo devido a tudo que acontece aqui, violência, morte e droga. Quando a feira mudou para cá foi muito ruim para o comerciante. As pessoas não veem mais para a feira por que não tem ônibus. O ônibus parava em frente, aqui é escondido. E o bairro é muito perigoso, elas têm medo de estarem aqui. A feira quebrou no bairro. (IVAN, comunicação verbal, 2014)

A transformação do espaço é a produção da paisagem e mudança da relação social real. Ao perguntarmos se a feira não havia trago nenhum benefício ao bairro, continuou Ivan:

Trouxe. A feira é um lugar que ajuda muita gente. As pessoas desempregadas vêm aqui fazer um bico. Tem muita gente do bairro que vende alguma coisa na feira, ela funciona dia e noite. Olhe! O mercado do peixe não era nada antes da feira e as casas ao redor ficaram valorizadas. Uma coisa eu sei, quem sobrevive na feira, sabe viver em todo lugar. Aqui é uma faculdade (IVAN, comunicação verbal, 2014).

Os sujeitos apropriam-se do espaço para uma condição de sobrevivência, ao mesmo tempo em que se reconhecem nele dentro de sua realidade social. Esta condição de sobrevivência faz parte de um cenário de escassez de serviços, de infraestrutura e de

necessidades de consumo. Os sujeitos só sobrevivem na sociedade capitalista com dinheiro, e os modos como o geram concentram-se em dois mundos econômicos paralelos: a economia formal e a informal.

A especulação imobiliária promovida pela relação de melhoria do espaço acaba por valorizá-lo, no entanto, muitos problemas existentes no local, como os ambientais a seguir, somam para desvelar a realidade do lugar afetando diretamente o cotidiano de quem habita o bairro.

### **2.2.2.3. Os desconfortos ambientais**

A cidade é a materialidade das relações sociais, por sua vez, é possível compreender a qualidade de vida de uma sociedade por sua dinâmica urbana. Entendemos, bem como já discutimos anteriormente, que um dos fatores que implica na organização do espaço urbano é o crescimento urbano desordenado afetando diretamente a sociedade e todo contexto natural da cidade, criando fatores de moradias sem ou omissão de planejamento em infraestrutura, conservação dos recursos naturais, aumento da produção de lixo e segregações espaciais. A questão agrava-se quando não há ações públicas que combatam tais disparidades a fim de interagir com as particularidades, sociais, espaciais e ambientais do local. E, neste caso, a dimensão ambiental dialoga com o urbano e pontualmente em seus bairros.

Compreendemos, bem como já discutimos anteriormente que, “o crescimento urbano desordenado tem uma relação direta com a qualidade do ambiente urbano e esta, com a qualidade de vida dos residentes” (*ibidem*), criando fatores de moradias sem ou omissão de planejamento em infraestrutura, conservação dos recursos naturais, aumento da produção de lixo e segregações espaciais. A questão agrava-se quando não há ações públicas que combatam tais disparidades a fim de interagir com as particularidades, sociais, espaciais e ambientais do local. E, neste caso, a dimensão ambiental dialoga com o urbano e pontualmente em seus bairros.

O ambiente urbano produzido e reproduzido na velocidade do consumismo capitalista assume esses problemas peculiares ao seu processo, externalidades, que na perspectiva sustentável são efeitos negativos à qualidade de vida social e ambiental. Por outro lado, revela a necessidade de restabelecer o equilíbrio deste ambiente a partir de indicadores que entre si interconecte-se propagando um elo sustentável.

A proposta do relatório “Nosso Futuro: Cidades Sustentáveis”, III Fórum Urbano Mundial, realizado em Vancouver no ano de 2006, focou o desenvolvimento urbano sustentável considerando o mundo como urbano. Assumindo os problemas presentes e eminentes em sua dinâmica, a sustentabilidade urbana seria um processo âncora capaz de gerar transformações sociais (ANTONUCCI et al. 2009) e conservação ambiental como respostas a crise ambiental urbana (SILVA et al. 2012). A sustentabilidade ambiental, portanto, não se trata apenas de preservação da natureza em sua produção natural, mas, deve ser contextualizada ao espaço vivido e aos arranjos que estruturam as formas do lugar de convivência do homem.

Verificamos que o bairro João Cabral convive com vários problemas ambientais, principalmente, na área de ocupação irregular, com precariedade em infraestrutura, moradia e saneamento básico.

A condição de saneamento básico no bairro é precária, não fugindo da realidade de outros bairros da cidade de Juazeiro do Norte-Ce. Os esgotos são abertos nas faixas lindeiras das residências, as ruas são esburacadas e as casas, em grande parte é proveniente da autoconstrução, sem planejamento estrutural.

O Censo de 2010, nas variantes de banheiros sanitários e esgotamento por moradia permanente, correspondem a 17.659 instalados. No entanto, esse número não se refere às ligações ativas do serviço. A coleta de lixo para o destino final é em 17.320 casas (CENSO, 2010), mas, a condição espacial apresenta acúmulo de lixo explícito.

Apesar dos números na prestação do serviço público, a realidade da qual constatamos mostrou-se outra. O acúmulo de lixo em terrenos baldios é presente na maioria das ruas, concomitantemente, com os esgotos abertos que transbordam arrastando o lixo junto às residências. Isso faz com se prolifere diversos vetores, ratos, baratas, larvas, odores provocadores de algumas doenças de pele, respiratórias e intestinais, conforme, nos declarou a enfermeira chefe do posto de Saúde 51, Silva (2014):

Devido a falta de saneamento básico, água tratada e vetores da acumulação de lixo nas ruas, também como, a ausência de higiene em muitas residências, há aparecimentos de muitas pessoas com micoses, doenças respiratórias e diarreia. Além disso, as casas são muito pequenas e sem ventilação apropriada. Totalmente insalubre. (SILVA, 2014, comunicação verbal).

Diante desta realidade, percebemos que muitos aspectos de infraestrutura e ambiental no bairro necessitam de planejamento e gerência, pois, interferem diretamente na qualidade de

vida de seus moradores. Assim, fazendo uma interface com a realidade social e educacional da comunidade, como, a disposição de seu lixo doméstico nestes terrenos baldios e as construções irregulares de suas moradias, são fatos que trazem à tona aspectos de insustentabilidade local, sendo que o gerenciamento dos serviços públicos deve ser partícipe: poder público e comunidade.

O bairro João Cabral à medida que necessita de projetos e estratégias públicas, requalificação urbana local e ações comunitárias; envolvendo a comunidade no planejamento, decisões e execuções políticas participativas, aproxima-se das emergentes propostas de sustentabilidade para seu ambiente urbano. Um lugar com ausência e omissão nos serviços de: infraestrutura, cidadania participativa. Um quadro que pode somar na criação de identidade local, alvo destas investigações. As mutações espaciais e paisagísticas no bairro João Cabral por via das percepções dos moradores foi o meio de análise à sustentabilidade. Desse modo, antes de apresentarmos a percepção dos moradores acerca do nosso objeto de estudo, discutimos os conceitos de sustentabilidade, pobreza, espaço e paisagem como parâmetro analítico para o objeto analisado.

### 3 SUSTENTABILIDADE: UM DIÁLOGO EMERGENTE

*“A sociedade comporta as dimensões históricas, econômicas, sociológicas, religiosas...O conhecimento deve reconhecer o caráter multidimensional [...] Há um tecido interdependente, interativo e interretroativo entre as partes e o todo, o todo e as parte, as partes entre si”.*

(EDGAR MORIN)

Para compreensão entre a relação da sustentabilidade com o nosso objeto de estudo, bairro João Cabral, construímos um diálogo com os principais atores que consideramos fundamentais não só para o embasamento conceitual do que é sustentabilidade, mas, como ela se faz emergencial diante da crise ambiental e civilizatória, em escala global e local.

Outro ponto essencial é a construção do conhecimento científico, do qual cremos, que este se faz na interconectividade com outros saberes, apresentado como diálogo de saberes e o saber local, dois aspectos essenciais tratados na construção de um novo paradigma científico, da qual a sustentabilidade propõe ser interdisciplinar e inclusiva, por fim, nos conduzindo a amplitude da análise dos arranjos que se conectam ao objeto da pesquisa com base nos autores citados, pois, diante de seus discursos é claro o rompimento do homem com a natureza, ao mesmo tempo em que propõem o reencontro deste homem e da ciência com a condição de humanização.

#### 3.1 A ruptura com a natureza: o princípio de tudo

Quando decidimos abordar o tema natureza nesta discussão, consideramos o fato de entendermos que a tragédia planetária é produto da quebra de pertencimento do homem com a natureza, e por mais que saibamos que não há vida fora da relação simbiótica com a natureza, ainda insistimos em colar-nos estranhos a ela.

O posicionamento econômico e político no curso da história nos revelou isto, quando



o capital passou a conduzir o militarismo da produção do meio natural, provocando a exaustão do consumismo e levando-nos as relações superficiais. Tais relações não anulam a nossa condição de lugar, de tempo, de composição humana, como nos diz Edgar Morin (2003), contudo, nos coloca em um estado de estranhamento:

Estamos, em um só tempo, dentro e fora da natureza. Somos seres simultaneamente cósmicos, físicos, biológicos, culturais, celebrais, espirituais [...] Somos filhos do cosmo, mais até em consequência de nossa humanidade, nossa cultura, nosso espírito e nossa consciência tornamo-nos estranhos a este cosmo, do qual continuamos *secretamente íntimos* (MORIN, 2003, p. 38, *grifo nosso*).

A expressão “secretamente íntimos” denuncia uma cosmovisão de pertencimento somada a necessidade de sermos sensibilizados para uma reeducação planetária, de volta as relações afetivas entre homens e natureza, norteadas pelo conhecimento complexo, pois a complexibilidade produz validade humanística construindo sentido entre o todo do conhecimento, suas partes e vice-versa.

A essencialidade de um pensamento ecologizante como sugere Morin (2003) em outros discursos, bem como, Boaventura de Santos (1989) em muitas de suas obras, a exemplo, *Introdução de uma ciência pós-moderna* (1989) torna-se cada vez mais pertinente e nos faz vislumbrarmos a partir deste pensamento, a tessitura da própria sustentabilidade.

De modo em que, para nós, a ruptura do homem com a natureza tornou-se o maior mal no processo relacional da humanidade. Romper, desligar ou apartar são sinônimos delatores de algo que, outrora, já se fez parte em um tempo e em um espaço dos quais os homens se sentiram pertencidos em essência.

A história do homem é social e seu percurso de espacialidade foi (re)configurar o espaço geográfico a partir da ação de tomar a natureza pra si, o que é contrário de usufruir, pois, o primeiro sentido remete uma apropriação de poder, dominar e possuir. O segundo, usufruir, é um ato de “possuir o usufruto de algo; gozar de ou ter a posse daquilo que é inalienável” (Léxico: dicionário de português online. Disponível em: <http://www.lexico.pt/usufruir/>). Duas percepções se instalam: primeiro, quando na natureza em sua essência primitiva nos percebemos como uma extensão. E, por último, “a natureza humanizada”, transformada pela categoria das técnicas, do racionalismo e do progresso econômico nos vieses da lógica capitalista.

Camargo (2008), quanto escreveu acerca da ruptura do meio ambiente na Idade

Média, mostrou a diferença racional das percepções econômicas ligada aos recursos naturais:

A economia medieval tinha suas bases econômicas fixadas, sobretudo, em recursos orgânicos e renováveis, como a madeira, a água, o vento e a força da tração animal. A economia capitalista, por sua vez, baseia – se em recursos energéticos, não renováveis e em metais inorgânicos, como o aço, o ferro, a prata e o mercúrio (CAMARGO, 2008, p. 37).

Assim, a ruptura do homem com a natureza se intensificou conforme as transformações das práticas econômicas – da subsistência às transações mercantis – no momento em que dizemos “se intensificou”, na concepção investigativa das primeiras relações homem-natureza poderíamos tomar como uma imagem discursiva a relação mítica de Adão e Eva no Jardim do Éden, como ponto de partida à contextualização analítica da metafísica cristã de Tomás de Aquino (séc. XIII), nascidos dos princípios aristotélicos, a antítese do racionalismo puro de René Descartes (1596-1650) ao surgimento de novas teorias da natureza, em exemplo, a física quântica, iniciada nos estudos avançados de Max Karl Ludwig Planck (1900).

Para Tomás de Aquino, a lógica da natureza era própria, dimensionando-se a partir da ideologia cristã. A metafísica cristã criou um deus pessoal, vingativo que se manifesta por meio da natureza. Trovões, pestes, inundações eram o designo divino da ordem primeira inquestionável, pois a física era a própria teologia (CAMARGO, 2008).

O racionalismo de René Descarte rejeitaria tudo que pudesse apresentar a menor dúvida. Para Descarte, tudo que era verdadeiro era racional, desta forma, seu método traria em si a fragmentação, a matematização e a mecanização da natureza como proposta para a compreensão do universo (CAPRA, 1982). A ciência do racionalismo puro propõe-se explicar tudo sobre uma base lógica. A razão enquanto método deve prezar a objetividade e neutralidade, sobretudo, trazendo ao homem uma certeza: se a natureza não sofre, não chora e não se manifesta, então também não pensa, logo não existe como um ser animado provido de sensibilidade e sentimento (FERRY, 1994).

Já no mundo subatômico, não se importaria representar probabilidades de coisas, mas de interconexões. “Portanto, as partículas subatômicas não são objetos sólidos separados, como imaginava Newton, mas a própria interconexão entre as coisas” (CAMARGO, 2008, p. 49).

Com efeito, a mecânica quântica de Planck, a natureza passou a ser vista de outro modo – uma proposta de ordem complexa, de teias energéticas microscópicas inseparáveis na

natureza, aonde tudo é natureza mesmo quando transformada - um pensamento complexo que segundo Morin (2000, p 31): “ ‘*Complexus*’ significa originariamente o que se tece junto. [...] portanto, busca distinguir (mas não separar) e ligar”<sup>10</sup>. No mundo subatômico, aquilo que imaginávamos como sólido dissolve-se em energia, é indivisível e integrado por interconectividade ao maior elemento do universo. Em todo universo não existe nada isolado, fragmentado (BOHM, 1980).

Epistemologicamente, essas concepções ideológicas colocaria o primeiro com a missão de representar o poder da Igreja Apostólica Católica Romana, o segundo, em fundamentar a logística do capitalismo e, o último, de provar que tudo está conectado no universo.

A partir disto tudo, temos percursos de tempos distintos e dualismos na concepção conceitual de natureza, embora, a elaboração do que é natureza torna-se essencialmente manipulação social e econômica. Porém, diante destas colocações temos a ligação dialética com o conceito de paisagem considerando que a percepção racionalista de natureza determinou o processo de externalidade do homem, fundamentada no conceito de que a natureza é produto social, portanto, suas implicações econômicas, culturais e políticas transformaram dramaticamente a paisagem natural.

A externalidade do homem à natureza é a continuidade de um momento histórico e “o bastante para legitimar a dominação da mesma” (SMITH, 1988, p.45), sendo a paisagem em sua essência um produto do conjunto de elementos da natureza, pois, sem eles não existiria paisagem, o estado de externalidade das formas concretas faz da paisagem o egocentrismo da artificialidade, a fim de afirmar a modernidade da “sociedade do espetáculo”<sup>11</sup> : as grandes construções arquitetônicas, objetos com suas formas e processos de alta tecnologia, assim, paisagem artificial só existe porque o homem não ressignificou a palavra “necessidade” ao bem estar. Afirma Santos (1997, p. 64): “A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem”. Contudo, a sociedade de massa popular é sobrevivência e realiza o processo de produção espacial como a transformação da paisagem para dar sentido a sua existência e criar significados no interim do seu espaço vivido.

Observamos no bairro João Cabral que os símbolos e mutações do espaço e paisagem

---

10 Para Edgar Morin, entrevista concedida a TV Brasil, em 10 de jan de 2012: “devemos entender que a palavra latina *complexus* significa tecido”. Fundamentado as colocações que faz acerca do conhecimento, cujo deve ser construído em uma tessitura de saberes.

11 DEBORD, Guy. Sociedade do Espetáculo. Brasil: ebooks.Brasil.com, 2003, disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>

são fenômenos peculiares da sobrevivência e ressignificação de cada sujeito. Ao mesmo tempo em que são fragmentos e articulações da paisagem cultural da sociedade do espetáculo juazeirense.

Sabemos que o princípio dialético necessita de reflexões dos processos históricos e culturais para entendermos a relação homem-natureza, em escala global ou local. Para isso, não traçamos uma linha cronológica de percepção de natureza de hoje àquela dos pré-socráticos, porém, o diálogo acerca da externalidade do homem na natureza, deu-nos um resgate para além da questão temporal, implicando um desvelar ideológico. Importante pontuarmos que a relação homem-natureza está na base ecossistêmica, porém, torna-se complexa na sociedade atual e na sua percepção de natureza capitalizada, materializada e artificializada.

Enfim, o que é natureza? Parece-nos que esta indagação exige de nós uma reflexão generalista ou específica. Pensá-la como um todo planetário (o natural somado ao artificial) ou em suas partes naturalista: água, terra, calor, frio, vegetação e animal é nossa herança perceptiva que está diretamente relacionada ao “cartesiano-newtoniano e com sua ideologia propagada pelo iluminismo e pelo positivismo, que interagiu nos últimos séculos, tanto com o imaginário popular como no método científico” (CAMARGO, 2008, p. 27).

No entanto, uma percepção acerca de natureza, é poder elevá-la sua interpretação ao significado de existência produzido a partir da materialidade cultural de uma sociedade o que nos levou a compreender o nosso objeto de estudo bairro João Cabral como uma segunda natureza na categoria de natureza artificializada que produziu a materialidade de sua paisagem local. E, portanto, com significado peculiar.

Pelo lado epistemológico da problematização “natureza” como um objeto de manipulação e dominação do homem partimos dos primeiros sentidos em que desenvolvemos uma relação de externalidade e fragmentação entendendo que a natureza seria algo palpável, resistente, com seus processos manipuláveis, no centro da construção ideológica que o homem moderno por meio da técnica e ciência tornou-se dominador e controlador de todo processo natural. Assumindo uma posição de “senhor do mundo, patrão da natureza, o homem se utiliza do saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará as suas primeiras relações com o entorno natural. O resultado, é dramático”. (SANTOS, 1997, p. 44). O antropocentrismo exaltou o homem como elemento exterior para poder dominar a natureza; um posicionamento preciso ao desenvolvimento do capitalismo garantindo a transformação da natureza em lucro e objetivando a retroalimentação do ciclo produtivo. Assim, o homem tornou-se um “deus”.

Dentro da lógica capitalista, a natureza é uma fonte de recursos inesgotáveis, e essa visão amplia a escala de lucro mantida pela embriaguez do consumo de bens e recursos. Do antropocentrismo ao capitalismo, este último é o próprio palco de controle não apenas da natureza, mas do homem, do trabalho e de todo processo de produção e reprodução do espaço. Para os pensadores materialistas como Karl Marx, o capitalismo coisificou o homem e a natureza em nome da ganância e da ilusão do poder, disseminando a liberdade como um estado possibilista de mobilidade socioeconômica.

Quanto mais o homem é “livre”, na lógica capitalista, amplia-se a autonomia nas ações que no percurso racional é tornar-se independente ao seu meio exterior, ou seja, a natureza, para garantir a dominação de tudo que conota ser natural. Essa visão garante a dissociação com o meio, e se o homem não é integrado a este, seu domínio se torna mais fácil e aceitável (CAMARGO, 2008).

Os ciclos de metamorfoses da natureza ocorriam no processo natural de trocas energéticas da diversidade de elementos existentes. Como dominador, o homem interfere no processo natural da natureza e cria formas concretas: prédios, indústrias e outros. Um novo processo de metamorfose se instala desarmonizando-a. As formas concretas espaciais somente puderam existir com a criação da técnica. São formas modeladoras do espaço geográfico, portanto, elas, traduzem tanto o domínio do homem sobre o meio natural, como deixam marcas com significado de evolução cultural do homem moderno. Não mais subordinado à evolução do meio natural, passam impondo um elo de conquista.

A operacionalização deste processo transformador da natureza só ocorreu com o advento da técnica – o maior fomento do ciclo moderno da natureza, a “técnica esfera” – a técnica aplicada pela ação direta no meio ambiente (SANTOS, 2009). A natureza ganharia uma lógica matemática, vista aos moldes de um esquadro, ou seja, a natureza é um objeto permanente manipulável e sempre medido, pois, a sua medida é a da técnica (CAMARGO, 2008). Criou-se uma imposição hegemônica. Como foi referido anteriormente, o percurso do capitalismo é totalmente racional e fragmentário, assim, podemos dizer que a existência do sistema capitalista não seria possível sem a evolução da técnica pela ciência moderna.

Hoje, o mundo é pensado por meio da técnica que gera capital e induz a dominação do tempo e espaço através da produção para o consumo. É evidente, para dominar a natureza primitiva, a técnica requer de um conjunto de ferramentas que acaba criando um sistema de objetos interconectados com um sistema de ações. Sendo estes sistemas já o ápice da Revolução Técnica Científica Informacional da qual o capitalismo da sociedade robotécnica, (SANTOS, 2009), se retroalimenta e se materializa como forma espacial no meio da primeira

natureza alimentando a falsa dicotomia: o natural e o artificial.

À medida que a técnica evolui, amplia-se a autonomia de produção e a segunda natureza, a artificial, expande-se. O exemplo de espraiamento da malha urbana nas cidades trata-se do uso da técnica como fomentadora da transformação espacial e paisagística. Os bairros crescem e outros novos surgem a partir das demandas populacionais, empreendimentos econômicos e construção civil. O bairro João Cabral adensou-se em ocupação consideravelmente na conjuntura do processo de urbanização do município de Juazeiro do Norte.

As ligações entre os horizontes de técnica e autonomia geram expansão de uma natureza socialmente construída e realiza uma impressão dicotômica do natural e artificial no mesmo espaço, mas ao contrário disto, afirma as interconexões entre ambas. Como pontuamos, a técnica fomenta a segunda natureza e, assim sendo, os recursos naturais são incorporados no processo social.

A relação do homem com a natureza é uma continuidade intrínseca. Pierre Gourou (1973) extraiu a questão da técnica a este processo quando diz ser o homem fazedor de paisagem, somente existe porque ele é membro de um grupo que em si mesmo é um tecido de técnicas. O casamento da técnica com o homem tornou-se a base material e ideológica para o capitalismo, que por fim, subtendemos como o discurso da externalidade do homem à natureza.

Encontramos, portanto, os fundamentos do sentimento de externalidade do homem com a natureza, que segundo Friedrich Engels (1979) é puramente burguês. Assim, a sociedade deveria entender que todo meio natural é um fato necessário para obtenção de lucro, tanto quanto para o fomento do desenvolvimento, algo incontestável à melhoria humana. A externalidade para a burguesia, sobretudo, tornou-se uma norma e uma verdade.

A externalidade como um processo impede a relação dialética que envolve o homem e o meio natural, como dizemos outras vezes, não se dissocia o indissociável, pelo motivo de que tudo pertencer a uma interconexão planetária. A “dialética da natureza” só é possível a partir da relação metabólica das sociedades humanas com a natureza. Neste sentido, não existe partes isoladas e nada se torna subserviente, mas parte de um entrelaçamento de conexões preceptorias – a natureza se humaniza e vice-versa (FRIEDRICH ENGELS, 1979).

Visto por este ângulo, qual a razão de não nos reconciliamos com a natureza? Pelo simples fato que a humanidade não se humanizou. A colocação do termo “humanidade” seja a busca da essência da afetividade, da revolução em nome do pertencimento e, portanto, o reconhecimento de dependência da natureza, representa na totalidade interpretativa a

conectividade com os elementos que compõe o conjunto de objetos, de cores, de cheiros, de temperaturas, de formas e de gente.

Possuímos uma percepção dualista do conceito de natureza, até mesmo contraditória conforme Smith (1988), sendo ela material e espiritual, dada e feita, pura e imaculada, a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é a totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. Se a temos como elemento externo a nossa existência, cremos em sua divindade existencial, ao mesmo tempo percebemos que é uma matéria prima primordial ao nosso desenvolvimento.

Dessa forma, na sociedade atual, no processo de desenvolvimento humano, não há separação entre homem e natureza. Hoje, mesmo as áreas aparentemente naturais são incorporadas ao processo social. Tendo em vista que a história não separa o natural do artificial, a natureza e o político, onde a paisagem cultural é que vai substituindo a paisagem natural (SANTOS, 1997). Por mais que as ações culturais da sociedade interfiram na natureza, há uma essência dos aspectos naturais que dão sentido as primeiras relações do homem com seu meio.

O meio natural possui elementos condicionais, mas não determinante, que fazem parte da referência espacial de quem o transforma e o habita. O bairro João Cabral antes foi uma fazenda com riacho e depressão geomorfológica, estes elementos, nos relatos históricos dos moradores, são referências geoculturais que identificam o seu lugar. Mas, no meio da dicotômica natural e artificial no global ou no local, o capitalismo monta suas bases funcionais de dominação da natureza em nome do bem-estar da humanidade. “A dominação é a questão, ser o senhor e dono do destino, manipular por meio da técnica o amanhã, esse é o sonho do homem contemporâneo” (CAMARGO, 2008, p. 30).

Por isso, que para Edgar Morin (1999) surge a contradição da contradição. Quando a sociedade deu ao ser humano um grau considerável de autonomia, os desenvolvimentos técnicos da agricultura, do transporte e da indústria controlaram energias materiais e exploraram produções naturais conduzindo a uma dominação efetiva da natureza. Evidentemente, criando uma multiplicação de dependências, além de uma dependência global da biosfera da qual fazemos parte.

Em uma simples, porém clara interpretação do dito por Morin (1999), o ato de nos tornarmos dia a dia exteriores à natureza, mecanizados pela Revolução Técnica Científica Informacional, ou simplesmente, robotizados pela fábula da globalização perversa, nos posiciona no caos da insustentabilidade planetária, ao mesmo tempo em que nos faz totalmente dependentes da fonte de sua subsistência.

Devemos reconhecer nosso duplo enraizamento no cosmo físico e na esfera viva e, ao mesmo tempo, nosso desenraizamento propriamente humano. Estando simultaneamente dentro e fora da natureza (MORIN, 1999). Sermos notados ao mesmo tempo em que estamos externos exige da nossa condição humana a reflexão das heranças da modernidade conflituosa.

Quando a Europa levantou a bandeira da globalização, o resto do mundo passou a ter pontos de proximidades, interconexões espaciais e culturais, defendendo-se a hegemonia cultural quando na verdade o tecido interconector seria puramente econômico e político com intenções desterritorializantes.

Os pontos da interconectividade espacial relativa acontecem no momento que um europeu está em sua residência vestindo-se e comendo produtos de exportação da América Latina, África, Índia ou Indonésia, ao mesmo tempo em que fala ao celular com um amigo de outro país e acessa a internet para manter-se informado dos conflitos políticos da Palestina com Israel; as catástrofes dos fenômenos naturais dos terremotos no México, no Japão, das enchentes, secas, deslizamentos e desmatamentos no Brasil.

As pessoas tomam posição de fora, mas, a interconectividade com a exploração da mão-de obra, da cultura, do território e dos recursos naturais são diretos enquanto usufruem o exótico de outros países, a população deles é atingida pela fome, epidemias, guerras e catástrofes em nome da globalização, ou melhor, dizendo, “Globalitarismo”<sup>12</sup>.

Provavelmente, este seria um forte argumento às contracorrentes ao pensamento racionalista que exige repensarmos o conceito de natureza, bem como, nossa relação com ela e as reais necessidades para que possamos desenvolver técnicas sustentáveis.

As contracorrentes como disse Gomes (2005, p.94) seriam “críticas ao modelo racionalista às vezes sugerirem verdadeiros sistemas alternativos à produção do saber”. Contudo, Edgar Morin (2000) vai além ao citar o papel das contracorrentes. Ele descreve que as mazelas herdadas do século XX, como, a arma nuclear em Hiroshima nos faz lembrar a ambivalência da ciência racionalista causando extinções humanas, resultados em morte ecológica, envenenamento, novas bactérias e vírus, exemplo, a Aids, surgiram neste século com poder de autodestruição.

Assim segue Morin (2000, p.71): “o nosso desenvolvimento técnico-industrial urbano degrada a biosfera e ameaça envenenar irremediavelmente o meio vivo ao qual pertencemos:

---

12 “Globalitarismo” expressão usada por Milton Santos em sua produção crítica à Globalização. A exemplo do seu livro, *Por Uma Outra Globalização: Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: RECORD, 2011.



a dominação desenfreada da natureza pela técnica conduz a humanidade ao suicídio”, um processo contrário ao de resiliência, conforme Veiga (2008, p.72), a resiliência seria a “capacidade de se recuperar ou de se adaptar às mudanças. Quando a resiliência de um ecossistema é rompida, isso quer dizer que ele perdeu essa capacidade e desaparecerá”.

A condição de estarmos externos à natureza, portanto, exige de nós outra reflexão acerca da relação homem-natureza e as contracorrentes à natureza pensadas na teia ecologizante podem, segundo Morin (2000) mudar o ciclo dos acontecimentos planetários. Desta maneira sugere que devemos considerar:

- a contracorrente ecológica que, com o crescimento das degradações e o surgimento de catástrofes técnicas/industriais, só tende a aumentar;
- a contracorrente qualitativa que, em reação à invasão do quantitativo e da uniformização generalizada, se apega à qualidade em todos os campos, a começar pela qualidade de vida;
- a contracorrente de resistência à vida prosaica puramente utilitária, que se manifesta pela busca da vida poética, dedicada ao amor, à admiração, à paixão, à festa;
- a contracorrente de resistência à primazia do consumo padronizado, que se manifesta de duas maneiras opostas: uma pela busca da intensidade vivida (“consumismo”); a outra pela busca da frugalidade e da temperança;
- a contracorrente, ainda tímida, de emancipação em relação à tirania onipresente do dinheiro, que se busca contrabalançar por relações humanas e solidárias fazendo retroceder o reino do lucro;
- a contracorrente, também tímida, que, em reação ao desencadeamento da violência, nutre éticas de pacificação das almas e das mentes. (MORIN, 2000, p. 72-73).

Consideremos que estas contracorrentes sejam pontos de partidas da tessitura de saberes para um novo modelo de desenvolvimento e, assim sendo, ampliamos a percepção acerca de natureza na retomada das raízes pré-socráticas, quando a natureza era pensada como uma *phýsis*, um significado muito mais amplo, porque remete a um percurso de origem sempre em transformação.

Como um corpo social, ao pensarmos o hoje para a construção do amanhã, estaremos dialogando com as consequências do processo produtivo dominador para que possamos pensar “um desenvolvimento econômico que funciona, interconectadamente com o meio natural, significa buscar harmonizações sistemáticas” (CAMARGO, 2008, p. 209).

O modelo sistêmico do qual trata uma perspectiva de método não linear rompe com o racionalismo, porém, devemos lembrar que a possibilidade de transformação deve acontecer na “inter” transformação. Na prática da complexidade, as ações são partes de pontos “inter” – internos entre si, o todo em partes, as partes do todo – operando segundo Morin (2000, p.74)

“uma transformação global”.

Uma proposta de ordenação social, pois pensar em uma nova relação com a natureza é tocar no ponto crucial da produção e, portanto, pensar em um novo comportamento da sociedade, é admitir uma possibilidade de reajustamento do pertencimento planetário. Levando o homem a interioridade na natureza que o resta, embora, a questão de ambientação não definiu um novo paradigma de “ser humano” em seu habitat natural, de modo que, o ínterim deste reajuste está para um posicionamento ontológico, ao contrário de ser epistemológico.

Assim, continuarmos com o referido por Camargo (2008) quando ele pontua acerca de um novo modelo de desenvolvimento. Para o autor, se temos que pensar em desenvolvimento e este requer produtividade, então, a inserção de novos modelos técnicos que procurem fundamentos harmoniosos, que sejam diferentes das impostas do modelo predominante, é possível no momento que as sociedades estejam conscientes de que seu ambiente não é apenas uma fonte de recursos.

O autor ou teórico mencionado, nos diz que pensar em novas técnicas é sermos ousados na busca de processos harmoniosos que envolva o homem e seu ambiente em um valor econômico regional. Com reconhecimentos da cultural local, das potencialidades naturais para fazer aparecer outras formas-conteúdo do espaço. Seria este o caminho à sustentabilidade do nosso objeto de estudo, bairro João Cabral? A cultura de tradição e a feira de troca como pontos potências de referenciais no ambiente urbano do bairro, tornam-se elementos da forma-conteúdo do bairro, embora, não valorizadas.

Trazemos para o sentido reflexivo se essas possíveis “outras formas-conteúdo” na tessitura destes processos traria um diálogo com a construção conceitual de sustentabilidade? Se dizemos superficialmente que este conceito é a capacidade de sustentar um conjunto de coisas estabelecendo conexões harmoniosas entre elas, já estamos admitindo que este processo seja um auto reflexo ecologizante daquilo discutido antes, o que acaba sugerindo que qualquer espaço geográfico (re)produzido no véis da sustentabilidade é um espaço, sobretudo, construído socialmente na rede de uma nova reconceituação de natureza, da volta ao pertencimento e da produção de técnicas harmoniosas com o meio.

### **3.2 A tessitura do conceito**

Para iniciarmos nosso diálogo, entendemos que “a sustentabilidade é uma proposta

ousada à dinâmica planetária do momento, portanto, qualquer revisão de definições de sustentabilidade, no momento atual, estará sempre ultrapassada” (LOPES, 2009 p. 115); os conceitos devem evoluir para atender o processo dinâmico da complexidade do conhecimento produzido a partir de toda conjuntura que envolve a relação do homem com o espaço.

Hoje o termo sustentabilidade tornou-se intensamente usual, principalmente, na política e economia. Ao avaliarmos a disparidade do discurso com a prática do princípio da sustentabilidade na gestão pública, constatamos a distorção das ações em relação à nova proposta de pensar e conduzir a sociedade; a economia, por sua vez, elaborou novos desdobramentos de *marketing* ambiental para fundamentar o novo modismo discursivo econômico, provocando o desgaste terminológico da palavra.

Por outro lado, a exaustão dos debates acerca de sustentabilidade é necessária em relação a nova maneira de repensar a sociedade. As mudanças ocorrem quando a sociedade as incorpora com novas atitudes no seu escopo cultural, portanto, concordamos com Neves (2013, p. 16) quando se refere à utilização do termo “como palavra de ordem, inserida nos discursos paradigmáticos politicamente corretos que buscam conciliar crescimento econômico e preservação ambiental”. Desse modo, é pertinente apresentarmos uma base discursiva às definições clássicas a fim de ampliarmos suas representações no contexto do nosso objeto de estudo.

O significado do termo sustentabilidade é uma teia de saberes; tem sua origem proveniente da biologia. Esta ciência o utilizou na observação do quadro populacional, referente à exploração de recursos por certa atividade econômica, e os níveis de reprodução de uma determinada espécie, monitorando seu desenvolvimento a fim de controlar seu desaparecimento (VEIGA, 2008). A extração dos recursos deveria ser seguida dos padrões sustentáveis para que o percurso natural de resiliência da natureza não fosse atingido. Já na ecologia, as relações de trocas de energia entre os sistemas naturais poderiam ser sustentáveis ou não. Entraram em cena “as ciências naturais”.

A sustentabilidade passa a ser problematizada na esfera epistemológica no campo da economia como reflexões inovadoras a fim de confrontar o pragmatismo da economia que ocasionou a gênese e as causas dos maiores impactos ambientais e sociais do planeta. Lembramos, é preciso pontuar três fomentos para economia: a ciência, a técnica e o totalitarismo do capital, entra em cena “o combate à economia”. Se estes fomentos foram a base a supremacia da economia, interferir na dinâmica do planeta de uma maneira voraz causou em suas perspectivas, resultados inversos aos construídos enquanto ideologia de evolução social.

A crise ambiental gerada pela intervenção da ciência positivista e cartesiana, como da técnica, é em muitos casos irreversível; contaminações de solo e água, envenenamentos, poluição de ar, mortes e extinções de espécies vegetais e animais, foram alguns dos problemas drásticos, sem contabilizar os danos a curto, médio e longo prazo de impactos sociais, como miséria e doenças.

Esses problemas não haviam aflorado até, segundo Enrique Leff (2010) o último terço do século XX, que os considerou como uma abertura à economia reconhecer o equilíbrio ecológico, a preservação da biodiversidade e a qualidade de vida dos seres humanos. Mas, para os economistas, os problemas estariam para além de valores extras a ciência econômica, no entanto, ligados diretamente a sua própria sustentabilidade.

Esses problemas tratados como externalidades produzidas pelas ações de produção econômica, embora a própria economia as visse como efeito de impactos negativos no meio ambiente externo as suas ações, ainda não haviam aflorado como problema econômico até, segundo Enrique Leff (2010), o último terço do século XX que os considerou como uma abertura à economia reconhecer o equilíbrio ecológico, a preservação da biodiversidade e a qualidade de vida dos seres humanos. Mas, para os economistas, os problemas estariam para além de valores extras à ciência econômica, no entanto, ligados diretamente a sua própria sustentabilidade.

Leff (2010) afirma que todo o conjunto dos problemas de impactos ambientais só poderia ser considerado externalidades pela economia se ela fosse uma ciência dominadora de todas as formas de organização social e de intervenções sobre a natureza; codificando e decifrando todas as coisas, objetos e valores sob a égide do capital. No entanto, a economia não refletiu e considerou suas relações complexas com o mundo natural. Recordamo-nos o constante posicionamento teórico global de Santos (1997, 2001, 2011): o dinheiro em seu estado bruto é o deus do universo; a ciência e a técnica são subservientes ao capital e a Globalização no mundo como ele está é perversa. Mas, entre estes, queremos destacar o papel da ciência como meio imprescindível para o processo evolutivo dos outros dois aspectos.

A ciência positivista enquanto conhecimento ou prática sistemática se incumbiu de fornecer garantias de inovações e soluções à humanidade gerando expectativas de controle absoluto e assim o fez mudando profundamente a economia com a criação da sua primeira tecnologia inovadora e agressiva na relação homem e natureza, a máquina (século XVIII); uma nova sistematização do modo de produção é estabelecida cientificamente.

Evidente que a proposta da ciência do século XIX revelou alguns de muitos impactos e catástrofes já ditos, contrários às expectativas e toda conjuntura social, política, econômica,

técnica e espacial geradas neste século para o futuro.

**Quadro 01:** perspectivas do século XIX e XX.

	Fim do século XIX	Fim do século XX
Expectativa geral para o futuro	Otimismo	Pessimismo
Papel da ciência e da tecnologia	Forte crença na capacidade de resolução dos problemas	Desencanto e consciência da necessidade de precaução
Condições de vida	Perspectivas de bem-estar ( <i>welfare</i> )	Um mal-estar pelo agravamento de carências
Instância reguladora	Crescentemente o Estado	Crescentemente o mercado
Relação entre os povos	Paz	Guerras
Relações entre grupos sociais	Maior igualdade	Maior desigualdade
Economia	Forte crescimento	Crescimento lento e estagnação
Progresso	Promotor de riqueza	Causador de impactos ambientais
Mundo	Interdependência (mercados) e complementariedade	Globalização e exclusão de regiões “desnecessárias”

**Fonte:** Bursztyn (2002, p. 10).

As perspectivas relacionadas aos notes para o século XIX foram ideais característicos do capitalismo. A ciência seria capaz de prever e criar mecanismos interventivos a qualquer situação adversa. A concepção de bem-estar é uma relação diretamente ligada a condição de consumo com o Estado controlando e promovendo a estabilidade social e econômica, de modo que, havendo igualdade social a paz se instalaria.

O crescimento econômico consolidou-se veementemente nos países desenvolvidos, mas, sua concentração espacial e para poucos se tornou a base de dominação e desigualdade. A economia gerou o papel de ciência norteadora do planeta e catastrófica, fortalecendo o mercado com suas estratégias, levando-o a funcionar em rede, o que promoveu um mundo interligado.

Para o século XX, todas as perspectivas causaram o efeito contrário a tudo isto que foi considerado como otimismo, criando um estado de insustentabilidade, sobretudo, social, espacial e ambiental. A ciência não pode resolver as problemáticas surgidas, assim, ela que antes deveria dar respostas a tudo agora é vista sob a ótica de fragilidades e com zona de limites. A pobreza consolidou-se fato geométrico deste século, somada às fragilidades de um

mundo urbano. O mercado colocou-se como senhor mundial reinando com o neoliberalismo. Vários conflitos políticos e sociais emergiram. A natureza foi o principal alvo da ganância capitalista e o discurso de homogeneidade global produziu exclusão espacial e desterritorialização de culturas.

As expectativas do século XIX deixou uma herança de puro pessimismo para o século XX. Portanto, consideramos que neste último, o legado das ambições da segunda e início da terceira fase da industrialização somada às tragédias da Segunda Guerra Mundial levou a humanidade e a natureza a um alerta de crise. A ciência foi colocada em xeque e uma nova discursão ecológizante entra em cena novamente: as ciências naturais.

No mundo científico um dos grandes desafios para introduzir um pensamento ecológico ocorreu no momento em que a economia internalizou suas externalidades dando lugar ao surgimento de uma economia ecológica (LEFF, 2010). A economia deveria pensar o mundo a partir da teoria dos sistemas energéticos condicionados à dinâmica da natureza, ou seja, se o processo dinâmico natural produz ciclos sustentáveis em sua cadeia ecossistêmica, a economia deveria adaptar-se a esse processo.

Ao tratarmos de cadeia alimentar, ciclos ecológicos, ecossistemas, processos bioquímicos e biofísicos na natureza não é possível isolarmos a um recorte espacial. A desarmonia entre estas partes dá respostas à crise ambiental global, sendo esta enigmática aos dogmas da ciência racionalista. De repente, para o limite do crescimento econômico haveria de ter um parâmetro científico que regulasse as suas ações, eis que surgem as leis da entropia e a termodinâmica.

A humanidade criou a crise ambiental e suas causas geradoras estão relacionadas a:

progressiva expansão da capacidade produtiva dos ecossistemas antrópicos. Os ecossistemas antrópicos são caracterizados por altos níveis de entropia, (ex: os centros urbanos), insustentáveis, do ponto de vista ambiental, em virtude da sua baixa autonomia local em relação aos ecossistemas naturais e crescente dependência destes (SEIFFER, 2009, p. 5-6).

A organização social no espaço urbano é a maior representação da entropia, segundo esta autora, o fenômeno está relacionado ao grau de desorganização e ineficiência de um sistema, no que diz respeito ao reaproveitamento da energia produzida no mesmo. Um exemplo são os sistemas gerados pelo homem, extremamente entrópicos quando comparados aos sistemas naturais. O ambiente mecanizado e artificializado do sistema urbano é incapaz de reciclar a energia dispersa positivamente na dinâmica física do seu ambiente. A produção da cidade capitalista é um exemplo de interferência energética irreversível.

Para a autora:

Paralelamente a isto, o homem percebeu que a qualidade de vida e saúde eram afetadas pela poluição. Nesse contexto, uma série de condicionantes históricos induziu o ser humano a repensar seu modelo de desenvolvimento calcado no crescimento econômico, o qual, até então, vinha relegando a um segundo plano as questões socioambientais (SEIFFERT, 2009, p. 5).

A ideologia do progresso criou uma atmosfera com falta de bem-estar e gerou resultados de entropia consideravelmente comprometedores à qualidade de vida da humanidade e de todo quadro de recursos naturais existentes. A troca energética de um ambiente natural é incomparável a qualquer ambiente projetado artificialmente – a cidade capitalista é a concreticidade da desordem e ineficiência de um sistema – os sistemas urbanos são projetados para estabelecerem descontinuidades, uma rede da qual sua funcionalidade torna-se insustentável, refletindo um espaço desconexo carregado de problemas ambientais e sociais. Especificamente, a funcionalidade desarticulada do território de Juazeiro do Norte, as suas células urbanas, os bairros periféricos populares são os que mais sofrem com estes problemas, como percebemos, em particular, no bairro João Cabral.

Outro ponto é a cidade como objeto concreto, o material, somada aos objetos industriais produzidos nela e para seu espaço – gerando desperdícios e todo tipo de lixo, dos quais o processo de degradação é comprometedor transformando toda esta cadeia processual em energia e calor invertidos em impactos. Tal modelo é o que podemos comparar com a teoria desenvolvida por Nicholas Georgescu-Roegen, em uma das grandes contribuições científicas contra a autonomia do isolamento dos efeitos das ações do sistema produtivo econômico; o cientista ao vincular o processo econômico a lei da termodinâmica estabeleceu uma crítica severa a economia.

Relembrado por Leff (2010, p. 23) Georgescu-Roegen (1971) observou que a produção de um bem, de uma mercadoria, implica extrair e transformar a natureza, ou seja, massa e energia; essa transformação de massa e energia embora seja ativada e demarcada pelas leis do mercado – circula e degrada segundo as leis da ecologia e da termodinâmica; nesse processo há uma perda líquida de energia útil – de estados de baixa entropia para os estados de alta entropia – cuja manifestação mais clara é a transformação da energia em calor, que é a forma mais degradada, irreversível e irrecuperável da energia, ao menos em nosso planeta (LEFF, 2010). Para Leff (2010), Nicholas Georgescu-Roegen desenvolveu uma das principais obras científicas como contracorrente aos fundamentos econômicos.

Podemos dizer que os crimes científicos causados a humanidade e a natureza sob o véis das leis de entropia e termodinâmica foram um dos passos científicos dados como denúncia às práticas da economia; outros da década de 60 como a obra de “Raquel Karsson (*Silent spring*), nas ciências agrárias, e Garret Hardin (*The tragedy of the commons*), na biologia, são expoentes representativos daquele momento” (BURSZTYN, 2002, p. 13).

Além de denúncias, nos atrevemos a dizer que estes estudos científicos mostraram a ponta do iceberg dos desafios que este século XXI passaria. Os pontos levantados por estes cientistas, invariavelmente apresentaram fundamentações científicas à nova postura que a economia, enquanto ciência deveria tomar ampliando as discussões às bases políticas, e logo, os outros setores seriam tomados para tal debate.

Segundo Leff (2010), as críticas científicas tornaram-se importante para que os economistas descessem da nuvem abstrata e fictícia da qual pensavam, no entanto, continuaram a acreditar nas manipulações positivistas e empíricas na capitalização da natureza. Mesmo sabendo das condições ambientais e sociais planetárias a economia gerou novos conceitos e mecanismos dos quais contornaram tais discursões impondo sua supremacia. “Ao contrário da sustentabilidade, incrementou-se a pobreza, ampliou-se a desigualdade social e aprofundou-se a insustentabilidade” (LEFF, 2010, p. 27).

A economia intransigente provocou um lado reativo; às constatações de que a sociedade viveria outros tempos – um tempo de escassez e tempo de repensar suas posturas com a natureza – posturas somente possíveis no diálogo da interdisciplinaridade entre as ciências e o saber comum; da experimentação vivencial no espaço representativo da cultura de cada lugar.

O grande desafio deste século diante de toda crise ambiental é levar a sociedade a outras posturas relacionais, de pertencimento, de valorização do seu lugar, de outros saberes, de outras produções, enfim, de um novo paradigma capaz de nortear o hoje para o futuro. Reconhecendo estes processos, intrinsicamente no âmbito cultural quando “modelo econômico e a maneira como os homens se relacionam com a natureza” (BUARQUE, 2007, p. 43) enraízam-se.

Devemos desconsiderar o dinheiro como centro do mundo e voltarmos à natureza para esta posição. As propostas do modelo econômico desarmonizaram a qualidade de vida, e desencadear este processo implica a nós a “necessária emergência de um novo paradigma cultural e filosófico: o paradigma da sustentabilidade, decorrente das demandas por uma proposta pós-moderna de desenvolvimento” (NEVES, 2013, p.23). Apurando a fundamentação a partir da elaboração de Seiffert o autor continua: “O paradigma da



sustentabilidade, relacionado ao desenvolvimento, deverá se opor ao paradigma cartesiano, princípio fundamental do crescimento econômico”. (*ibidem*). Conforme quadro 02 apresentado por Seifert (2009, p. 25):

**Quadro 02:** Paradigma cartesiano (crescimento econômico) versus paradigma da sustentabilidade (desenvolvimento).

<b>Cartesiano</b>	<b>Sustentável</b>
Reducionista, mecanicista e tecnocêntrico	Orgânico, holístico e participativo
Fatos e valores não relacionados	Fatos e valores fortemente relacionado
Preceitos éticos desconectados das práticas cotidianas	Ética integrada ao cotidiano
Separação entre o objetivo e o subjetivo	Interação entre o objetivo e subjetivo
Seres humanos e ecossistemas separados, em relação de dominação	Seres humanos inseparáveis dos ecossistemas, em uma relação de sinergia
Conhecimento compartimentado e empírico	Conhecimento, indivisível, empírico e intuitivo
Relação linear de causa e efeito	Relação não linear de causa e efeito
Natureza entendida como descontínua, o todo formado pela soma das partes	Natureza entendida como um sistema inter-relacionado, o todo maior que a soma das partes
Bem-estar avaliado na relação de poder (dinheiro, influência e recurso)	Bem-estar avaliado pela qualidade das inter-relações entre os sistemas ambientais e sociais
Ênfase na quantidade ( <i>renda per capita</i> )	Ênfase na qualidade (qualidade de vida)
Análise	Síntese
Centralização de poder	Descentralização de poder
Especialização	Transdisciplinaridade
Ênfase na competição	Ênfase na cooperação
Pouco ou nenhum limite tecnológico	Limite tecnológico medido pela sustentabilidade

**Fonte:** Seifert (2009)

Introduzir o paradigma da sustentabilidade significa assumir um novo modelo de sociedade capaz de exigir de si própria uma ruptura com o paradigma antigo, a única maneira de ser sustentável. Alerta Cristovam Buarque:

Junte-se a essa cultura que desrespeita a natureza, a mente que anseia vorazmente o consumo, com os braços que produzem descontroladamente e a boca que consome viciadamente: um comportamento social esquizofrênico, uma civilização evidentemente louca, porque comemora e ri de sua autodestruição. [...] Minha contribuição, hoje, para a busca de um desenvolvimento sustentável, é mais no sentido de tentar mudar a mente das

peçoas, criar uma consciência de sustentabilidade [...] (BUARQUE, 2007, p.51).

A mudança de consciência como a principal instância para enraizar a sustentabilidade vai ao encontro da análise e construção de pertencimento da qual acreditamos que deve existir em cada sujeito com o seu lugar. O lugar é uma teia simbólica que dá sentido a sua gente e a sua paisagem; os sentimentos provocados na relação do sujeito com seu espaço geográfico produz o termômetro de percepção que aponta para a realidade presente construída na tessitura histórica; a realidade de um lugar traduz condições de/ou não sustentabilidade, e o processo de sentimento existencial de sua gente “difícilmente podem ser convertidos em valores de mercados” (LEFF, 2010, p. 26). O espaço como arquivador da memória; um lugar com sentido e sentimentos; continuidades e descontinuidades políticas e sociais; um campo de conflitos e referências compreendidos somente por quem o espacializa, assim, foram os caminhos desta pesquisa à construção do significado cultural e urbano do bairro João Cabral. Um diálogo com a sustentabilidade não desarticulado do contexto global, mas com as especificidades acolhidas.

Embora os valores do saber local da cultura e experiências vividas não tenham preço de valor monetário é preciso acreditar que o processo de crescimento econômico trouxe a contrapartida da insustentabilidade provocando-nos a projetar um futuro inverso ao já definido pelo sistema predominante atual. O importante é criamos probabilidades geradoras de resultados prováveis por meio de um caminho capaz de conduzir ações cooperativas. Para entendermos a dinâmica social e espacial de um lugar, é preciso partir da conjuntura física às práticas culturais. Recorrendo a via da historicidade da qual nos leva a considerar o que queremos de novo.

Para o novo, temos que criar uma atmosfera de sentido comum e descobrir um caminho que aponte o hoje abrindo portas para o futuro; um caminho que proponha mudança de direção, sendo que o caminhar requer administrar tanto as adversidades como buscar soluções apropriadas para as especificidades de um lugar. A sustentabilidade surge como um caminho que recria condições de convivência planetária e produz um sentido social. De certo, a mudança não inicia em um projeto, mas na mudança de mente dos atores que farão parte do processo e externarão em suas ações.

Há certos questionamentos de quem seriam estes atores que provocariam estas mudanças, conseqüentemente, de qual base surgirão? Para a sustentabilidade qualquer ator social tem a oportunidade de participar: crianças, jovens, adultos, idosos; o Estado, a política

e a economia.

Nesta proposta sustentável de inclusão e de participação, os moradores do bairro João Cabral, atores locais, sujeitos que produzem espaço, marcam e são partes da sua paisagem e podem provocar as mudanças socioambientais, espaciais, políticas e econômicas necessárias à qualidade de vida no seu ambiente. Eles reconhecem seu lugar, convivem com suas dificuldades, possuem desejos de mudanças, sob o fato primordial de viverem e compartilharem suas experiências no espaço que habitam, sendo estes sujeitos o elemento humano que dá sentido para ele, ao mesmo tempo em que este espaço é sentido simbólico de identidade para eles.

Segundo Edgar Morin (2012) não há separação de atuação. O processo de mudança deve vir junto às bases atuação e mudança. Porque, se reformamos somente as estruturas ou se propomos caminhos individuais ou comunitários, eles fracassam depois de alguns anos. Operando nos dois planos, essa corrente conflui na criação do novo. Para Morin (2012), o termo revolução deveria ser substituído por metamorfose – o poder da transformação é possível – dizemos é necessário, “criarmos um novo modo de desenvolvimento e um novo tipo de sociedade que não podemos prever, mas que ultrapassa as expectativas dos indivíduos e da sociedade atual<sup>13</sup>”.

A própria sustentabilidade teve seus desafios, e de acordo com Veiga (2008, p. 38) tratando-se de sociedade, a via conceitual deste termo tornou-se mais complexa ainda “quando esse mesmo termo é usado como um adjetivo para caracterizar o desenvolvimento das sociedades humanas”. Os desdobramentos sociais pressupõem áreas de organizações espaciais complexas, com isso, requer caminhos mais abrangentes da sustentabilidade que possam dar suporte ao desenvolvimento sob a tônica de dimensões interdisciplinares. Para Leff (2010), o racionalismo ambiental é uma forma de se relacionar com o mundo baseado em ações sustentáveis para o potencial ecológico, de racionalidades culturais, de identidades, de diversidades e de saberes; desvinculando-se da racionalidade positivista e tecnicista da economia.

### **3.3. Os desdobramentos de um caminho: sustentabilidade para o desenvolvimento**

A crise ambiental instalada no século XX foi a denúncia de que o mundo estava em

---

13 Entrevista concedida ao Le Monde Brasil Diplomatie acerca do Futuro da Humanidade, 2012. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1324> . Acessado em: 15 de fev de 2014.

desarmonia e o modelo econômico racionalista positivista não estaria dando conta a proposta de controlar e responder a dinâmica da sociedade e da natureza.

A ideia de sustentabilidade como proposta de um novo paradigma é uma proposição entrelaçada aos impactos destrutivos sociais e ambientais que o crescimento econômico causou implicando à ciência reinventar-se. Com isso, qualquer intervenção de mudança é reflexo de um posicionamento político e a sustentabilidade surge como uma proposição de racionalismo ambiental versus racionalismo capital.

Partimos do ponto que crescimento, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável é um percurso de transição do qual envolve momentos históricos, dicotomias, dissimulações e esperança; para esta última, dizemos que, as utopias são possíveis por ela existir.

Diferenciamos, rapidamente, os conceitos de crescimento e de desenvolvimento de acordo com as teorias de Celso Furtado na década de 50 para depois compreendermos o que é desenvolvimento sustentável na década de 70, diferenciação conceitual necessária para entendermos um dos mais emergentes conceitos deste século.

O crescimento econômico relaciona-se a uma visão quantitativa de produção; o desenvolvimento implica produção com distribuição equilibrada para a expansão da capacidade humana. No entanto, ele vai além fazendo um diagnóstico perspectivo de ambos: “crescimento econômico, tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente” (FURTADO, 2004, p.484). Neste sentido, o modelo de crescimento é uma proposta desigual e o desenvolvimento é um caminho que convergiria seus objetivos para outra proposta política: o desenvolvimento social.

Para o PNUD o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH é o ponto de partida, mas o desenvolvimento é também uma ampliação por equilibrada extração de recursos naturais, educação com qualidade, respeito à democracia e as diferenças, enfim, equidade em toda relação homem e espaço, ou melhor, um modelo sustentável de sociedade. Diante destes pontos, o que vemos é uma convergência à ampliação da capacidade humana ao qual o desenvolvimento, em seu papel de um novo caminho econômico, proporcionaria. Assim, como previsto por Sem e Mahud, revisto por Veiga (2008), o desenvolvimento indiscutivelmente está entrelaçado a uma nova percepção de condição humana, bem como, a igualdade no consenso do que realmente é necessário, freando a dominação da natureza.

Na concepção de Sem e de Mahud, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas,

entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são as quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade (VEIGA, 2008, p.85).

Ainda Veiga (2008): “O processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas. E as pessoas são tanto beneficiárias desse desenvolvimento como agentes do processo e da mudança que provocam” (*Ibidem*). A grande questão é que o desenvolvimento no âmbito desta utopia não aconteceu.

A economia revestida de “desenvolvimento” fez desta utopia possível um discurso com prática de crescimento, e nas últimas décadas as imagens de tragédias ambientais, políticas e sociais emergiram; embora, tenhamos sido alertados nas contracorrentes científicas às ações da economia predominante considerando precoce a transição sustentável.

No ano de 1972 o MIT e o Clube de Roma publicaram estudos sobre *Os limites do crescimento*, criticando as bases do crescimento econômico e populacional sob a ótica dos pilares da sustentabilidade (LEFF, 2010). Antes de fundamentar o conceito de desenvolvimento sustentável em 1973 a elaboração de outros conceitos, como ecodesenvolvimento por Maurice Strong, já vinha sendo elaborado. Para Strong, este conceito descreveria um estilo de desenvolvimento equilibrado com as potencialidades locais sem exaurir a natureza (RAYNAUT; ZANONI, 1993).

Ignacy Sachs (1991) influenciado por este teórico do ecodesenvolvimento ampliou o conceito sugerindo um patamar de dimensões das quais o conceito se operacionalizasse, em geral, com o conhecimento da cultura local, de outras formas de produção, das potencialidades dos ecossistemas, da participação política e do equilíbrio espacial. Ampliações que podemos chamar de convocação a uma nova civilização. As medidas evocadas por Sachs para operacionalizar o conceito, lembradas por Filho (1993, p. 133) como um novo estilo de vida; conjunto de valores próprios; conjunto de objetivos escolhidos socialmente; e visão de futuro.

Deste ponto de vista conceitual, caberia no âmbito cultural, o desafio em combinar as questões socioeconômicas com as ambientais, cabendo desenvolver ações complementares entre as dimensões que Sachs (1991) considerou como o pluralismo do ecodesenvolvimento. Segundo, Chacon (2007), observando o processo de urbanização do Brasil e os desequilíbrios socioambientais que circulavam na esfera do espaço urbano, Sachs (1991) alertou o país para a crise que enfrentaria se não tomasse novas posturas de desenvolvimento com ênfase a

valorização das necessidades do seu povo invés de preocupar-se com as imposições internacionais. Na obra *Estratégias de Transição para o século XXI*, Sachs (1993) apresenta as dimensões que considerou interconectadas:

- Sustentabilidade social: busca reduzir a desigualdade social proporcionando meios de trabalho para uma melhor qualidade de vida, conseqüente a isto, melhor distribuição de renda e de bens;
- Sustentabilidade econômica: pratica o aumento da produção e da riqueza social sem dependência externa sob o viés de uma produção com destaque para o cooperativismo com extração equilibrada dos recursos naturais;
- Sustentabilidade ecológica: antes de tudo esta dimensão só será possível de ser alcançada quando partir do respeito a dinâmica natural dos ecossistemas. Deste ponto, reduzindo e equilibrando a extração de recursos naturais; substituindo a produção de produtos não-renováveis por renováveis e produzindo tecnologias promotoras de produção não poluentes ao meio; todo este processo gerando uso sustentável no presente para garantir recursos à geração futura;
- Sustentabilidade espacial: requer de um equilíbrio entre o urbano e rural tomando por base o zoneamento territorial delimitador não só às ocupações como às atividades econômicas;
- Sustentabilidade cultural: fomenta a relação harmoniosa entre homem e espaço a partir das peculiaridades locais levando, sobretudo, em consideração o saber local, a fim de evitar os conflitos, tratando o “conceito de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares” (SACHS, 1993, p. 27).

A organização do homem no seu espaço ressalta nas contribuições de Sachs como indicação da harmonia possível quando estas dimensões são vistas com equidade e inseparáveis, enquanto a proposta de crescimento econômico jamais seria proporcional. Conforme (Veiga, 2005) o ecodesenvolvimento não viria possibilidade de associação entre o crescimento e harmonia ambiental, colocando-se como divorciado deste, contudo, esta possibilidade é prevista pelo desenvolvimento sustentável. Então, vários momentos históricos de discussão e fundamentação conceitual do desenvolvimento sustentável se destacaram no decorrer das décadas<sup>14</sup>.

A sustentabilidade para o desenvolvimento consolidou-se do conceito lançado no Relatório de Brundtland, chamado de *Nosso Futuro Comum* (*Our common future*) em 1987, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento:

[...] o ‘Relatório Brundtlan’ manifesta a ambição de que o crescimento econômico – por enquanto o principal motor do desenvolvimento – possa

---

14 C.f “Da Revolução Industrial à Copenhague”, no livro PEARSON EDUCATION DO BRASIL. Gestão ambiental. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

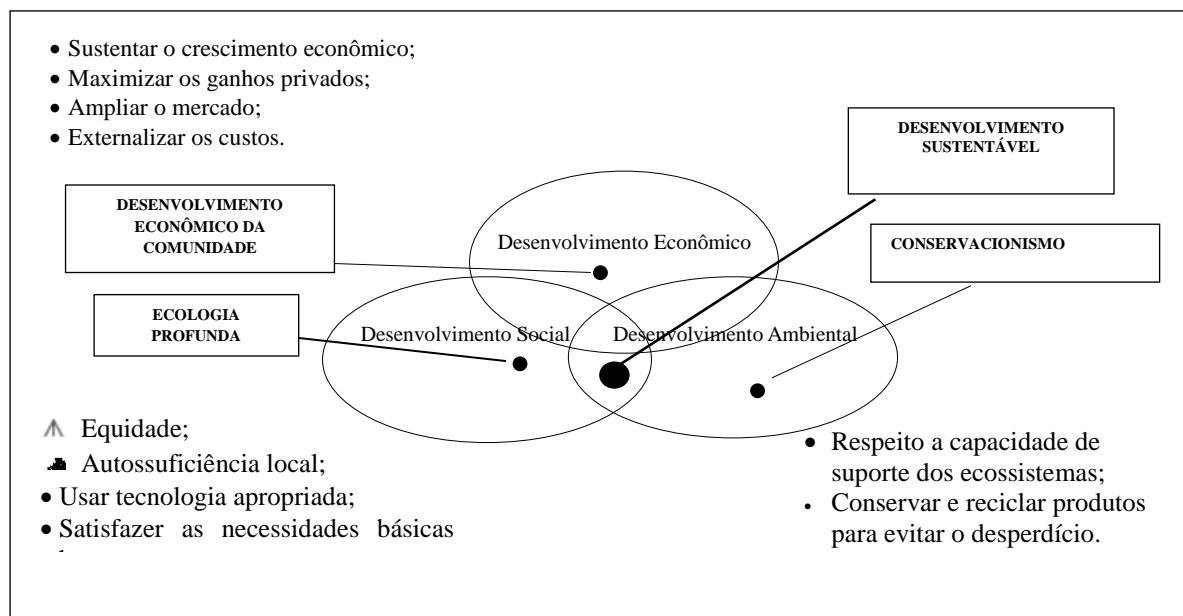
respeitar os limites da natureza, em vez de destruir seus ecossistemas. E que, assim, possa satisfazer, citando o próprio relatório, “as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (VEIGA, 2008, p.39).

A fundamentação conceitual de desenvolvimento sustentável proposto neste relatório nos parece não apontar com clareza quais as bases de ações econômicas e políticas para o que considerou “satisfação e necessidade” da geração presente e futura tornando o conceito generalista. É pertinente para toda conjuntura social sempre refletirmos o que entendemos por necessidade. Ou seja, repensar o que queremos consumir, também, é delimitar o que se deve produzir, conseqüentemente, com que e como esta produção ocorrerá.

Em resumo, a sustentabilidade e desenvolvimento são dois caminhos de intersecção dando sentido as suas trajetórias no presente para o futuro. O primeiro trata de construir a racionalidade ambiental vinculada à ideia de relacionamentos humanos promotores de respeito, alteridade e pertencimento à natureza propositando ao homem a volta para casa. O segundo, não se reduz a índices de quantidade, dessa forma, só poderá fugir da proposta de racionalidade dominante de progresso aderindo o que o primeiro propõe.

Mas por que o desenvolvimento sustentável ainda não aconteceu? Até em sua elaboração mais clássica conceitual, o desenvolvimento admitiu, segundo Sachs (2002) e Seiffter (2009) dimensões primárias que expressam conflitos entre si, e por esta razão, tornam-se essenciais ao equilíbrio tripartite promovido por instrumentos de ações políticas e econômicas para garantir um equilíbrio dinâmico: ambiental, econômico e social. Considerando a relação sistêmica entre os três fundamentos.

**Figura 04:** Conflitos e interconexões entre as dimensões, ambiental, econômica e social, para o desenvolvimento sustentável.



**Fonte:** Seiffert (2009, p. 27).

O desenvolvimento sustentável como uma nova proposta às respostas à crise ambiental que se revela na crise civilizatória. A crise global pode ser categorizada, mas, o que nos cabe enquanto humanidade não está em debatermos qual a crise que mais nos assombra, e sim da exigência de mudança no presente (SACHS, 2004, p. 17). A mudança trata-se de ver, pensar e discutir o mundo pelo ângulo de pertencimento a natureza, ao lugar, ao o outro; inclui o sujeito como elemento passivo e ativo. A natureza natural ou transformada é natureza em essência e o conjunto entre objetos inanimados e animados fazem parte da complexa sociedade capitalista.

A mudança civilizatória, naturalmente, trata-se de dimensão racional complexa, pois exige da humanidade uma nova postura relacional com tudo ao seu redor dentro de um tempo consideravelmente curto, não nos sendo possível negar que é uma questão de transformação cultural; o que configura a complexidade da mudança.

No entanto, devemos ter cuidado na atmosfera política que nos leva a acreditar que o processo de mudança são soluções, exclusivamente, caídas de paraquedas do topo do escalão político mundial ou nacional, para sermos mais generosos, do escalão estadual e municipal. Claro, que as funções das quais lhe são atribuídas requerem de poder legal para garantia de todos os direitos ao desenvolvimento humano e proteção ambiental, bem como, soluções de problemas manifestados nestes dois direitos somados à promoção econômica. O bairro João Cabral é um sítio urbano que requer destas intervenções de garantias de direito e adequação ambiental, apontadas anteriormente em sua apresentação e discutidas nas percepções dos sujeitos que segue no último capítulo.

O compromisso das esferas políticas é um dos pontos à mudança, sendo que o desvio das suas ações refere-se à omissão das responsabilidades administrativas sob a justificativa do não cumprimento dessas ações, devido a dependência do patrocínio da esfera que lhe é superior. Refutando o dever de promover o desenvolvimento e a proteção dos recursos naturais na urgência sustentável. O outro ponto é o descompromisso da sociedade com os impactos gerados por suas ações do qual pode ter sido alimentado pela omissão do processo de autonomia individual e coletiva no que diz respeito à participação na gestão pública e pessoal.

A autonomia da qual tratamos decorre do direito e da responsabilidade de intervenção do seu local para o global na prerrogativa que o ser autônomo “só ele pode responder plenamente por suas ações e omissões, só ele é verdadeiramente agente da mudança social”



(SILVA, 1995, p.3). Mas na grande parte dos posicionamentos, a ilusão está em nos justificarmos em nome do poder que repassamos aos representantes políticos. Sem darmos conta que ser autônomo é adquirir liberdade com responsabilidade; ao mesmo tempo em que se é livre das imposições do sistema dominante porque cultiva o hábito de refletir a comida ideológica que lhe é apresentada.

A partir de qual lugar ou saber devemos começar a refletir e praticar esta mudança? Aceitamos as estratégias políticas e econômicas sem intervir na realidade local? A resposta está nestes próprios questionamentos.

O nosso lugar é um ponto de partida e de chegada, e o saber local, decifrado pela experiência vivida no espaço, conduzido no processo cultural essencialmente do lugar sob a construção de símbolos e expressões tradicionais da cultura, é um conhecimento que retrata a realidade da qual não pode ser vista como uma amostra quantitativa e sim pelos sentimentos embutidos que há entre homem e seu espaço vivido.

Para Boff:

Que representa a sustentabilidade para o indivíduo assim compreendido? Que significa possuir uma existência sustentável? Tudo depende da antropologia, vale dizer, do tipo de compreensão que assumimos do ser individual. Cada cultura representa a seu modo o ser humano individual. Correspondentemente lhe atribui certo nível de sustentabilidade. No entanto, cada presença é uma representação, isto é, uma projeção que uma determinada cultura elabora acerca do indivíduo singular, a partir das experiências, visões de mundo, tradições, experiências e conhecimentos disponíveis (BOFF, 2012, p.157).

As memórias guardam histórias, relações, sentimentos e emoções. Elas são vozes patrimoniais de cada sujeito. Assim percebemos nas falas dos moradores do bairro João Cabral, apresentadas posteriori, que puderam revelar a interconectividade entre o que se desejou descobrir enquanto pesquisa e o que de fato seria a representação do lugar com suas implicações socioespacial, econômicas, ambientais e, sobretudo, política institucional.

Por isso, a utopia da mudança civilizatória é possível no emergir da reflexão e pertencimento do lugar de cada sujeito.

### **3.4 A interconectividade dos saberes**

O conhecimento é um ato voluntário que amplia a percepção; em etapa do seu

processo existem incógnitas a serem vencidas, mas nunca concluídas, pois o encanto de se fazer incógnito é sempre guardar o mistério que atrai o querer desvelar, contudo, centralizar o processo de conhecimento por uma única via provoca embates contínuo: a racionalidade e objetividade do saber científico ou a subjetividade e sensibilidade do saber comum. Uma dicotomia desnecessária provocada pela postura suprema da ciência racionalista.

Descreve Leff,

O processo de racionalização social constrói uma “jaula de ferro” que vai esgotando as possibilidades de pensamento e conduzindo os modos de pensar, valorizando, hierarquizando e dando o mais alto valor à ciência que as outras formas de pensar e de sentir, subjulgando os saberes culturais, os saberes pessoais. O pensamento e o sentimento foram se dissociando cada vez mais; o sentimento residia, quando muito, na vida íntima, cada vez mais corrompida pelo sentido racional do valor econômico (LEFF, 2010, p.85).

Ainda o autor nos diz que a crise de insustentabilidade deriva por esses eixos de racionalismo (*ibidem*). Retornar a relação harmoniosa com a natureza é um fator cultural no qual o homem confronta-se com ele mesmo combatendo a imposição do pensamento racionalista. O fato de enxergar as interconectividades da natureza ao seu redor é reconhecer que sua produção interfere no processo natural assim como ele é parte do processo natural. Entre os fenômenos naturais e sociais teremos o vivido, a experiência espacial, sentido de lugar. Ela, a experiência vivencial, é produtora de fluxos relacionais e neles há os encontros e transferências de conhecimento dando sentido ao fator cultural, pois a cultura porta sentidos e valores de significados compreendidos no íntimo de quem vivencial um lugar.

A subjetividade, contrariamente ao discurso objetivo do racionalismo, é reconhecida nas ciências sociais como uma das principais fontes de conhecimento fundamentada pelas interpretações culturais. Na geografia cultural, o espaço ganha interpretação de lugar das experiências vividas. Conforme Tuan (1979), as ideias de um povo ou grupo de pessoas assim como os sentidos atribuídos ao espaço só serão considerados quando analisados a partir de suas experiências. As experiências vividas no espaço foi nosso ponto de partida quando buscamos compreender o conhecimento dos moradores do bairro João Cabral frente a nossa problemática.

Já dizemos da pertinência em se praticar o conhecimento complexo defendido por Edgar Morin (2000) e a sustentabilidade como proposta de ser um novo paradigma planetário, fundamentando-nos na construção de saberes múltiplos amparados por Leff (2010) quando nos traz que a sustentabilidade visa, sobretudo, o futuro, abrindo o percurso para uma nova

racionalidade; as racionalidades das alternativas, ética da igualdade e diálogos de saberes. Quando consideramos os diálogos de saberes, senso comum e científico, estamos afirmando que a subjetividade é um discurso apropriado para a interconectividade entre eles.

A percepção dos moradores do bairro João Cabral, traduzidas pela subjetividade de suas falas conduzidas por suas experiências no espaço, foi fundamental. Merleau-Ponty (1999) em sua teoria *A Fenomenologia da Percepção* procurou resgatar o conhecimento que temos do mundo pautado em nossas experiências no espaço e no tempo, em contraponto ao racionalismo filosófico do conhecimento. Para Geografia, a contribuição deste autor foi fundamental, porque pensar o espaço nesta perspectiva é considerar sua produção pelas práticas culturais, sendo elas o sentido do ato de reconhecer o lugar.

A crítica de Merleau-Ponty (1999) ao conhecimento racionalista é expressada quando ele diz: “o pensamento moderno é difícil, inverte o senso comum, porque tem a preocupação com a verdade, e a experiência não lhe permite mais ater-se honestamente às ideias claras ou simples às quais o senso comum se apega porque elas lhe trazem tranquilidade” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 09-10).

O paradigma dominante, racionalismo, segundo Souza Santos (1988) é um posicionamento presidido pela ciência moderna. Um modelo que atingiu tanto as ciências naturais como as ciências sociais, a esta última, especificamente, enraizando-se no século XIX, sempre colocou o senso comum como irracional e vulgar, impossível de ser considerado como fonte científica.

Para ele “a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautam pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SOUZA SANTOS, 1988, p.3). E, ao relembra o que disse Bacon, fundamenta profundamente a quebra relacional (dissociação do sentimento de pertencimento) do homem com a natureza, posicionando-o como um elemento externo: “A ciência fará da pessoa humana ‘o senhor e o possuidor da natureza’ ” (*ibidem*).

Para Merleau-Ponty (1999), contudo, a fenomenologia é compreendermos por meio de nossas experiências o fenômeno que está entre nós, no mundo vivido, nas relações dentro de um recorte espaço e tempo. “É a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista [...] dela possam fornecer” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.01-02).

Nos caminhos fenomenológicos de Merleau-Ponty a Geografia tomou a percepção como um acento produtor de conhecimento, como relata Corrêa (2001, p. 30) a Geografia

“está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real”. De modo que, o mundo é percebido, pois é imaginado pelos sujeitos que o vivencia.

“A consideração da percepção advinda das experiências vividas é, assim, considerada etapa metodológica importante e fundamental” (LENCIONI, 2003, p. 150-151). A percepção ressalta o conhecimento adquirido por meio das práticas espaciais e culturais, os objetos espaciais são mediadores do despertar das percepções. Eles são pontes de contato do indivíduo no mundo exterior, por isto, provocam, também, o patrimônio memorial das experiências dos sujeitos. Neste caso, o espaço coloca-se como um intermediador referencial da memória. Reportamos as bases teóricas do espaço vivido mais adiante por entendemos ser primordial mostrar sua construção teórica em diálogo com a paisagem, sendo duas vertentes não dicotômicas, mais complementares quando analisamos as mutações espaciais e paisagísticas a partir das percepções dos moradores do bairro João e como elas dialogam com a sustentabilidade.

Com base, não apenas nesta colocação, mais diante da crise ambiental que se apresenta, cremos na emergência de outros posicionamentos relacionais (ontológicos) entre homem e natureza somados à interconectividade dos conhecimentos: acadêmico e comum (outra epistemologia), percepção da qual fomos conduzidos, por exemplo, por autores como Souza Santos ao especular uma nova ordem científica emergente, analisou-a sob cinco hipóteses, das quais, apenas citamos a última por se tratar da essencialidade desta pesquisa e pelo fato de ser apontada por ele como o objetivo principal da síntese da análise desta nova ordem: “[...] à medida que se der esta síntese, a distinção hierárquica entre conhecimento científico e conhecimento vulgar tenderá a desaparecer e a prática será o fazer e o dizer da filosofia da prática” (SOUZA SANTOS, 1988, p. 3).

E isso nos levou a relembrar as conversas que tivemos com o senhor Francisco, pernambucano, caminhoneiro e morador há 28 anos do bairro João Cabral:

Quando vinha a Juazeiro, em romaria, tinha o desejo de morar aqui. Comprei um terreno no bairro João Cabral há 28 anos, onde resido até hoje. Quando cheguei era um grande terreno baldio com pouquíssimas casas, todas de taipas e desde sempre foi um “lugar delicado”<sup>14</sup>. Ainda hoje é, e também não tem transporte público de boa qualidade, o atendimento de saúde não é bom e falta mais creche para que as mães possam trabalhar. (FRANCISCO, 2014).

Escutando os relatos da realidade do bairro por meio do saber local, reforçamos a importância desta troca de saberes para nossa pesquisa. O indagamos se moraria em outro bairro, quando logo nos respondeu:

Não. Eu gosto daqui. Sabe menina, aqui tem coisa boa, por exemplo, aqui antes tinha uma capelinha pequena que já não cabia mais o povo. Eu e os finados José João e Zé de Aquino nos preocupamos com esta situação. Zé de Aquino doou o terreno e fizemos a primeira missa no local – chamada de primeira pedra – José João ficou responsável de fazer o alicerce e eu de arranjar recurso para levantar a igreja. Para isto, era preciso primeiro decidir quem seria o padroeiro. Decidimos que seria Nossa Senhora da Penha [...] outros caminhoneiros de outras regiões: Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pará mandarão doações porque ela também era a protetora deles. A Igreja é uma coisa boa no nosso bairro, é bonita, reúne gente e é um local para encontrar os conhecidos no bairro (FRANCISCO, 2014).

A construção de conhecimento é uma oportunidade para refletirmos as formas culturais das quais dão sentido à existência de um lugar traduzindo o modo de vida e a relação que se estabelece com o espaço. A maneira como o construímos ao longo do surgimento da ciência tem sido questionado e combatido, por autores como Boaventura de Souza Santos (1988), Enrique Leff (2010), Edgar Morin (2000) e Ignacy Sachs (1993). Uma crítica, sobretudo, aos procedimentos metodológicos da ciência traduzidos na epistemologia, mas, problematizado na ontologia. Em síntese, o que querem nos dizer resume-se: a crise ambiental é uma crise civilizatória, portanto, emergente se faz a troca de saberes culturais e científicos.

Suas críticas levantam discussões acerca da emergência de construir o conhecimento no processo híbrido: científico e senso comum, levando em consideração a amplitude e essencialidade do saber local e o diálogo de saberes. O saber local trata-se do conhecimento singular das manifestações culturais de um lugar, fato que, é desconsiderado pela ciência moderna. Já o diálogo de saberes surge da intercomunicação entre o saber científico e o saber local, mediado, sobretudo, pela interdisciplinaridade; propostas que fortalecem a sustentabilidade à crise ambiental, e esta os fazem emergir como uma construção de conhecimento emergente (SOUZA SANTOS, 1988; LEFF 2010).

Sabemos que o posicionamento da ciência moderna na construção do conhecimento pragmático é arbitrário, mas também, que entrou em crise por não conseguir solucionar as problemáticas que mesmo criou. Fato, a ciência moderna criou a percepção de que tudo deve ser considerado com objetividade e coisificado.

Nesse percurso,

“[...] construímos uma lógica e uma epistemologia que nos levam a pensar um mundo construído por objetos, por coisas, que nos levam a compreender o mundo como uma relação da palavra com a coisa, a conhecê-lo através da representação do real pela teoria” (LEFF, 2011, p. 98).

Claro, que as coisas (objeto em si) e a objetividade relacional, ambas, refletidas no espaço geográfico jamais se tornarão a interpretação do mundo. No entanto, quando utilizamos a paisagem na forma concreta espacial como objeto mediador de análise, ela se torna um elemento dialogizante da subjetividade desvelada pelos porquês relacionais locais, assim tornando-se parte da própria expressão da construção do conhecimento.

O lugar como um espaço relacional traz simbologias paisagísticas que são partes do conjunto histórico e espacial, tornando-se particular tanto para quem as vivenciam, como, para a totalidade patrimonial do espaço em que este lugar encontra-se. Estes símbolos construídos por iniciativa pública ou comunitária fazem parte de um processo de ações interculturais e transformam-se no patrimônio cultural humano e arquitetônico local.

O atual desejo de querermos entender o patrimônio paisagístico de um local deve ser direcionado ao conhecimento plural, como revelado no saber local do senhor Francisco em seu conhecimento comum – uma das formas de pluralidade – logo porque qualquer análise do pesquisador, sujeito externo ao lugar, quando não está contemplada na teia de saberes trata-se de uma interferência autoritária, desconsiderando que “todos os conhecimentos sustentam práticas e constituem sujeitos” (SANTOS, 2008, p.158), portanto, é ignorar uma realidade contida no ato relacional entre pesquisador e o lugar pesquisado.

Analisar uma paisagem é saber que ela é interventiva no ato relacional, assim como, é objeto-alvo da intervenção do sujeito no seu espaço, sendo ao mesmo tempo um objeto de leitura. Enxergá-la dessa forma estamos considerando as práticas sociais e espaciais e abrindo o leque à autorreflexão em que sua forma é posta de uma essencialidade social e de uma construção cultural que reflete saberes locais fortemente presentes. Em suma, acreditando na “[...] ideia de que o conhecimento tradicional é prático, coletivo, fortemente implantado no local, refletindo experiências exóticas”. (SOUZA SANTOS, 2008, p. 152).

O desafio de entendermos a relação entre percepções da paisagem e sustentabilidade nos tornou possível no momento em que vimos como a paisagem desperta-nos referencial patrimonial, não somente espacial, mas humano, político e cultural.

#### **4 O ESPAÇO, A PAISAGEM E A POBREZA: PONTOS DISCURSIVOS PARA O BAIRRO JOÃO CABRAL**

*“Ele deixou sua mente viajar enquanto fitava a cidade, meio favela, meio paraíso. Como um lugar podia ser tão feio e violento, mas bonito ao mesmo tempo?”*

(CHRIS ABANI)

Este terceiro capítulo apresentamos aspectos teóricos que fundamentam os conceitos de espaço, paisagem e pobreza. Buscamos dialogar entre eles, respeitando os pontos: sustentabilidade e bairro João Cabral. A especificidade de cada um foi discutida, como, a importância do espaço vivido enquanto elemento produtor de conhecimento, pois se faz pelas mediações das experiências dos sujeitos que o vivenciam e refere-se a percepções espaciais no lugar. A paisagem cultural como patrimônio espacial enxertada de simbologias, sentimentos e significados dando ênfase ao papel dos sentidos no processo interpretativo dela. Por último, tratamos as bases conceituais de pobreza e seu reflexo na construção da identidade espacial de favela. Para que isto acontecesse, trouxemos a fala de alguns atores sociais tornando-se essencial à construção teórica.

Ainda neste capítulo, fizemos uma provocação para a compreensão da identidade do espaço, em que critérios teóricos e técnicos classificam a terminologia do espaço e, por conseguinte, reflete na identidade do sujeito que compartilha o espaço vivido. Colocamos que a paisagem é mediadora de memórias, portanto, o primeiro elemento perceptível que revela e ao mesmo tempo esconde a essência do fenômeno que lhe dá significado. O espaço e a paisagem são dimensões dicotômicas, porém, complementares. Antes queremos explicar uma diferenciação rápida dos termos espaço, paisagem e pobreza.

A sociedade se afirma com seus objetos e para que isto aconteça ela produzirá espaço. O espaço é vida em movimento, porque nele os processos são dinâmicos e constantes. No processo de produção e reprodução do espaço adquire síntese e antítese da sua materialidade, na qual, ela será o resultado deste processo.

A paisagem forma-se desse momento com “objetos materiais e imateriais” (SANTOS,

1997, p. 71), pois estes objetos complementam-se com o concreto da matéria e as representações humanas. Enquanto a paisagem é a materialização de um instante da sociedade [...] o espaço contém o movimento” (*ibidem*). Entretanto, o espaço como a paisagem são elementos que podem ser interpretados no campo fenomenológico sendo parte das relações e identidades dos sujeitos que os produzem.

No tocante à pobreza, é uma projeção dos antagonismos do capital que se dinamiza no espaço e materializa-se como paisagem. O espaço, a paisagem e a pobreza foram mediadores à compreensão e percepção da sustentabilidade ou insustentabilidade do bairro João Cabral.

#### **4.1 Espaço vivido: um mediador de memórias e diálogos de saberes**

Para os princípios fundamentais do espaço, iniciamos com as contribuições de Descartes, contemporâneo da evolução do pensamento moderno e teorizações do pensamento acerca da natureza – revolução epistemológica da ciência no século XVIII – (GOMES, 2005). De fato, por que começar com Descartes? Embora tenha trazido a existência da racionalidade absoluta existente em Deus, este cientista nos trouxe a matemática como uma linguagem única, portanto, segundo ele, capaz de medir todas as coisas de modo que possam ser fragmentadas para um plano geométrico. O mecanicismo se sobrepõe e dentro do modelo cartesiano a ruptura entre matemática e física acontece.

Neste caso, se a natureza era vista geometricamente, tudo possuía forma e podia ser medido, assim como os corpos contidos nesta natureza. Conforme Gomes (2005, p. 73) este ponto foi a principal contribuição para a Geografia pela razão que “a natureza é geométrica, e pela primeira vez, aparece claramente a noção abstrata de espaço, a princípio vazio e isonômico [...]”. Então, temos o princípio do espaço físico absoluto e abstrato.

Ainda com a perspectiva física surgiu Isacc Newton, com a lei da gravidade universal, momento em que coloca a razão como capaz de todas as explicações. Deus era matemático e não detinha a explicação de todas as coisas de forma intocável. Os elementos do universo e seu movimento poderiam ser explicados pela razão. Conforme Gomes (2005) definiu para a noção de espaço absoluto e relativo é importante ter como base a interpretação de que os corpos ocupam espaços. Para Newton, existia um espaço primeiro sem relação alguma com nada exterior, espaço absoluto; e a partir do momento que há ocupação de corpos no espaço surge o lugar como subcategoria do espaço, espaço relativo, em que neste pode haver



experiência sensível.

Desse ponto em diante, a relação espaço e objetos mudaria completamente as interpretações cósmicas da ciência, sabendo que a dimensão do tempo, também, seria primordial na interpretação e observação dos fenômenos.

Em outro momento é na obra de Kant, *Crítica à razão pura*, comentada por Ferry (s/d, p. 15) que os leva a perguntar “se nossas representações dos objetos são ‘verdadeiras’, é procurar saber se elas são adequadas ao objeto como ele existe em si, fora das representações”. O fenômeno é considerado como elemento possível ao conhecimento. Kant criticou o ceticismo que a razão atribuía a tudo e por outro lado o dogmatismo como afirma as coisas. Assim, em Kant o espaço não perderia sua dimensão física e sim ganharia as interpretações dos comportamentos culturais como soma ao reconhecimento das categorias físicas e da cultura. A partir de suas teorias, Kant abre um novo caminho à racionalidade moderna.

Os significados dado a fenomenologia em Kant são abertos para o seguinte sentido, segundo Gomes (2005, p. 116): “quando Kant se refere a fenomenologia, ele a define como o encontro entre o conteúdo empírico de um fenômeno, isto é, o elemento material de um fato, e a elaboração da força para apreendê-lo, que depende diretamente do raciocínio”. Ou seja, o fenômeno é reconhecido pela percepção e está conduz o conhecimento que por sua vez depende do envolvimento humano.

Em toda essa trajetória de espaço absoluto, físico e alvo de ser analisado pela fenomenologia, não desconsideramos outras interpretações do espaço, principalmente, a que esta problematizada nas relações sociais da sociedade capitalista. Segundo Milton Santos (2009) o espaço geográfico é existencial a partir do momento que a sociedade pratica suas relações produzindo espaço. Neste viés “o espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para os quais eles servem de intermediários” (SANTOS, 1997, p.71). O sentido do espaço é aquele que a sociedade lhe atribui.

Mas, o campo fenomenológico espacial, ou melhor, é na Geografia Fenomenológica que escolhemos discutir a categoria de espaço vivido. E, este conceito não surgiu da epistemologia geográfica, pelo contrário, foram as contribuições filosóficas outrora discutidas no capítulo 1 que fundamentaram às interpretações geográficas quando em crítica a ciência racionalista, analisando o espaço sob o olhar da experiência espacial do sujeito revelada por sua própria percepção e subjetividade. Então, o espaço só poderia ser entendido a partir do processo relacional entre o homem e seu meio. Nesse caminho, contextualizamos as

considerações de Merleau-Ponty do qual, este teórico, tornou-se um dos principais contribuintes para a Geografia.

Para Merleau-Ponty (1999), a ciência moderna mascarava a realidade social, escondia as verdadeiras nuances que envolvia espaço e sociedade. Ao dar seguimento as teorias fenomenológicas, este autor, a expande para a fenomenologia da percepção, obra que propõe sairmos das interpretações genéricas e irmos ao conhecimento particular, cultural, próprio, subjetivo e perceptivo. Construir este caminho para o conhecimento seria possível a partir da apropriação do sujeito enquanto interpretador de sua própria realidade, um mediador das experiências vivenciais. O espaço, o corpo e a percepção seriam instrumentos capazes de revelar a essência das coisas.

Na *Fenomenologia da Percepção*<sup>13</sup>, Merleau-Ponty (1999), resgata nossas experiências – uma experiência vivida no espaço e no tempo, própria de cada sujeito – a ciência moderna rejeitou toda e qualquer possibilidade de considerar o conhecimento comum e dentro do campo da subjetividade. O mundo deveria ser conhecido por meio de regras condicionantes da experiência científica e jamais pela percepção da qual envolve símbolos, sentidos e sentimentos.

A fenomenologia evidenciaria a essência das coisas que sempre existiram, porque elas precedem os pensamentos. Contudo, são extraídas da relação espaço-tempo, no mundo vivido de cada sujeito, por meio da descrição de cada experiência (MERLEAU-PONTY, 1999). Ele trata do saber comum construído pela cultura e espaço de cada sujeito, ou seja, o saber local (LEFF, 2010).

O saber local mediado pelas práticas culturais e espaciais, compreendido dentro do espaço simbólico dos sujeitos pertencentes ao lugar, é simples para eles, é tangível, é sentido, é reconhecido por que é vivido. Mas, a ciência moderna coloca-se no patamar da complexidade teórica, por isso, Merleau-Ponty (2004, p. 09-10) declara: “o pensamento moderno é difícil, inverte o senso comum, porque tem a preocupação com a verdade, e a experiência não lhe permite mais ater-se honestamente às ideias claras ou simples às quais o senso comum se apegava porque elas lhe trazem tranquilidade”.

Complementando Leff (2009, p.18) nos caminhos da ciência moderna “a racionalidade da modernidade pretende pôr à prova a realidade, colocando-a fora do mundo que percebemos com os sentidos e de um saber gerado na forja do mundo da vida”, perspectivas fenomenológicas. O conhecimento desses dois autores não acontece apenas fora, na externalidade, também, tem origem na intersubjetividade, no corpo do sujeito e dimensiona-se

no mundo vivido, de certo, materializa-se no espaço, um mundo dos sinais, sentidos e símbolos geradores de identidades.

O conhecimento não se forma apenas nas relações de validação com a realidade externa e em uma justificação intersubjetiva do saber. O saber se inscreve em uma rede de relações de alteridade e com o real na construção de utopias por meio das ações sociais; ele confronta a objetividade do conhecimento com as diversas formas de significação do real, assim como nas condições de assimilação de cada sujeito e de cada cultura que se concretizam e se fixam em saberes individuais e compartilhados, dentro de projetos político e social. (LEFFE, 2009, p. 19)

Se o saber individual ganha dimensão de saber social, logo só é possível com a troca de saberes culturais, eles, por sua vez têm magnitude histórica e paisagística no espaço que foi produzido e desenvolvido. Aquilo chamado por Merleau-Ponty de fenomenologia, chamou Leff de saber ambiental, pois é movido pela cultura do sujeito desenvolvida no lugar de suas relações. Porém, para ambos, a subjetividade, cultura e percepção são o norte do conhecimento. Criam novos significados sociais e valorizam o saber individual. No véis fenomenológico como sustentável, a subjetividade molda pontes de identidades e percepções compartilhadas fora do enrijecimento racional e objetivo. Assim, foi com as percepções dos moradores do bairro João Cabral. Este lugar tem sentido no mundo deles e ganha magnitude de reconhecimento na subjetividade de suas percepções diante da troca de saberes movidos pela construção identitária do lugar, o espaço vivido, saberes sensíveis consagrados no patrimônio da memória de cada sujeito.

Para a Geografia Humana, as representações que os sujeitos fazem do espaço é uma questão decisiva do mundo percebido e uma forma de recuperar a humanidade valorizando o saber humano, do qual destaca as simbologias e valores do espaço. Esta Geografia apropriou-se da fenomenologia como base interpretativa do espaço, procurando “demonstrar que para o estudo geográfico é importante conhecer a mente dos homens para saber o modo como se comportam em relação ao espaço” (LENCIONI, 2003, p. 152). A percepção conduziria a interpretação do mundo vivido e seria o caminho à construção do espaço vivido, um lugar construído socialmente, do qual, os sujeitos percebem suas práticas socioespaciais.

A Geografia Humana toma uma postura contra o reducionismo, objetivismo racionalista, instrumentalização e teorização da ciência dogmática buscando novos rumos, teorias e fonte. A percepção como geradora de conhecimento foi o caminho para esta nova corrente geográfica. Ao discutir as características da fenomenologia com base em Husserl,

Lencioni (2003, p. 149) diz que “a fenomenologia prioriza a percepção e entende que qualquer ideia prévia que se tem sobre a natureza dos objetos deve ser abolida”. Em Merleau-Ponty, a relação entre o homem e o mundo ocorre por meio da percepção (LENCIONI 2003). Existe um fenômeno entre consciência e natureza, a percepção.

Corrêa (2001, p. 30) considerará a Geografia da Percepção “assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real”. A Geografia afirma o mundo vivido pelos sujeitos como elemento interpretativo para o espaço. Lencioni (2003, p. 150-151) afirma que “a consideração da percepção advinda das experiências vividas é, assim, considerada etapa metodológica importante e fundamental”.

O espaço enquanto elemento macro e central da Geografia passa a ser problematizado por Merleau-Ponty (2004, p. 10) como: “o espaço é o meio homogêneo onde as coisas estão distribuídas segundo três dimensões e onde elas conservam sua identidade, a despeito de todas as mudanças de lugar” aqui o filósofo critica a ciência moderna produtora de dicotomia espacial quando se refere ao espaço físico e mundo vivido que se diferenciam.

O espaço vivido concretiza-se na mente dos homens e torna-se extensão de nós mesmo pela razão de sermos seu produtor e aqueles que o sentimos. O bairro João Cabral é um sítio de sentidos e história compreendido pelos moradores e, apenas, apreciado pelo visitante. A sua materialidade estabelece uma rota de sentidos, do profano ao sagrado, do político ao cultural e do ambiental ao social, de modo que, o sujeito morador o reconhece, o contempla e o decifra.

Leff (2009) coloca: “É o direito a um ser próprio, que reconhece seu passado e projeta seu futuro; que restabelece seu território e reapropria sua natureza; que recupera o saber e a fala a fim de atribuir-se um lugar no mundo em dizer uma palavra nova desde suas autonomias e diferenças, no discurso e nas estratégias de sustentabilidade”. O espaço vivido, do bairro João Cabral, construído pelas percepções de seus moradores, valorização do saber local por suas experiências, vivências, dando voz a estes moradores de interpretarem seu lugar, é uma das bases para repensar a sustentabilidade.

Além de ser um processo de instrumentalização social, o espaço, produz uma materialidade como elemento cultural, a paisagem. Ela é um produto da cultura. As influências culturais que a forma a partir da relação experiencial de um determinado grupo com seu espaço nas categorias de suas crenças, classe social, trabalho, categoria espacial

(urbano ou rural), aspectos físicos do ambiente, entre outros, é inerente a sua discussão e, nunca, entendida com singularidade fora do espaço vivido de cada sujeito.

O bairro João Cabral recebe a categoria de favela. Identidade espacial construída por aspectos pragmáticos em certo nível de percepção individual ou grupal. A paisagem é uma construção de significados, símbolos, formas, cores, cheiro, gente e movimentos, a favela, é um referencial espacial caracterizado, principalmente, pelas representatividades socioeconômicas. Assim, o que se vê no bairro João Cabral?

#### **4.2 A paisagem do espaço vivido: materialidade percebida**

A Geografia é ciência que mais se apropria da dialética do conceito de paisagem como análise da sociedade no espaço. Indo das interpretações físicas ambientais às representações culturais. A paisagem foi o foco como objeto de investigação da Geografia Tradicional, um modo descritivo da natureza, estudada e teorizada por Alexander von Humboldt (1769-1859), em que publicou na Alemanha e na França Quadros da Natureza (*Ansichten der Natur* e *Tableaux de la Nature*).

Mas, a paisagem que nos conduz na pesquisa, trata-se da paisagem cultural ampliada em compreensão quando problematizada no espaço vivido dos sujeitos, em particular no bairro João Cabral objetivo deste trabalho.

Como elemento que está intrinsecamente no campo da percepção, a paisagem requer de ser apreendida de múltiplas formas, pois ela é subjetiva e, portanto, orientada por valores culturais. Tais valores são adquiridos e transmitidos possuindo uma visão de mundo particular. Desse modo, os valores culturais se materializam culturalmente no espaço constituindo uma simbologia espacial, e com ele uma comunidade, por exemplo a do bairro João Cabral, se relaciona de forma afetiva, como é o caso dos ritos religiosos na igreja e o uso da praça.

Entre um dos conceitos que mais simplifica a paisagem, está o apresentado por Santos (1997, p. 61): “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. [...] Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons [...]”, formada pelas representações sociais no âmbito de sua cultura. Com isso, em vez de acharmos que a paisagem é apenas a apresentação da materialidade de objetos, devemos passar a ver que todo espaço produzido e reproduzido gera no processo de apropriação formas heterogêneas e pressupõe intrinsecamente um sujeito em estado ativo ou passivo que se relaciona com sua

paisagem e a produz com as cores de sua cultura. Ela não só é um elemento da cultura, mas, um processo cultural.

Nos anos 80, a Geografia Cultural surge com a motivação de entender a relação sociedade e espaço pelos fenômenos da conscientização e representação cultural do homem (TUAN, 1983). A paisagem cultural é para Roberto Lobato Correa (2011) um conjunto de formas materiais articulados entre si no espaço como os campos, as cercas vivas, os caminhos, a casa, a igreja, entre outras, com seus estilos e cores, resultante da ação transformadora do homem sobre a natureza.

Para o senso comum e para algumas ciências, a paisagem resume-se a uma “porção do espaço que pode ser observada com um golpe de vista” (HOLZER, 1999, p.150), uma visão atribuída aos significados estéticos de um ambiente, em que as formas da materialidade espacial são privilegiadas. Percebemos esta interpretação nos discursos dos moradores do bairro João Cabral ao se depararem com a imagem do seu lugar em fotografia. A fotografia trouxe a estética da paisagem congelada no tempo presente e, abarcar o recorte espacial em uma imagem, provocou a princípio, querer perceber a paisagem com interpretação generalista e objetivada. Só depois, o olhar criterioso e contemplador deu lugar à subjetividade e sentimos.

Quando a Geografia tratou a representação do espaço geográfico na perspectiva geométrica projetando a identificação de áreas geográficas, envolveu uma detalhada postura de observação, quando em campo, o geográfico teria uma apurada visão paisagística onde o sentido da visão abriria um vasto campo descritivo.

A linha de observação descritiva do espaço foi categorizada como “*landschaft*” e “*paysage*”, depois “*landscape*”, por teórico alemão, francês e americano, terminologias que se referem a um ponto convergente de significado: a paisagem é uma associação de formas físicas e culturais (CLAVAL, 2011). Já Holzer (1999) relembra o posicionamento do geógrafo Caul Sauer, elevando a interpretação da paisagem à dimensão cultural, defendeu que a paisagem não podia ser contemplada por uma observação, por um julgamento, como se esta tornasse intocável às transformações no processo das relações humanas com o meio.

Para Sauer (1983) a paisagem é a união das qualificações físicas da área significativa para o homem, e das formas como esta área é utilizada. A localização dos modos de vida, que devia ser examinada a partir da extensão para a área dos traços culturais individuais ou pela determinação sobre a área dos traços produzidos por culturas complexas. Com a teoria sauriana, as mudanças acerca dos estudos da paisagem ganhariam outro Norte, considerando

tanto o pensamento científico quanto o de outras pessoas, criando uma nova epistemologia, dando ênfase a subjetividade do sujeito relacional reprodutor de sua própria paisagem direcionado por sua cultura.

Lowenthal (1961) escreve, a geografia é a ciência que mais se aproximava da incorporação sem mediações dos elementos da vida cotidiana, que deveriam ser considerados em suas particularidades a partir da inclusão dos mundos vividos pessoais como dado concreto. Quando o autor faz esta colocação contextualiza, o fato de que a paisagem é um produto particular do mundo histórico vivido por um determinado grupo social, por outro lado, a paisagem torna-se um quadro em que “as pessoas veem o seu entorno através das lentes da preferência e do costume, e tendem a moldar o mundo a partir do que veem. ” (LOWENTHAL, 1968, p. 6).

Sendo assim, a paisagem cultural é uma questão de apreensão diretamente ligada aos nossos sentidos, exigindo-nos o desvendamento do fenômeno existente entre quem observa e o que se observa. Na década de 70, Meinig (1979) já abordava uma compreensão diferenciada ao dizer que a paisagem se distingue da natureza pelo caráter unitário que imprime aos nossos sentidos; de cenário, porque não nos relacionamos apenas esteticamente com ela; de ambiente, porque não trata apenas de nossa realidade enquanto seres vivos; de região e de área, porque o sentido da paisagem é eminentemente simbólico e, dos lugares, porque ele se refere aos indivíduos e são nomeados. Enquanto a paisagem se caracteriza como superfície contínua e não como foco de atenção.

Entendemos que tal definição coloca a paisagem como um elemento da produção cultural do sujeito, algo feito e refeito em momentos históricos e, portanto, com uma permanência em cada tempo. “É uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos momentos diferentes” (SANTOS, 1997, p. 66). A paisagem é essencialmente contínua, assim como, é a materialização da ação cultural.

Pontuamos dois pontos relevantes na ação cultural: a reprodução do trabalho no espaço como instrumento modelador e processual e a relação da sociedade como conjunto de elementos que compõe a paisagem. Tuan (1974) já teorizava a paisagem no campo dos sentidos, dos significados, do lugar. Definiu-a a partir de dois ângulos diversos de visão: a vertical, objetiva, que tem a paisagem como domínio que viabiliza a vida humana; a lateral, subjetiva, que considera a paisagem enquanto espaço de ação ou de contemplação. O mesmo dito por Cosgrove (1984), a paisagem se divergiria entre o trabalho humano tornado visível e o da representação do mundo enquanto fonte de apreciação estética.

Os lugares como referência da história dos moradores e do bairro João Cabra

contemplam a identidade daqueles que se veem pertencidos ao ele. Ultrapassam pontos referenciais, pois, refletem uma simbologia fixada no espaço e tempo enquanto materialidade local, mas, que sofreram e sofrem mutações sem perder a essência experiencial da relação desenvolvida no espaço vivido. Este espaço é percebido pelo sujeito que o constrói e o habita, por isso, está impregnado de formas com valores de vivência. Lembramo-nos de José Nilton, morador do bairro em nosso primeiro contato pesquisadora-morador, quando nos disse: “esta praçinha, a Praça do CC, tem história”, ou seja, para ele é um lugar percebido, em um tempo, com uma memória.

Imaginamos com estas colocações que a paisagem é a materialização da espacialidade constituída com permanência relativa, da qual esta relatividade depende das mudanças, necessariamente, dos quadros políticos, sociais e econômicos; sequentemente, as contemplações acerca da paisagem não devem ser congeladas a um momento de representação do presente enquanto nível de análise investigativa, embora, se apresente como um quadro de composição heterogêneo espacial contemplativo a quem desejar apreciar.

A paisagem é a costura de pedaços de retalhos históricos. Segundo os franceses: “um conjunto, uma convergência, um momento vivido. Uma ligação interna, uma impressão, que une todos os elementos” (DARDEL, 1990, p. 41). Para este autor a paisagem não se referia ao que se era visto no momento, mais sim, a representação da “inserção do homem no mundo [...] a manifestação de seu ser para com os outros, base de seu ser social”. Ao consideramos a relação da paisagem com o espaço vivido, damos ênfase a contribuição dada por Bailly, Raffestin e Reymond (1980) quando descrevem que, a paisagem é um depósito de história, um produto da prática entre indivíduos e da realidade material com a qual nos confrontamos.

Torna-se necessário, contudo, diferenciarmos a paisagem materializada (objetos e suas formas) da paisagem percebida no mundo da experiência cognitiva do sujeito que a vivência a partir da intencionalidade do seu “eu” com o “meio”? Provavelmente, devemos ter um ponto de partida e a materialidade não anula a percepção subjetiva da interpretação da paisagem. Logo, a compreensão da existência de uma paisagem que se materializa nas formas e estruturas dos objetos geográficos não adquire sentido fora da subjetividade da relação intencional e afetiva do grupo ou homem que a constrói.

Neste sentido, não podemos deixar de constatar a existência de um significado fenomenológico da paisagem, pois o trabalho coletivo do homem sobre o espaço é a soma da influência cultural existente, ao mesmo tempo em que, é produzida no confronto da intersubjetividade do grupo social. Seguimos, desta forma, com a abordagem fenomenológica elaborada por Berque (1994, p.5): “A paisagem não reside somente no objeto, nem somente



no sujeito, mas na interação complexa entre os dois termos. Esta relação que coloca em jogo diversas escalas de tempo e espaço, implica tanto a instituição mental da realidade quanto a constituição material das coisas”.

Interpretar a realidade é algo nem sempre possível de realizar, pois depende da ampliação perceptiva de quem observa. “Quando há um desdobramento do que está ocultado, entendendo que este não está atrás do objeto de estudo, e sim entre ele”, (CRITELLI, 2006, p.75), percebemos que a sombra se ilumina trazendo uma imagem referencial ao que se descobriu, dessa forma, “a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção”, (SANTOS, 1997, p.62), o que se apresenta a nos está direcionado aquilo que se quer ver, porém, a nossa percepção é um meio de conhecimento profundo encontrado no nosso interior.

Partimos, dessa maneira, sempre da perceptiva do sujeito observador da paisagem cultural, bem como, a história dele com seu lugar, ou melhor, as histórias de todos que se somam ao lugar. Por exemplo, “abordar uma favela, por seu arranjo morfológico, área de risco, acessibilidade, adensamento habitacional, independente da história humana que a anima”. (ANGILELI, 2007, p. 12), seria não dar voz àquele que a produz. É nesse processo que imaginamos ter compreendido a aparência e essência da paisagem cultural construída ao longo do tempo no bairro João Cabral, somando as práticas socioespaciais dos agentes produtores do espaço urbano e, principalmente, dos seus moradores.

Estudar a paisagem como fenômeno experienciado é resultado de uma abordagem humanística, na qual se valoriza a experiência das pessoas e assim sua relação afetiva com o meio. A fenomenologia amparou a Geografia nas bases analíticas do espaço. Ultrapassou as análises morfológicas funcionais e considerou a vivências<sup>15</sup>.

A esse respeito Corrêa (2011) é contundente, analisar as formas e as funções urbanas, a partir da funcionalidade morfológica, numa perspectiva econômica-espacial é ato da geografia urbana vinculada a uma visão positivista.

Consideramos duas incorporações de análise, a Geografia Urbana não privilegiou a dimensão cultural e, por outro lado, a Geografia Cultural privilegiando-a como uma dimensão do humano. Embutindo no espaço as interpretações subjetivas e as marcas espaciais como interprete da cultura na qual revela a identidade dos sujeitos que as constroem.

Conforme Claval (1999) o interesse por parte dos geógrafos pelos problemas culturais pode ser dividido em três momentos:

---

15 Oliver Dulifus (1973), apud, Machado (1998).

Final do século XIX até os anos cinquenta: o interesse voltava-se para o aspecto material da cultura, as técnicas, a paisagem e o gênero de vida. Anos sessenta a setenta: A evolução da Geografia Cultural deu-se numa tentativa de utilizar os resultados da “Nova Geografia” para uma sistematização metodológica. Após anos setenta: ocorreu uma mudança significativa, haja vista a Geografia Cultural deixar de ser tratada como um subdomínio da Geografia Humana, posicionando-se no mesmo patamar da Geografia Econômica ou da Geografia Política (CLAVAL, 1999, p.3).

Nesta transitoriedade, a principal análise está no homem e seu meio embebido de sua cultura como um “reflexo, mediação e condição social” (CORRÊA, 2011, p. 169), traduzindo que a “consciência humana, ideias e crenças são partes do processo produtivo material”. A paisagem, no véis da cultura, ganha o homem como um componente ativo e central, principal experimentador de sua obra em uma escala coletiva, a paisagem torna-se “parte do conjunto compartilhado de ideias, memórias e sentimentos que une uma população”, (MEINIG, 1979, p. 164), simultaneamente, é neste nível de coletividade que se faz “conflituosa, tensa, provisória e subjetiva” (ANGILELI, 2007, p. 12). Neste último véis, a paisagem do bairro João Cabral é vista, interpretada e identificada como favela. A pobreza, a violência e as drogas dão o tom desta identidade. Na imagem socioespacial do bairro a relação do homem com seu meio é central, assim, como as bases da sociedade local que a constrói.

Devemos considerar, entretanto, que a paisagem não é estática, pois o seu arranjo de significados possui um estado de validade espacial, “não é dada para todo sempre, é objeto de mudança”, (SANTOS, 1997, p. 69), justamente, porque é alvo de apropriação dos interesses coletivos retratados nas práticas sociais de cada sujeito.

Como na sustentabilidade, a relação homem-natureza é discutida. Este debate é parte das discussões (idem) geográficas ganhou força nas interpretações de Vidal De La Blache. As ações de causa e efeito do homem para o seu meio e do meio para o homem, este autor já discutia no final do século XIX e todos os integrantes da escola de Geografia francesa, antes dos anos 70. Como citou Claval (2002, p. 149) este geógrafo, Vidal De La Blache diz: a “geografia devia analisar e explicar as relações entre os grupos humanos e o meio ambiente onde moravam”. Um lugar do cotidiano e referencial dos sujeitos. Um dos discípulos de Vidal De La Blache, Albert Demangeon, foi um dos primeiros a desenvolver o interesse pelas paisagens na escala de vida dos indivíduos (CLAVAL, 2002), e Armand Frémont, francês, nos

anos 70 propôs um estudo por meio dos sentidos, sons, cheiros, cor, formas, ruídos, os quais descreviam, sobretudo, a experiência vivida do sujeito em sua zona estudada. Embora, para este autor, os geógrafos não conseguiram dar de conta da análise das especificidades das paisagens e dos habitantes das regiões que estudavam (FRÉMONT, *apud*, CLAVAL, 2002, p. 158).

Exatamente na escala de vida dos indivíduos e motivadora de sentidos que nos interessa a paisagem como mediadora interpretativa à compreensão do bairro João Cabral.

Essa forma de análise, segundo Vidal De La Blache, contribuiu para dois movimentos interpretativos: o mundo dos sentidos, visão, olfato, tato, paladar ou audição comum a todos, e a distinção das variadas maneiras que cada sujeito percebe o seu meio, “duas pessoas não veem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente” (TUAN, 1974, p.6), em que vivem, com maneiras distintas norteadas pela cultura e sensibilidade adquirida. Esta classificação de percepção é constada entre o olhar de quem não especializa um lugar e outra de que vivencia o lugar ou entre o senso comum e a ciência racionalista.

Apesar da cultura ser “um plasma invisível entrelaçado entre as dinâmicas sociais, tanto como alimento da alma individual, quanto elemento gregário e político, que liga e significa as relações humanas” (BRANT, 2009, p.13) permitindo a penetração no mundo do outro, não significa apreender a totalidade da realidade. A paisagem permeia por este caminho, não se limitada a dependência de ser vista por todos os sentidos ao mesmo tempo, mais problematizada como sendo “um vasto campo de significados, tensões e contradições sociais” (SANDEVILLE, 2005, p.1).

Um olhar e a objetividade na análise da paisagem maculam a interpretação humanística reduzindo-a aos estudos morfológicos, do contrário a isto, quando a entrelaçamos no campo da cultura percebemos que “as formas espaciais criadas pela ação humana geram paisagens culturais impregnadas de significados” (CORRÊA, ROZENDAHL, 2011, p. 16). Da mesma maneira quando admitimos a relação da interatividade do homem que cria sua cidade, é aceitar que este homem não é mais um elemento, “mas um sujeito que interage e imprime marcas<sup>16</sup>”, levando em consideração as trocas de informações existentes entre meio e homem fazendo-nos valorizar o papel dos sentidos<sup>17</sup> e das subjetividades interpretadas pelos sujeitos, das quais impregnam significados a paisagem<sup>18</sup>.

---

16 Ferrara (1993), para este autor a cidade é um ambiente comunicativo munido de diversas linguagens e representações. Assim sendo, as diversidades destas linguagens geram a estimulação interpretativa dos sentidos.

Para entendermos a funcionalidade dos sentidos, fazemos um *link* com o disposto por Damásio (2004, p. 58): “um dos principais fatores que nos diferem de outras espécies não é a capacidade de representar, mas de representar simbolicamente”, já que a narrativa da interpretação simbólica ocorre com a percepção do que é verbal ou não-verbal; material ou não-material expressa em “imagens que são representações do espaço/objeto”.

Há, portanto, uma consideração acerca da apreensão de uma imagem representativa do recorte de uma paisagem, a própria percepção. Para Tuan (1974, p. 14) a percepção “é uma atividade, um estender-se para o mundo. Os órgãos dos sentidos são pouco eficazes quando não são ativamente usados, [...] é possível ter olhos e não ver, ouvidos e não ouvir”. O perceber requer de um mapeamento pelos sentidos sobre o espaço produzindo sentimentos dos quais envolve “quem a percebe, o que é percebido e a relação entre eles” (ANGILELI, 2007, p.18).

Para Santos (1997, p. 62) “a percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada”. Observar o espaço é exercer o processo comunicativo da imagem social, ambiental, cultural, econômica ou política institucional podendo dialogar com a sustentabilidade pela manifestação na paisagem, por isso, a percepção tem um papel fundamental na compreensão tanto no processo histórico como no quadro social destes fenômenos.

A pobreza, critério a ser discutido nesta pesquisa, enquanto fenômeno processual no espaço, manifesta-se como ponte mediadora de análise a respeito da segregação socioespacial no bairro João Cabral. A condição de se está pobre no modelo econômico capitalista reflete as conjecturas de vulnerabilidades expressadas na paisagem social, uma teia complexa das políticas públicas ausentes ou omissas.

Vimos anteriormente no capítulo 1, no sub tópico campos da pesquisa, restritamente, bairro João Cabral, que seu perfil sociogeográfico trouxe dados de insustentabilidade social e ambiental. Dessa maneira, a pobreza é percebida como uma espacialidade local associada ao poder aquisitivo quando comparada ao padrão médio ou alto de consumo. O bairro João Cabral na paisagem física das habitações, das drogas e da violência local reflete uma imagem direta com a condição de pobreza. Porém, na atualidade o padrão de consumo ao aspecto de acessibilidade tecnológica representa uma imagem social diferenciada.

---

17 Contrário a uma abordagem puramente morfológica, a análise fenomenológica gera uma contra corrente epistemológica acerca do estudo da paisagem, no entanto, segundo Relph Edward C. (1979) refere-se a paisagem como um fenômeno da experiência (geograficidade) que não pode ser apreendido somente através dos sentidos.

18 Sautter Gilles (1978) *apud* Claval (2004, p. 49) diz: “Não é mais a realidade objetiva que nela reconhecemos que devemos reter a atenção, mais a maneira de como essa realidade fala aos sentidos daquele que a descobre”.

As facilidades para o consumo revertem à definição “pobreza”. Em barracos, favelas e periferias pobres há o consumo de produtos com alta tecnologia o que nos faz perceber uma nova redefinição do conceito no momento em que problematizamos as condições físicas espaciais com as condições de consumo. Uma paisagem sociocultural a ser repensada.

### **4.3 A pobreza: quadro social de insustentabilidade ou apenas uma impressão na paisagem local?**

A pobreza faz parte dos antagonismos do capital. Sua problemática é abrangente e concomitante relativa, porém, se discutem critérios que a caracteriza e eles são avaliados e rediscutidos subjetivamente, contudo, a pobreza é uma categorização que representa o déficit das necessidades básicas de um país, de uma população ou de uma comunidade e isto é um fato. As necessidades podem ser de ordem de sobrevivência, de preservação ou de aprimoramento, por isso, dizemos que sua definição é relativa.

No contexto dos padrões da sociedade capitalista, a pobreza é tratada nos parâmetros econômicos e segundo o IPEA (2011) ela é o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo moralmente aceitável por uma sociedade. A pobreza em sua máxima, associa-se a países pobres, ao crescimento demográfico e, por sua vez, a crise urbana. É bem claro, quanto maior a população, mais suprimentos deverá ter para o grupo social, assim, maior é a espacialização, conseqüente, maiores serão os conflitos sociais.

Segundo Milton Santos (2009, p.18-19): “As teorias sobre o desenvolvimento ou subdesenvolvimento foram apresentadas como diretrizes para a correção de desigualdades entre os indivíduos, região ou país. ”, ou melhor, classificar o poder econômico de cada país a partir do planejamento estratégico de crescimento. Um planejamento que sempre dita em que, quando e onde se deve aplicar o dinheiro, que nem sempre é nas reais necessidades sociais. Ainda, Santos (2009) completa: “a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social”.

Ora, o fenômeno da pobreza é complexo, pois não se trata de um parâmetro facilmente medido e convergido apenas a uma modalidade. Possuem indicadores variáveis dentro de um contexto geográfico, econômico e cultural. Os indicadores socioeconômicos mapeiam os grupos com necessidades básicas e tornam-se importantes norteadores para o planejamento governamental.

A pobreza é parte da relação institucional econômica, social e cultural, as políticas

públicas são as condutoras da interconectividade deste processo. Quando, porém, dizemos que a pobreza é um estado de condição econômica, consideramos o sistema em que vivemos capitalista direcionador da manutenção social: mais pobres e poucos ricos.

A nova conjuntura de consumo no mundo globalizado, no momento em que o próprio mercado disponibiliza de facilidades à compra, mudou o perfil de consumistas dentro do seu próprio ambiente. O pobre, também, é um consumidor da tecnologia e a coloca dentro do seu ambiente. Morador de barraco em favela ou periferia pobre possui TV LCD, celulares de alta tecnologia e continua morando nestes lugares. Atestamos isto no bairro João Cabral. Segregação espacial, condição física; segregação social, pobreza, devem ser repensadas diante das condições de consumo.

Pobreza é tratada a partir de critérios estabelecidos considerando uma classe social em seu estado econômico, pois o sistema capitalista assim os define. Milton Santos (2009, p.21): “pobreza é considerada apenas como uma situação transitória, um estágio necessário na mobilidade social.” Confirmamos, dessa forma, a inter-relação entre ser pobre e segregação socioespacial.

Na tentativa de redefinir o conceito de pobreza, a Organização Internacional do Trabalho-OIT, em 1970, ampliou o conceito à incapacidade de o ser humano satisfazer as suas necessidades básicas. Nas décadas de 1980 e 1990, existiram mais acréscimos na amplitude conceitual, considerando aspectos como o isolamento, a impotência, a vulnerabilidade e a falta de segurança.

A partir de 1999, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, inspirado na obra de Amartya Sen, introduziu indicadores de progresso e de carência que se centram na pobreza, sob uma perspectiva de desenvolvimento humano.

A pobreza é condicionada a um lugar e dentro da problemática urbana, pobreza urbana, é associação de favela e vice-versa. Favela como reflexo material da paisagem pobre totalizante de um lugar, mas segundo Davis (2010, p. 22): “nem todos os pobres urbanos moram em favelas e nem todos os favelados são pobres”. Será um mundo entre aparência e essência? *The Challenge of Slums* (2003, p.28), publicou, “em algumas cidades, a maioria dos pobres moram, na verdade, fora da favela propriamente dita”. A máxima dos indicativos de pobreza relacionada às cidades mostra que o lugar de densidade da pobreza está nas favelas. Hoje, no mundo, crise urbana é urbanização desordenada, crescimento demográfico e pobreza, maiores desafios mundial.

São migrações, falta de recursos naturais, falta de espaço para acomodar uma população diversa, cada vez mais urbana. Enfim, pensar em toda essa conjuntura, sem ter

soluções cada vez mais alternativas, é pensar política e economicamente a instabilidade cada vez mais econômica, a dominação social, bem como, a segregação, ainda mais, dos grupos excluídos.

O relatório sobre a Situação Mundial da População 2007, do Fundo Mundial das Nações Unidas (UNFPA, 2007) considerou a grande preocupação acerca da urbanização do Brasil e do mundo, tendo em vista os desafios de pensar formas alternativas que garantam a sustentabilidade da natureza e do homem. O próprio relatório traz uma provocação reflexiva acerca do crescimento urbano. Sugere que por outro lado devemos pensar os pontos positivos que este processo desencadeia. Ou seja,

Não se trata de imaginar um cenário caótico de megacidades inchadas pelo crescimento da população e da pobreza urbana, mas sim de avaliar, de maneira isenta, as condições existentes para propor, sobretudo aos países que passarão pela transição urbana nos próximos anos, os caminhos alternativos que possam conduzir à redução da pobreza e da desigualdade social (OJIMA, 2007, p. 102).

O contexto social requer de desenvolvimento humano e pensou-se que a urbanização seria uma forma de ampliar as possibilidades de mobilidade social da população em massa, pois haveria melhor condição de vida no contexto da modernidade, na qual garantiria mais ciência, mais tecnologia maior qualidade de vida, no entanto, todas essas garantias ocorreram, porém, não para toda população. A elite, é claro, usufruiria dos advenços que a vida moderna proporcionará e este modo de vida só se concretizou no espaço urbano. Santos (2009, p.24) ressalta: “A cidade é o lugar privilegiado do impacto da modernização”.

A cidade neste caso é o corpo máximo da concreticidade material do espaço e imaterialidade das ações sociais. As relações desenvolvidas entre o concreto e abstrato na cidade são condicionadas, principalmente, pela economia e política.

A cidade como sendo o *locus* magnético da espacialidade torna-se tal como devido a atração que o capital injeta em seu espaço. São indústrias, comércios, lazer e outros tipos de ações, como por exemplo, a educação, das quais podem ser apropriadas por ele, e todos formam um sistema de objetos produtores de um sistema de ações.

O processo de fazer a cidade é obviamente um processo de urbanização que pode ser uma via de mão dupla quando se trata de ser o meio expansivo da cidade em particular no crescimento horizontal causando o surgimento das áreas periféricas ligadas, em uma grande parcela, a área de habitação popular correspondente ao crescimento populacional da classe de baixa renda.

De acordo com Davis (2006, p.46): “o maior quinhão do crescimento populacional urbano mundial foi absorvido pelas comunidades faveladas da periferia das cidades do terceiro mundo”, dificilmente as pessoas decidem morar em um ambiente desprovido de infraestrutura e de serviços básicos públicos de qualidade ficando as margens das vulnerabilidades social e ambiental por opção primária. Embora, as pessoas possam construir uma relação de afetividade com o lugar, com o passar do tempo, elas, são sujeitos que driblam os contratempos da moradia, seu custo e sua qualidade; da alimentação, da distância entre casa e trabalho e da segurança, além de serem condicionados ao mundo marginal.

A pobreza na sociedade capitalista é produto desta mesma sociedade tomando dimensões quantitativas no espaço urbano. A dinâmica sociedade-espaço no urbano trouxe os contrastes das disputas espaciais do solo urbano e desempregos, paralelamente, ao crescimento demográfico e urbanização acelerada. E, é nesse contexto que o perfil da pobreza urbana se materializa no Juazeiro do Norte território macro que o bairro João Cabral se insere.

Segundo o IBGE (2010) da população total de 249,939 residentes em Juazeiro do Norte-CE cerca de 18.992 encontram-se em situação de extrema pobreza. Um número um pouco acima da população do bairro João Cabral. Isto significa que 7,6% da população municipal viviam nesta situação. Do total de extremamente pobres, 2.441 (12,9%) vivem no meio rural e 16.551 (87,1%) no meio urbano. O Censo também revelou que o maior índice de extrema pobreza está no grupo entre 6 a 14 anos com 25,5%; 18 a 39 com 32,1% e 40 a 59 anos com 16,8%.

A representação desta porcentagem no espaço urbano de Juazeiro do Norte-CE está vinculada a desarmonia do território na distribuição entre espaço urbano e rural. Indicativo do cenário caótico da urbanização,

Juazeiro do Norte necessita de uma política de sustentabilidade urbana, a fim de garantir qualidade de vida a seus atuais e futuros habitantes. Isso porque a cidade vivencia uma fase de expansão econômica e demográfica, sem contar com projetos de planejamento urbano, nem com iniciativas sustentáveis. (COELHO, 2013, p. 138).

Sabemos que a pobreza está relacionada a uma conjuntura de indicativos socioeconômicos e quando tratamos do espaço urbano o usufruto deste espaço fora da ideologia sustentável torna-se insustentável.

A sustentabilidade vem sendo debatida veemente nestas últimas décadas, não somente como uma contracorrente ao modelo capitalista, mas, sobretudo, como um estilo de vida



planetária adquirida a partir do momento que haja, antes de tudo, desenvolvimento humano com harmonia ambiental. “Consideradas a expressão das mazelas do crescimento urbano não planejado e do aumento da pobreza urbana, as favelas aglutinam a população mais exposta a condições e situações de extrema vulnerabilidade social e ambiental” (OJIMA, 2007, p. 102).

A pobreza urbana é uma mazela e contramão à qualidade de vida humana. Está presente nas médias e grandes cidades concentrando-se nas favelas ou aglomerados urbanos. Nesta última classificação, encontra-se o bairro João Cabral que enfrenta, principalmente, em uma localidade específica considerada como área de ocupação irregular, muitos problemas espaciais e sociais apresentados no capítulo 4 deste trabalho.

Os pobres são vistos “como invisíveis que moram em lugares não invisíveis na cidade, porém, ‘invisíveis aos olhos do Estado’ ” (OJIMA, 2007, p.105). A pobreza urbana não se trata de uma localização geográfica, mas, de uma ameaça à humanidade, contudo, a maneira como o processo de produção do espaço mediado pela economia de um país, região ou município se constitui, está intrinsecamente relacionado com a dimensão de pobreza produzida visualmente na desigualdade que o capitalismo implanta podendo ser mensurada em qualquer escala geográfica. Com esta colocação, não consideramos Juazeiro do Norte um lugar pobre, mas com certeza mal administrado e planejado, refletindo nas dimensões social, ambiental e espacial indicativos de pobreza em locais pontuais, como o bairro João Cabral.

A pobreza passa é ser um indicativo social, ser pobre. A identidade social do sujeito associada a paisagem que especializa é uma extensão das conectividades pré-conceituais e afetivas. O bairro João Cabral, uma das periferias mais violentas conforme dados oficiais da secretária de segurança pública do Estado e do município, pareceu-nos impactar outros quando ao compartilharmos acerca da pesquisa, causava imediatamente comentários pré-conceituais de favela e de gente pobre violenta. As pessoas que não vivem no bairro logo expressaram um sentimento de aversão e orientavam a termos cuidado com o local. Diziam que deveríamos ir com “cara de pobre”, ou seja, associando ao modo de vestir, para não chamarmos atenção, pois seria uma favela perigosa.

Percebemos como a questão da visibilidade/invisibilidade da periferia pobre da cidade é perceptível na naturalidade do discurso associativo com pobreza, violência e lugar. A visibilidade surge quando indicativos socioeconômicos se associam a um lugar da malandragem, de deseducados, de pobres, de negros, sem infraestrutura.

A invisibilidade trata-se da camuflagem por dois seguimentos macros, a administração pública, no momento em que privilegia com políticas públicas o centro e os bairros dos

nobres, portanto, promovendo uma urbanização desigual. E por outro lado, a classe média e classe alta, as quais não possuem em seu cotidiano a vivência com esses lugares, os desconhecendo como um possível lugar do pertencimento e da cultura peculiar do outro não pertencido ao seu nicho social.

No livro *Modernidade Líquida*, Zygmunt Bauman (2001) nos traz um questionamento interessante, “os espaços urbanos vazios”, os quais não possuem significado por estarem às margens dos centros urbanos, são vividos, mas não percebidos e são rejeitados. Pode ser um terreno baldio ou uma construção abandonada, têm o mesmo valor de um bairro inteiro, pois “o vazio do lugar está no olho de quem vê e nas pernas ou rodas de quem anda. Vazios são os lugares em que não se entra e onde se sentiria perdido e vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença de humanos.” (BAUMAN, 2001, p. 122).

Assim, é pertinente compartilharmos o relato da experiência de Bauman com essa concepção de espaço. Em uma conferência na Europa, o autor nos conta que foi recebido no aeroporto pela filha de um casal de amigos ricos. Ao recebê-lo, ela foi logo se desculando, porque levariam muito tempo para chegarem ao destino devido as movimentadas avenidas que dariam ao centro, logo, não tendo como evitar. De fato, levaram duas horas até o destino final. No seu retorno ao aeroporto, preferiu pegar um táxi, que demorou apenas dez minutos no trajeto de volta. O táxi fez uma rota alternativa:

O motorista foi por fileiras de barracos pobres, decadentes e esquecidos, cheios de pessoas rudes e evidentemente desocupadas e crianças sujas vestindo farrapos. A ênfase de minha guia em que não havia como evitar o tráfego do centro da cidade não era mentira. Era sincera e adequada a seu mapa mental da cidade em que tinha nascido e onde sempre vivera. Esse mapa não registrava as ruas dos feios "distritos perigosos" pelas quais o táxi me levou. No mapa mental de minha guia, no lugar em que essas ruas deveriam ter sido projetadas havia, pura e simplesmente, um espaço vazio (BAUMAN, 2001, p. 121).

Espaços para uns visíveis para outros invisíveis. A partir desta concepção podemos dizer que enxergamos por meio das experiências de fora ou de dentro de um lugar. O bairro João Cabral pode ser uma favela na impressão imagética socioeconômica dos sujeitos externos a ele ou pode ser de fato. Ser reconhecido como favela foi a primeira impressão ao começar a pesquisa, no entanto, o que nos interessou não é a oficialização de uma terminologia socioespacial, mas, um lugar de agentes produtores do seu espaço e paisagem, que se veem pertencidos a eles, pois existe uma história, uma vida, uma memória – Influenciam e são influenciados.

Ionara, 26 anos, moradora no bairro João Cabral desde quando nasceu conta sua percepção acerca da imagem vista do seu próprio bairro:

Prefiro morar aqui mais a qualquer outro bairro. Moro aqui por opção, porque gosto, não por que não posso morar em outro lugar. Aqui tem um lado bom, tem gente boa e temos cultura. Eu brigo por este bairro. Mas, agente sabe que todo mundo de fora vê como péssimo. E perguntam: Tú mora na favela? Não tinha outro lugar pra morar não? Ficamos incomodados com essa comparação, mais prefiro estar aqui. (IONARA, comunicação verbal, 2014).

O depoimento desta moradora sobre o bairro revela tanto a visibilidade como a invisibilidade, com existência de pertencimento para quem o especializa e a generalização de identidade comparativa aos índices de violência e classe social de quem não o especializa reconhecendo o enquadramento estigmatizado, “lugar de pobre é de bandido; é favelado”.

A variável da identidade torna significativa na construção do sujeito e, no caso do sujeito da periferia, os “telejornais, novelas e seriados televisivos se habituaram a representar os bairros periféricos como o lugar da barbárie, do tráfico de drogas e da violência” (MELO, 2006, p.58). Focando o bairro João Cabral, a construção desse tipo de identidade é divulgada pelos principais meios de comunicação nos telejornais: site miséria, “violência no bairro João Cabral em Juazeiro do Norte” (2014, disponível em: <[http://www.miseria.com.br/120807/index.html?page=noticia&cod\\_not=4683](http://www.miseria.com.br/120807/index.html?page=noticia&cod_not=4683)>) e “Juazeiro tem sete bairros violentos: mapeamento de áreas perigosas” (2013, disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/juazeiro-tem-sete-bairros-violentos-1.479011>>). As reportagens tratam de homicídios, roubos e drogas.

Sabemos que se cria uma relação de identidade, uma identidade social do lugar, que é condicionada ao status econômico e estas vulnerabilidades, embora, o pré-conceito ao sujeito em condição de pobre ultrapasse o lugar. O espaço não produz a pobreza e sim a condiciona.

Conforme a pesquisa de Fernando Braga da Costa, estudante de psicologia, branco, jovem e de classe média alta, em 1996 desenvolveu sua pesquisa no campus da Universidade de São Paulo-USP com objetivo de comprovar a invisibilidade pública por meio da mudança de personalidade ou comportamento. Costa (2004) durante oito anos, o tempo da pesquisa, tinha momentos em que o estudante de psicologia se vestia de gari. O pesquisador descreveu acerca do desconhecimento social que ao vestir o uniforme de gari não era reconhecido tanto pelos professores como pelos colegas do curso. A sua experiência foi registrada no livro: *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*.

Nesta obra, autor deixa clara a relação de identidade social com a condição econômica

do sujeito. Podem ser homens, mulheres, negros e brancos desde que sejam de baixa renda, todos se tornam sujeitos sem nome. Consideramos essa experiência aditiva à relação social estabelecida em um espaço específico, pela razão da identidade social e econômica nos atrair a imagem que compõe o reflexo simbólico do lugar. Se o bairro João Cabral é favela, não sabemos, mas possivelmente esta imagem é discutível no imaginário de outros.

#### 4.4 O bairro João visto como uma favela

Uma das nossas primeiras inquietações foi nos perguntar por que o bairro João Cabral é chamado de favela. Por que ele possui essa identidade? A princípio apontar a construção da identidade de um espaço ora periferia; ora favela ou ora aglomerado subnormal, enfim, terminologias diferentes, mas que o sentido caracterizador de espaço precário social, econômico e ambiental caminham em um mesmo percurso, pois, “as palavras são apenas uma roupa que a gente dá a uma determinada situação para podermos nos comunicar, mas o essencial é entender os fenômenos daquilo que se dá, o jogo da vida social levando aquele resultado” (SANTOS, 1995, comunicação verbal, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A5-JOTyK-ds> . Acessado 13 de jun de 2013).

É claro que existem fenômenos, que embora se tornem semelhantes, trazem diferenciações ao objeto que se deseja entender. Dessa forma, a falta de definição conceitual acerca de favela remete-nos a buscar as peculiaridades representativas do que é e do que se associa a esta no imaginário urbano e em particular no bairro João Cabral.

Davis (2006, p. 41) considerou favela como “todo tipo de abrigo precário: cortiços, hospedarias, invasões, loteamentos clandestinos, campos de refugiados e até ‘moradores de rua’ ”; cabendo a esta definição toda forma de moradia dos pobres, podendo não ser do ponto de vista da especificação espacial e social, principalmente, para o setor de planejamento urbano público, entretanto, a comparação associativa, do conceito tornou -se cultural.

Discussões acerca de favela são bem debatidas no campo da Sociologia Urbana, Antropologia, Geografia Urbana e Cultural, mas vejamos o significado conceitual de *Slums* (favela) a partir da historicidade internacional e, após, brasileira. A palavra *Slums* é inglesa tendo seu primeiro significado em 1812 publicado no *Vocabulary of the Flash Language* [Vocabulário da língua vulgar], pelo escritor condenado a prisão James Hardy Vaux (DAVIS, 2006), na qual é sinônimo de *racket*, “estelionato” ou “comercio criminoso” (PRUNTY, 1998, p.2).

Nas décadas de 1830 a 1840, os pobres passaram a morar nos *Slums* sem praticar os atos criminais (DAVIS, 2006). Segundo J. A. Yelling (1986, p. 5) o Cardeal Wiseman, na produção de textos acerca de reforma urbana deu a *Slums* a conotação de “cômodo onde se faziam transações vis”, uma identidade ao espaço. Em outros debates como, “os pobres das grandes cidades” e “as mais apavorantes moradias da face da terra” levaram o lugar e sua gente ao ponto homogêneo associativo de identificação.

Para os liberais do século XIX, a questão da moral era decisiva e a favela seria um ambiente propício para tal análise, era vista acima de tudo, como um lugar onde um resíduo social incorrigível e feroz apodrecia em um esplendor imoral e quase sempre turbulento. (DAVIS, 2006).

Falar desta construção homogênea de identidade entre favela (lugar) e sua gente (sujeito social), revela-nos a concepção da segregação socioespacial do presente representada muito bem nas paisagens contemporâneas – a paisagem segregada – de cada periferia, aglomerado subnormal ou favela.

Nós somos tendenciados a pré-conceituar um espaço pela aparência e não por sua essência, de modo que, a visualidade material do espaço é atraente. Por isto, a paisagem é reveladora da essência das relações sociais com o espaço, das trocas entre objeto espacial e sujeito, ela identifica a nomeação de um lugar, que por sua vez, “aparentemente”, identifica o sujeito a ele. Neste sentido, temos a construção de identidade do espaço. Por exemplo, morar em um bairro nobre, mesmo localizado na periferia, não é ser morador de periferia, mas, quem mora em um bairro periférico pobre, violento e ponto de drogas será morador da favela.

Quando o espaço geográfico é identificado o que nos interessa na análise será o conteúdo que ele possui e o processo de construção de sua existência, porque o espaço quando ganha o sentido de lugar este recebe um valor de representação tanto simbólica como concreta. A sua gente vai dando forma a apropriação e estabelecendo os cenários das multiformes paisagens sempre no escopo social.

Como falamos anteriormente favela é mais uma roupagem atribuída à identificação do espaço, e sua discussão no Brasil está diretamente ligada a Guerra de Canudos<sup>19</sup> no Estado da Bahia e ao processo de urbanização produzido pela industrialização nas décadas entre 1950

---

19 A Guerra de Canudos foi liderada por Bom Jesus Conselheiro, ‘Antônio Conselheiro’, considerado um monarca, vivendo em uma comunidade com um modo de vida comunista. O contexto é o sertão nordestino, de seca e miséria. Acreditava – se que A. Conselheiro tinha apoio externo e as forças do Exército do Estado Nacional executou um massacre ao lugar e sua gente. O fim da guerra ocorreu em 1898 sobre os sertanejos. Os soldados retornam ao Rio de Janeiro reivindicando os direitos salariais prometidos junto ao Ministério de Guerra. Não tendo recursos financeiros e sem onde morarem estalaram-se no Morro da Providência no Rio de Janeiro, posteriormente chamado de Morro da Favela. (SAGMACS, 1960; MEDINA, 1964; VALLADARES, 2005).

a 1970, período de grande migração de nordestinos para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, lugares onde se concentraram os investimentos industriais.

Davis Harvey (2006) escreveu sobre “Ecologia da Favela” em um capítulo de sua obra *Planeta Favela* fazendo um recorte temporal das condições espaciais das localizações das favelas na escala global, bem como, as condições sociais de sua gente. Ou, de outro modo, espaços desprivilegiados de infraestrutura e serviços públicos; de áreas de risco; insalubres; considerados como uma patologia urbana dos quais se tornam “espaços invisíveis” descrito por Bauman (2001).

As formas de moradia como loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais tornaram-se, em grande parte, habitações subnormais, face à deterioração de suas condições urbanísticas e ambientais, e à produção ou aumento de irregularidades na ocupação (MARQUES, 2007). Os estudos apresentados pelo IBGE (2010) limitam as habitações com estas condições em aglomerados subnormais.

Vejamos a referência teórica de periferia. Ela tem significado de contorno, superfície e tratando-se de cidade, os bairros mais afastados dos centros. No processo de urbanização, periferia, dá o significado de limite urbano com o rural. Uma diferenciação necessária para explicar a urbanização do espaço rural. Segundo Julliard (1973) , a urbanização do espaço rural, face à integração dos habitantes rurais através de novas relações económicas e sociais com os residentes da cidade. A interpretação implícita é de uma área associada as franjas urbanas na qual apresenta uma conotação negativa pelo distanciamento da área central, déficit em infraestrutura e serviços públicos.

O IBGE (2010, p. 19) ao considerar o significado de Aglomerado Subnormal como, “um conjunto de, no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa” seguindo a especificação técnica conflitante com o que, também, tecnicamente é favela.

Pasternack (2008, p. 80) descreve que estudos definem “favela como um conjunto de duas ou mais habitações com as características utilizadas pelo IBGE”, estas são ocupações ilegais e condições de vida precárias. Assim, a contagem de favelas é reduzida em todo país. Segundo Marques (2007) se um setor contiver 30 unidades habitacionais com características de aglomerado subnormal, e o setor vizinho contiver 20 outras, por exemplo, nenhum dos dois conjuntos é considerado como aglomerado subnormal (GUIMARÃES, 2000). Por outro lado, pode haver também superestimação, pois quando se identifica 51 unidades “subnormais”

contíguas num mesmo setor, todo ele é considerado como aglomerado subnormal, ainda que outras habitações não se enquadrem nas mesmas características.

Estes critérios colocam em questão a elaboração, direcionamento e execução das políticas públicas que asseguram o bem-estar social ligado às viabilidades técnicas e econômicas para o tamanho da área habitacional.

Não seria mais indicado, em termos de políticas públicas, distinguir aglomerações com densidade e tamanho mínimos – talvez 10 habitações contíguas, ou cerca de 40 pessoas – que viabilizassem soluções coletivas para serviços como esgotamento sanitário, coleta de lixo, transporte coletivo, escolas e postos de saúde, por exemplo (GONDIM, 2009. P. 25).

Segundo informações prestadas pelo Técnico em Pesquisa do IBGE em Juazeiro do Norte-Ce Leandro Feitosa (2014), o município não possui a constituição espacial de favela. Estudos locais com levantamentos de dados populacional, habitacional e de perfil social, foram feitos em Juazeiro do Norte com a finalidade de identificar áreas de Aglomerados Subnormais para planejamento urbano, conforme Política Pública Habitacional do Ministério das Cidades. Nestes estudos, o João Cabral foi um dos bairros no município identificado como aglomerado implicando sua identificação geográfica por caracterizações técnicas espaciais.

Mas o que levou o bairro a ser chamado de favela na percepção social, principalmente, externa ao bairro? Para tratarmos este ponto relembremos que o espaço geográfico é uma construção social, e por isso, as relações políticas, econômicas, manifestações culturais e características ambientais são elos norteadores das práticas sociais que por sua vez modelam o espaço.

Há uma associação das condições sociais com o lugar criando a imagem de “paisagem favelada”, não podendo ser compreendida apenas no quadro de referência teórica, mas no conhecimento de experiência vivida, principalmente, dos moradores; desse modo, a paisagem reflexo de um lugar, tende a representar a condição social dos sujeitos que o especializa e eles passam a ser identificados por esta pelos moldes de estratificação social.

No momento, em que o bairro reflete um discurso de favelada, a identificação de quem o vivencia é de subcidadão vivendo em um subespaço e associando ao fato do recorte espacial da moradia ser considerado como um lugar inferior a cidade. Tal comparativo é permeado pela interpretação em que a segregação socioespacial é parte do determinismo urbano,

portanto, se naturalizando e acabando por valorizar uns e depreciar outros. Um processo que envolve as implicações do sujeito em seu espaço.

Diante dessas propostas conceituais, quais os critérios classificatórios de identificação do espaço geográfico, em avaliações ambientais, espaciais e socioeconômicos? Sendo de bom alvitre continuarmos com a discussão de Gondim (2009) ao tratarmos das deficiências dos critérios.

A precariedade de infraestrutura para o autor poderia apresentar outra contagem diferenciada para a população que habita lugares sem estrutura de acordo com sua residência nas áreas urbanizada ou não. Segundo Gondim (2009, p. 45) a crítica mais pontual está na ilegalidade da posse do terreno, representando um critério fundamental na ordenação urbana quanto a regularização fundiária e urbanística, “sobretudo, quanto há ameaça de remoção de moradores” (*Ibidem*, p. 45). Lembramos que da precariedade de infraestrutura ao conflito espacial por uso do solo urbano como ocupação irregular são fatores presentes no bairro João Cabral conforme apresentamos no capítulo 1.

O autor lembra que este tipo de posse ilegal e irregular de terra acontece de maneiras múltiplas e variadas, assim como, as possibilidades de regularização. E distingi a diferença entre “ocupações de terras públicas ou privadas, com ou sem o consentimento do proprietário. Neste último caso, é significativa a diferença entre favelas e loteamentos periféricos, em que pesem as semelhanças na precariedade das condições urbanísticas e socioeconômicas de ambos” (*Ibidem*).

Complementa Castro (2000, p. 11), no primeiro caso, a aquisição ou autoconstrução de uma moradia em terrenos alheios constitui uma ilegalidade. Este modo de produção socioespacial é presente na área da Chesf no bairro João Cabral, ocupação irregular que gerou conflitos entre Estado, promotor imobiliário e comunidade. Esta ocupação chamada de favela, porém, não reconhecida tecnicamente pelo IBGE.

Já a compra de um lote em empreendimento realizado em desacordo com projeto aprovado pela administração municipal (loteamento irregular), ou mesmo sem o conhecimento dela (loteamento clandestino) pode ser, em princípio, mais fácil de regularizar, pois o documento fornecido pelo loteador, mesmo não sendo reconhecido para fins de registro da propriedade, constitui prova da boa-fé do comprador.

Consideramos que o conflito de posse torna-se um ponto crucial para o acesso aos serviços públicos seja nas favelas ou em qualquer outro tipo de habitação em condições precárias devido ao impasse legal administrativo. Todos estes critérios nos trazem uma avaliação técnica, porém, outros devem ser considerados à análise de que todo espaço



popular, como uma favela, é a continuidade da cidade, portanto, são espaços socialmente construídos e estão impregnados de práticas socioespaciais produtoras e transformadoras de espaço e paisagem.

O Observatório das Favelas (2009) considerou algumas características no limiar sociológico, interessantes para os espaços de sociabilidade popular:

- Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente, imobiliário, financeiro e de serviços públicos;
- Forte estigmatização sócio – espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade;
- Indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade;
- Níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho;
- Taxa de densidade acima da média acima do conjunto da cidade;
- Alta concentração de negros (pretos ou pardos) e descendentes indígenas de acordo com a região do país;
- Alta incidência de situação de violência, sobretudo a letal, acima da média da cidade;
- Relação de vizinhança marcada por intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de convivência (OBSERVATÓRIO DA FAVELA, 2009, p. 22-23).

Essas características devem servir para o planejamento de políticas públicas sócio-educativas e espaciais, pois retratam as especificidades locais, fazendo os espaços populares “serem reconhecidos não em torno do que eles não possuem em relação a cidade” (OBSERVATÓRIO DA FAVELA, 2009, p.22), mas das ações públicas que precisam ser aplicadas, respeitando as particularidades tanto geográficas como culturais. Sendo uma favela representada pelo “eixo pragmático da ausência, é definida pelo o que não seria e pelo o que não teria” (*Ibidem*).

O reflexo da “forma-aparência, focada na ausência” (OBSERVATÓRIO DA FAVELA, 2009, p.22) percuta diretamente na paisagem apreendida pela homogeneidade conceitual da forte estigmatização socioespacial pelo sujeito de outra parte da cidade, apontada nas características sociológicas, de modo que, os preconceitos do juízo generalizado pelo o que se vê, mas não pelo o que se conhece na essência da paisagem daqueles que a vivenciam, são internalizados na voz de exclusão, revolta ou de reivindicação organizada pelo reconhecimento de melhoras locais, este último, reportando-se a um grau de pertencimento com seu lugar.

Ao estudarmos o bairro João Cabral na cidade de Juazeiro do Norte-Ce, dentro de uma abordagem humanística, podemos desvelar a percepção da identidade do espaço não só pelos sujeitos externos a esta, mas o valor atribuído ao lugar pelos moradores do bairro.

A sua paisagem é construída e organizada por eles em meio as suas carências e convivências sociais conflituosas acabando por produzir a imagem de ser favela, ou seja, “o sentido da palavra favela está umbilicalmente ligado à noção de cidade, a qual, por seu turno, varia conforme a posição social de quem a define” (BURGOS, 2009, p. 21), nesta compreensão que provocamos a percepção dos moradores, com imagens fotográficas, acerca das mutações espaciais e paisagísticas do bairro João Cabral no capítulo que segue como alvo objetivo central da nossa pesquisa.

## **5 O BAIRRO JOÃO CABRAL, SUA GENTE E SUAS MEMÓRIAS: PERCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DAS MUTAÇÕES ESPACIAIS E PAISAGÍSTICAS**

*“OLHA O ABANDONO! Pobre não é problema não, pelo contrário, a gente é feliz”.*

(Zé Nilton, 2014, morador do bairro João Cabral)

Compreender o processo de transformação espacial e paisagística do bairro João Cabral e sua relação com a sustentabilidade está como eixo central da nossa pesquisa, e para que isto acontecesse não nos bastava à observação direta da paisagem, mas sim, o seu real sentido construído a partir da relação dos sujeitos que convivem com ela. O saber local dos moradores do João Cabral não só seria a base perceptiva principal, mas, a resposta da realidade deste lugar vivenciado e experimentado só por quem o espacializa.

### **5.1 Impressões das memórias narradas pelos moradores: a paisagem representada nas fotografias**

A criação de um ambiente discursivo e participante a nosso ver possibilitou um caminho ao fomento do sentimento de pertencimento, tendo em vista que este desperta uma relação de afetividade, fortalecendo as experiências no espaço vivido, conseqüentemente, o pertencimento quando discutido a partir da relação com um lugar, é a tradução da espacialidade embutida de historicidade em um nicho cultural local.

O bairro João Cabral, embora segregado social e espacial, consolidado na violência e nas drogas, generalizando a identidade não apenas do seu espaço, mas, de quem o espacializa, não significa ser a percepção espaço-social do sujeito que o habita, pois, este sujeito, acima de tudo, o ver como um lugar.

Diante deste pano de fundo, dois pontos tornam-se os fios da trama da nossa temática: percepções, sustentabilidade e bairro João Cabral. O caminho ao desenvolvimento humano que, em palavras ampliadas, é a concretização à sociedade sustentável. O desenvolvimento humano tem como base o capital humano, ou seja, o capital cultural de qualquer sociedade. Vê-lo como ponto de partida e de chegada, considerando a cultura peculiar de cada lugar, suas

habilidade e experiências. A forma mais adequada para chegarmos a uma sociedade sustentável.

O outro é identificar a existência ou ausência do sentimento de pertencimento do sujeito com o seu lugar a partir de estímulos que os levem a problematizá-lo e a refletir a sua relação espacial. Assim, o reconhecimento do sujeito em seu espaço torna-se uma descoberta de possibilidades e identificação, ou de estranhamentos e limitações, caso não haja um estado de se pertencer. O estímulo imagético despertaria uma prática perceptiva dentro de arranjos socioespaciais.

O exercício do sentimento comunitário tornou-se uma proposição à sustentabilidade, pois, considera não apenas, as pessoas e instituições, mas todas as partes inanimadas, como a paisagem, e, os recursos naturais que mantém a vida.

A disposição de descrever o bairro João Cabral, nos exigiu um olhar detalhado das representações socioespaciais<sup>20</sup>, sobretudo, a sensibilidade de entendermos o mundo existente fora do nosso mundo. A postura de pesquisadores que buscam suas respostas produzindo um caminho epistemológico junto aos protagonistas, neste caso, realizadores do lugar, dos espaços e das paisagens transformadas.

A troca de saberes é existencial, como o desafio de captar os sentimentos e as experiências do espaço vivido no mundo dos moradores em uma linguagem científica. Experiência é algo particular e sempre será involuntária a cada um. E a paisagem é um objeto de análise experimental.

A experiência se dá ao indivíduo quer ele quera ou não. Dessa forma, a nossa experiência de relação embebidos pelo mundo dos moradores nos colocaria sob dois vieses, a nossa experiência da qual nos levaria ao conhecimento e o risco da descrição conceitual apresentado pelos empiristas. Essa é uma proposta que nos parece reverter ao puro objetivismo científico. Mas, como os nossos sentidos são fontes de conhecimento, eles, também, tornam-se os meios para os erros científicos, contudo, os erros não findam a investigação porque podem ser um novo caminho que a pesquisa se permiti experimentar.

Compreender as transformações espaciais e paisagísticas do bairro João Cabral pressupôs vivenciá-la no mundo dos sentidos. Quando isto acontece acreditamos transformar

---

20 Representação socioespacial diz respeito as manifestações sociais produtoras do espaço, em que a sociedade cria suas próprias técnicas e objetos formando o espaço de identidade. Segundo Santos (2008) A técnica se configura como sendo um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Portanto, o espaço geográfico é socialmente construído. Acrescenta o autor: "O espaço é uma instância social, conjunto inseparável da materialidade e das ações humanas". (SANTOS, 2007, p. 130).

e sermos transformados pela troca de experiência na vivência cotidiana no bairro. Entram em cena os diálogos de saberes que são horizontais.

Neste processo de trocas culturais entre moradores e pesquisador, ultrapassam da aparência à essência dando profundidade ao processo científico da análise. A escolha do caminho das ciências humanas nos levou a pensar o bairro João Cabral sendo espacializado por pessoas de baixa renda, com vulnerabilidades socioespaciais e índice de violência altíssimo, ao mesmo tempo, nos levando a ampla compreensão acerca destas problemáticas e, do sentimento de pertencimento que acreditamos existir. Mas, sobretudo, de pessoas que vivenciam seu espaço e conhecendo seus símbolos, seu chão, sua história e suas memórias as revelam.

### **5.1.1 A Grota: um buraco, uma passagem, uma história**

A Avenida Nossa Senhora Aparecida chamada de Grota, cujas características históricas tratamos no capítulo 1, trouxe uma identificação ao bairro que, segundo os moradores, por muito tempo, as pessoas associavam o João Cabral a este nome de forma preconceituosa.

A grota é uma identidade e um referencial espacial importante à história do bairro que além de ser visualizada geometricamente carrega no processo de transformação espacial característica de lugar (afetividade, pertencimento ou rejeição espacial). Segundo Tuan (1983, p.19-20) as representações físicas e materializadas do espaço, os homens também procuram expressar seus sentimentos, imagens e pensamentos “desde os mais rudimentares e fugazes discernimentos na natureza até sua concretização material e pública”. A percepção está de forma intrínseca ligada a experiência do mundo em que o sujeito está inserido com a paisagem natural e paisagem artificial.

**Foto 01:** Avenida Nossa Senhora Aparecida.



**Fonte:** Produzida pela autora, 2014.

Maria Gorete Novaes (entrevistada, 2014), observando a foto 1 relembra as características físicas e as intervenções públicas na estruturação da avenida. “Essa rua era no chão de terra. A gente tinha que colocar umas tábuas para ir para outro lado. Só depois o prefeito mandou asfaltar”.

Francisco Gomes Novaes (entrevistado), morador, mas antes já convivia no bairro devido o contato com companheiros de trabalho, também trouxe a forma do lugar de outrora, sinalizando a dificuldade dos moradores em atravessarem a passagem da depressão e que mesmo com as intervenções públicas, na atualidade, deixa clara a condição da infraestrutura quando ocorriam as chuvas.

A rua que eu mais andava antigamente, porque eu ia para o trabalho e sempre passava por ela. Antes era uma grota funda. Não tinha passagem de uma rua para outra; foram colocadas umas tábuas que davam até medo da gente passar, foi que na primeira administração de Carlos Cruz foi feito um canal, aterrou tudo e calçou, mas, quando chove a água arranca tudo. (G. NOVAES, 2014).

Foi comum para estes dois moradores lembrarem das formas espaciais passadas e das interferências em seu cotidiano, sendo pontual o ato político como melhoria do lugar; porém, José Nilton de Souza, ativista da cultura de tradição do bairro João Cabral, conviveu desde sua infância nas ruas e ladeiras deste lugar, aprofundou-se no descaso público da realidade espacial, o que para ele é uma questão de gestão, dispondo, simultaneamente, o perfil social dos moradores como uma condição a aceitar a realidade que se apresenta:

Eu vejo muito abandono político dos poderosos da cidade, realmente nosso bairro está muito abandonado. Só vem aqui de quatro e quatro anos para pedir voto. É aquela coisa, eu vejo a humildade do povo, que tanto faz como tanto fez, o importante é ter um teto pra morar. Num importa se está sem buraco, com a calçada boa; o que importa é ter um teto. E me recorda a num sei quantos anos atrás que antigamente aqui era um buraco e hoje a gente vê um monte de casa (SOUZA, 2014).

A condição social dos moradores junto a falta de infraestrutura do bairro tornou-se em dois eixos identificadores de uma paisagem segregada tida como favela, conseqüentemente, esta identificação produziu uma referência espacial preconceituosa para os moradores, o que causa ainda no presente momento, um desconforto social como discutido pelo senhor Francisco José dos Santos:

A rua da Grotta. Infelizmente nós temos essa discriminação que ainda continua no bairro, em qualquer lugar que agente conversa com outras pessoas e na hora que agente diz que mora no João Cabral, elas dizem: “na rua da grotta!”. Os noticiários, as reportagens, fazem com que as pessoas só vejam o lado negativo do bairro. Mas tem muito cidadão aqui. Agora por muito tempo foi reconhecido como uma favela. Hoje, é que está ficando mais um pouco civilizado. Para você ver, ontem conversando com compadre Zé, ele disse que comentando coma outra pessoa lá no Horto que queria vender uma casinha no lugar que morava, o homem perguntou: onde você mora? No bairro João Cabral. O homem disse: pelo amor de Deus, não quero nem conversa! A gente tem essa barreira. Mais aqui é um bairro de cidadão e merece ser respeitado. (SANTOS, 2014).

Ao refletirmos o papel da sustentabilidade para o espaço urbano, direcionamos ao mesmo tempo as máximas de segregação espacial e conseqüentemente social cujos fatores causadores do processo segregacional ocorrem pela desigualdade social da qual fragmenta espaços e excluem pessoas. A segregação é produzida pela ordem natural do capitalismo, fato indissociável desta própria ordem que produz como resultado concreto: falta ou omissão de infraestrutura, de planejamento e de execução. Excluem os moradores para as margens irregulares e ermos do limiar urbano da cidade promovendo um certo expurgo social.

A sustentabilidade é um processo que incluem e propõe convivências harmoniosas entre espaço-homem-ação. Suas vias executórias são de menores impactos e de inclusão, sendo para isso pensar, entender e atuar nos espaços visualizando seus potenciais e sua fragilidade. Um espaço poderá se tornar um símbolo como é na Grota do João Cabral uma potencialidade de sua história agregada a fragilidades, como é a violência, que nos dias é um ponto crucial, e, até o momento, não existem medidas educativas pensadas em rede para combatê-la.

A Avenida Nossa Senhora Aparecida, outrora Grota, apesar da associação com a violência apontada pelos moradores, é um símbolo de espacialidade e memória relevante, principalmente, para os moradores mais antigos que vivenciaram as dificuldades cotidianas do bairro e são contemporâneos ao processo de reprodução do espaço manifestado na paisagem.

### 5.1.2 A ladeira

A Grota como foi apresentada anteriormente é uma das principais referências cartográficas no bairro. Em qualquer ponto de sua extensão entre as Ruas Senhor do Bonfim e Todos os Santos temos uma visão do alto da ladeira das ruas que a cruzam. Em uma destas ruas está a Odílio Figueiredo, localização privilegiada para observação do processo de urbanização no bairro, como mostra a foto 02.

**Foto 02:** Rua Odílio Figueiredo.



**Fonte:** Produzida pela autora, 2014.



Na forma de produzir a paisagem, a moradia é um elemento que se destaca dentro de uma organização espontânea. Isso porque, mais que um abrigo (ANGILELI, 2007, p. 140), a autora relembra o posicionamento de Kowarick (2010, p. 10) em dizer que, a moradia “representa a realização de um projeto individual de existência – a segurança real e simbólica da propriedade”. O uso do solo para moradia mostra o processo de disputa por posse, organização e construção ligadas à condição de renda que o morador possui.

A condição econômica define o lugar da compra do terreno e a forma de edificação de uma casa. Lembremo-nos da consolidação do uso do solo quando os agentes produtores do espaço urbano são os principais modeladores da paisagem urbana sempre a transformando para reprodução espacial. Diz Souza:

A decida. Aqui cresceu muito, veja, as casas perto uma da outra. Antes agente via uma casa daqui a um quilômetro. Hoje, tudo tomou de conta desde quando a Socil começou a lotear tudo. Porque aqui era uma grande fazenda. Aqui mudou muita coisa. O bairro cresceu, e só cresceu, porque em riqueza não mudou em nada. Aí eu digo pro povo: eu moro no bairro João Cabral, eu sou baixa renda (SOUZA, 2014).

Vendo a imagem acima, Novaes (2014) nos apresentou o proprietário latifundiário, o produtor imobiliário e ele como representante do grupo social excluído, “eu sou morador do João Cabral, eu sou baixa renda”. Esse termo, em particular, traz a complexidade de identidade e condição social não somente do bairro ou município, mas da categorização socioespacial do país, cabível de ser repensado nos parâmetros da sustentabilidade.

De modo geral, todos os moradores entrevistados, lembraram-se das transformações ocorridas na paisagem, fazendo comparações de tempos passados e presentes.

As casas aí eram todas de taipas, caindo. Os terrenos era cana plantada. Depois foram vendendo os pedaços de terrenos; era tudo mato, então foram de vagar vendendo os terrenos e construindo. E agora está aí cheio de casa com pouco chão desocupado. Aqui antes era uma favela, o povo tinha medo daqui, e eu não tenho medo não, porque graças a deus todo mundo é amigo da gente. Antigamente, o povo matava e roubava os outros (NOVAES, 2014).

Do mesmo modo relembra a dona de casa Gorete;

a vinte e um anos para cá o bairro João Cabral é o bairro mais mal falado no Juazeiro, mas, é o melhor que eu acho. E a esse tempo, não

tinha casa, só espinho e jurema. Quando eu passava para trabalhar via só mato, até estranho, uma casinha aqui e outra distante (G. NOVAES, 2014).

Podemos dizer que o tempo de memória permanece em suas lembranças por mais que tenha existido fragmentação espacial no processo célere de reprodução do espaço. A categoria da forma espacial é bem presente nas comparações, conectivos a ela associaram a imagem de segregação social, “aqui antes era uma favela (NOVAES, 2014), “João Cabral é o bairro mais mal falado do Juazeiro” (G. NOVAES, 2014). Os arranjos sociais são inseparáveis a urbanização do bairro e isto desencadeou a identidade espacial de violência nas lembranças desses moradores. Por sua vez, a violência é associada a urbanização como um problema parte deste processo.

A concentração da população no bairro trata-se de uma demanda existente em Juazeiro do Norte, pelo ciclo religioso ou pelo nicho econômico, o aumento populacional sempre acaba promovendo uma expansão irregular da cidade, com reflexo na paisagem de ocupações irregulares, alguns outros percalços da explosão demográfica concentra-se nos espaços de população de baixa renda. Tal população acaba apropriando-se da autoconstrução, significa construção irregular, e essa demonstra a maneira de apropriação do seu espaço.

“A autoconstrução, ou a forma de produzir moradia, é uma estratégia de sobrevivência nas regiões periféricas da cidade, em atender as necessidades habitacionais. O contato direto do morador com sua casa, estabelecido nesta forma particular de produção, dão a este espaço um caráter de auto-expressão” (ANGELELI, 2007, p. 140).

A maneira como as pessoas vão se organizando no espaço expande-o, concentra-o e valoriza-o dentro de uma escala de tempo curta ou longa conforme os motivos que o atrai.

Associa-se ao dito:

Meu amigo Damião era quem fazia essas casas com todo tipo de taco de madeira e vendia. Essa rua e outra lá de cima foi fundada por ele. Me ofereceu um terreno e eu recusei. Ele dizia: Chico, compra porque tú não tá vendo nada aqui e nem vê valor mais isso aqui com o passar do tempo vai ser valorizado. Resumindo, não comprei nada e com o passar do tempo olhe aí aonde eu vim ficar? Quase no mesmo canto que ele me ofereceu. E para mim comprar esse rancho aqui já foi no sufoco. (G. NOVAES, 2014).

A moradia como parte dos fenômenos da urbanização seria uma concentração deste ciclo tendo dois motivos centrais que colidem no processo onde morar. O primeiro, vinculamos ao nível salarial no qual qualifica o padrão de vida dos sujeitos. Se mais rico, melhor local de moradia, se mais pobre pior local.

Os de melhores posições sociais escolhem os lugares mais valorizados, não apenas por serem melhores lugares, mas por receberem ações de engorda imobiliária que valorizam suas áreas e garantem seu status. Os mais pobres, em quase sua totalidade, são obrigados a viverem em locais distantes do centro, geralmente escassos dos serviços públicos básicos urbanos. Não sendo desta forma uma opção, mas muitas vezes a única alternativa cujas possibilidades é reinventar seu habitat:

As árvores estão cobrindo o que falta ser feito no bairro, saneamento e pavimentação. Tem muito que fazer. Por sinal, aqui era só mato há uns 33 anos para trás. Esse bairro cresceu de uma maneira tão rápida. A gente ia à Socil e voltava marcando o terreno com estaca, sem nenhum alinhamento. Quando a prefeitura mandou passar a máquina planando as ruas, os tratores tinham que passar na forma que as casas já estavam construídas porque não podiam derribar as casas (SANTOS, 2014).

O outro seria o posicionamento do Estado, que como gestor público deve pensar o seu território administrativo na seguinte máxima: ‘o direito a cidade é de todos’, assim, escolher aonde realizar os bens de serviço não é uma questão de posição social, mas de planejamento com equidade.

O poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos, pois é preciso valorizar as áreas. Os lugares de pobreza, os mais afastados, os mais densamente ocupados vão ficando no abandono. (SPOSITO 2010, p. 74).

A dimensão política institucional da sustentabilidade prevê a atuação dos setores de gestão pública e organizações não governamentais com prioridades na garantia de direitos a todos. Além do poder executório que possuem devem ter como diretrizes: combate aos conflitos, desigualdades sociais e resoluções com equidade dos problemas urbanos. Porém, a falta de cumprimento de políticas públicas por parte do Estado concretiza-se como inverso a estas diretrizes quando vemos a descontinuidade e o descaso, principalmente, para com a população de massa.

### 5.1.3 Favelinha da Alta Tensão

A Alta Tensão trata-se da instalação elétrica da subestação da Chesf localizada no bairro João Cabral e chamado pelos próprios moradores de favelinha. Ela se concentra em toda linha diagonal no centro da delimitação territorial do João Cabral, como mostrou a figura 3 do capítulo 1, Caminhos da Pesquisa. Segundo o comando da polícia militar do município de Juazeiro do Norte, uma das áreas mais perigosas de crimes (drogas, furtos e homicídios). Por lei, esta área não pode ser ocupada por ser considerada de risco devido à grande quantidade de radiação emitida. Mas, a questão de estar habitada corresponde aos conflitos em déficit de moradia entre o Estado e os grupos sociais excluídos.

**Foto 03:** Ocupação irregular na área da subestação Chesf.



**Fonte:** Produzida pela autora, 2014.

É necessário trazeremos mais uma vez a discussão da moradia, principalmente de qualidade, não é acesso para todos, porém, um desejo de todos enquanto propriedade privada. Um bem de consumo que representa além de segurança, um status econômico-social. E como a camada mais pobre não tem uma renda que atenda às suas necessidades básicas, também, não terá como pagar um aluguel ou comprar uma moradia de qualidade. Fatos percebidos por G. Novaes (2014) ao observar a foto 3: “A alta tensão trouxe vida; a energia tem serventia para tudo. Sem energia e sem água não se vai para lugar nenhum. Nesta área teve a ocupação

para moradia; começou porque o pessoal não tinha para onde ir sem ter alternativa de pagar aluguel foram construindo suas casinhas”.

Os espaços de moradia em local não legalizado pelo poder público sofre o processo de espoliação por muito tempo, falta serviços públicos, acessibilidade e infraestrutura e são territórios de conflitos.

Os grupos sociais excluídos são uma camada espoliada que luta por sua moradia enfrentando todos os dias os problemas estruturais locais. Quanto mais distantes do centro, em áreas mais periféricas, mais terão que lutar com o poder público municipal por amenidades para o seu bairro. A interpretação dada por Novaes (2014) relaciona a problemática da invasão na área da Alta Tensão com a política pública de moradia do governo brasileiro.

Não foi correto, mas, não tinha outro jeito. Eu acho que eles não saem mais dali. A minha casa e minha vida é construída distante da cidade, tudo mundo é pobre e não tem dinheiro para está se locomovendo não. E aqui é entrada e saída do Juazeiro, para onde quiser se deslocar do João Cabral para o centro, Barbalha ou Crato é mais fácil. Aqui é bom. Estou com vinte e um anos morando e vou terminar minha por aqui mesmo (G. NOVAES, 2014).

De acordo com Corrêa (1993, p.30), “É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos se tornam, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente de outros agentes”. Do ponto de vista dos moradores, essas são formas de direito à cidade criadas e produzidas por eles próprios e quando reivindicam outros direitos serão estes tratados como uma “cidadania de segunda classe”, (SANTOS, 1987), cidadãos inferiores porque expressam uma evidente diferença socioespacial.

Para entendermos que a identificação de uma comunidade é reflexo do lugar de sua moradia é preciso que compreendamos que o solo urbano é uma mercadoria e diversos proprietários o possui, como discutimos anteriormente. Entretanto, queremos destacar o papel do Estado como detentor de uma grande parcela de terra, como também, um dos principais intermediadores que define por quem, para que e quando esta será usada, os demais definem o tamanho de sua posse por meio de seu poder aquisitivo.

O uso do solo, em maior escala, é voltado para moradia e a condição desta é um reflexo de segregação espacial. Corrêa (1993, p.63), “sublocação de residências deterioradas constitui-se em alternativa de moradia por parte daqueles que não conseguem entrar no

mercado capitalista de habitação. Outra maneira se refere à autoconstrução na periferia urbana, e outra ainda, à construção de barracos em favelas”. A população, nas áreas de moradia, submete-se a situação de risco concomitante a negligência do poder público. Bem como citada por Francisco dos Santos:

Assisti quando tudo era no escuro neste bairro, depois chegou energia em todo bairro. Nesta área da subestação é problema pela invasão que houve, mais a maioria das pessoas que foram morar lá não tinha o conhecimento do perigo da alta tensão. Construía barracos e vinham as autoridades e retiravam. No outro dia já estavam todos lá novamente, parece que eles venceram as autoridades. Devido isto, uma área que deveria está isolada por estudos feitos pelos engenheiros da energia precisou ser removida para outro lugar, ou seja, eu que não ocupei a área da invasão e moro debaixo dela porque estenderam para esse lado de cá (SANTOS, comunicação verbal, 2014).

A moradia é um dos grandes gargalos socioespaciais. Os impasses sempre estarão em conflito diretamente com a ação do Estado. As desigualdades ambiental, social, cultural, política e econômica estarão presentes. É bom considerar, da mesma forma, as colocações de Harvey (1972, p.362): “Segregação significa diferencial de renda real – proximidade às facilidades de vida urbana [...] a diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais da sociedade capitalista”.

A reprodução da qual se refere o autor vai dando forma ao espaço e configurando a materialidade de sua paisagem como parte da reinvenção urbana na medida em que as forças sociais, econômicas e políticas atuam no espaço urbano, ao mesmo tempo em que, fragmentam e articulam a estrutura social e o próprio espaço. Nesse caminho, é que o espaço incorpora a materialidade das representações de tais forças.

De acordo com José Nilton de Souza:

[...] vivendo debaixo da rede. Eu me lembro de muita coisa. Para você vê como a pobreza do nosso bairro é grande, mas pobreza, não é problema não, o que é problema é o abandono do nosso bairro. Aquele que os políticos faz com nós. Entende, pobre não é problema não, pelo contrário, agente é feliz. Agente entra ali e ninguém rouba você, não precisa ter segurança do seu lado. Para você ver o abandono, uma foto dessas aqui era para está na internet com o título: “OLHA O ABANDONO”, porque de quatro em quatro anos eles vivem prometendo as coisas. Mas, de um lado eu coloco culpa nos poderosos e do outro na comunidade. (SOUZA, 2014, grifo nosso)

“Olha o abandono” está caracterizado como uma denúncia dos descumprimentos das medidas e ações do poder público que, provavelmente, têm coparticipação da comunidade segundo o morador. A gestão pública diante de instrumentos com participação democrática da comunidade, embora esteja previsto como uma medida essencial na dimensão social da sustentabilidade, efetivamente não se concretiza na prática. Assim, mostra-se de um lado a desigualdade social refletida nos tipos de edificações habitacionais e os conflitos entre classes.

#### 5.1.4 Descontinuidade pública

Rua Pio Norões está na área da ocupação irregular, Chesf. Pode ser vista da Avenida Leão Sampaio – visão panorâmica que mostra a irregularidade da infraestrutura das construções das casas, do alinhamento da rua e descontinuidade do serviço público. Os moradores Gorete Moraes, Francisco Gomes Novaes e Francisco José dos Santos não conseguiram comentar esta foto, certamente, por ausência de relação com o espaço. Achemos que a falta deste contato dificultou a interpretação da imagem e seus detalhes.

**Foto 04:** Rua Pio Norões.



**Fonte:** Produzida pela autora, 2014.

Dona Gorete Novaes apenas ressaltou: “esta imagem está bonita” (NOVAES, 2014); uma ausência de memória. “Ela precisa de melhorias” (G. NOVAES, 2014), conseguiu ver

algum tipo de ausência na infraestrutura identifica, mais claramente, “esta rua está uma parte pavimentada e outra não, mas falta saneamento”. (SANTOS, 2014).

O urbano desarticulado configura-se no principal espaço da degradação como visto na decadência de infraestrutura, falta de saneamento: “nessa foto eu vejo mais coisa ainda, serviço mal acabado. Uma rua asfaltada e outra metade só na areia. Uma situação feia aqui no nosso bairro” (SOUZA, 2014), sobretudo, a segregação socioespacial nítida para ele:

Aí para você ver do outro lado, lá no fundo da foto, Juazeiro mais belo. As pessoas batem uma foto de cima e mostra o que é bonito, mas bate uma foto daqui debaixo para você ver a situação mesmo, a realidade. Aí você vê a cara dessa gente, todo mundo sofrido. Aí a negrada diz: ah, é vagabundo, mas vocês não deram oportunidade na vida dessa gente. Agora dê oportunidade ao cara (SOUZA, 2014).

Sem ações humanas, não há materialidade social do espaço, ou seja, haveria a inexistência complexa da ecologia social, bem como, a ausência das marcas humanas que produzem formas, estruturas, essências e todas no ínterim do processo reconstrutivo. Por isso, no sentido das ações humanas, a condição de vida econômica dos sujeitos os coloca em duas categorias: rico ou pobre, uma condição neste caso da discussão, estritamente ligada à questão econômica, política e social. Reflexo na paisagem.

### **5.1.5 O sagrado**

A Igreja, um ícone simbólico do Catolicismo Apostólico Romano em Juazeiro do Norte conectada a uma rede complexa religiosa deste município e foi idealizada e construída por um grupo de moradores antigos devotos do Padre Cícero. Doaram o terreno, ajudaram a construir, escolheram o seu nome e, por fim, doaram a Diocese do Crato-Ce. Ela está, na visão dos moradores, entre uma influência moral e espiritual na vida cotidiana, bem como, uma instituição que deixa a desejar no seu papel de interventora das problemáticas sociais do bairro.



**Foto 05:** Igreja Nossa Senhora Aparecida.



**Fonte:** Produzida pela autora, 2014.

Assim assemelharam-se as percepções de Novaes & G. Novaes (2014) quando frisaram a importância de ter uma igreja tão perto, símbolo de honra para a comunidade. Provavelmente, a igreja exerce poder de santificação no lugar que está. A representação deste ícone, segundo Santos (2014), é um meio de transformação socioespacial. Exerceria a ordem e transformação no quadro de violência existente no bairro por meio da fé e princípios cristãos, sendo papel do Estado garantir a segurança pública, a igreja, é portadora da moralidade com base nos valores espirituais,

Nossa Igreja depois que veio para cá trouxe benefícios. Tem muita gente que não vão a igreja e, dessa maneira, não temem a Deus, então, quando se trata de um ato de violência muita gente está envolvido. Os candidatos falam em resolver a violência que é uma coisa absurda (SANTOS, comunicação verbal, 2014).

José Nilton de Souza, no entanto, consegue apresentar uma tessitura relacional não apenas da igreja, mas de tudo que se conecta com o espaço onde ela está desde o tempo de sua infância:

Essa aqui eu me lembro de um bucadinho da minha infância. Quando agente subia com o reisado. Aqui tinha muita cacimba porque já é a altura das grotas. Tinha muito pé de Eucalipto e o terreno da igreja era de Dona Carmozina que doou para fazer a Igreja. E aqui agente contava uma casa aqui e outra lá no final. Quando dizia a casa do meu compade é bem ali, o caba andava o bairro todinho para chegar a casa do compade. Eu me lembro do tempo de minha infância (SOUZA, comunicação verbal, 2014).

A imagem da igreja trouxe associação com a transformação espacial do bairro deixando claro que os elementos geográficos dentro de um sítio espacial são parte da rede territorial que compõe o local. Ao mesmo tempo, acusa a omissão da igreja quanto às práticas sociais mais efetivas na comunidade e a reconhece como uma instituição filantrópica, porém capitalista:

A igreja tá bonitinha e até que esse padre tá fazendo alguma coisa. Vou dizer uma coisa: a igreja na comunidade não influi muito não, influi na religião. Eles deveriam fazer um trabalho mais sincero; como todo mundo sabe a igreja católica tem muito dinheiro e também tanto terreno baldio que tinha aqui, se eles quisessem tinham entrado em contato com os poderosos da cidade e pegar uma doação para fazer uma creche ou um grupo de lazer para as crianças brincarem sábado e domingo para evitar a violência que hoje tem no bairro, que a maioria é de menor. A maioria dos violentos que tem nesse bairro são tudo de menor, mas por falta de que? falta de pena? não. Falta de trabalho. Eu sou católico viu, não sou crente não. A verdade tem que ser dita, a igreja não influi muito não. (SOUZA, comunicação verbal, 2014).

No momento que há este discurso, ele a reconhece como instituição capaz de intervir na sociedade, por meio de projetos educativos e sociais desejando mudança quanto a vulnerabilidade de crianças e adolescentes. Em sua fala, Sociedade Civil Organizada e Estado devem ser agentes de transformação social. No entanto, estamos tratando de um fator simbólico construindo na dimensão cultural dos sujeitos moradores, o que interlaça com a dimensão cultural da sustentabilidade. O mundo material dialoga com a espiritualidade dos sujeitos – a igreja é um símbolo que fundamenta os ritos espirituais da comunidade – a destruição dos elementos simbólicos incide sobre a não continuidade dos valores e transmissão dos saberes locais, coisa que a sustentabilidade cultural não se desenvolve por este véis.

### **5.1.6 A praça: espaço de socialização**

A praça é um espaço público de socialização. Encontros, brincadeiras, festejos, esportes e manifestações políticas acontecem simultaneamente naquele espaço e tornar-se um objeto geográfico fundamental à comunidade. A Praça do CC era apenas um espaço vazio com chão batido (NOVAES, 2014), “tinha só alguns pés de Eucaliptos (G. Novaes, 2014), hoje mais arborizada, com quadra esportiva e academia das cidades.” Os atores sociais

voluntários desta pesquisa participaram diretamente do processo de estruturação física e de ambientação. Ela é um espaço considerado por todos importante para a comunidade, mas com descaso pelo poder público. A relação comunidade e administração pública no contexto de coparticipação gestora do bairro são intrínsecas, percebemos nos discursos que seguem quando os moradores foram provocados a falar do único lugar público de socialização.

**Foto 06:** Praça CC.



**Fonte:** Produzida pela autora, 2014.

Diz Souza do descaso público quando cita a intervenção na infraestrutura em uma das gestões do prefeito atual:

O prefeito Raimundão entrou e colocou essas cerâmicas aqui, aí pra você ver essas cerâmicas aqui é do hospital do Santo Inácio quando fizeram a primeira reforma porque nós fizemo uma reivindicação grande com ele porque ou ele fazia ou a gente ia na porta da prefeitura fazer uma reivindicação. Aí eles vieram na carreira e fizeram esse mela-mela deles lá. (SOUZA, comunicação verbal, 2014).

Do mesmo modo concorda G. Novaes, acrescentando o elemento segurança tão pontual ao bairro:

Você sabia? a praça só não é mais importante porque as autoridades não olham para cá, ela pertence a todos nós, mas a prefeitura devia colocar guardas para controlar a comunidade. Veja, a quadra está toda quebrada, essa academia também está. Há um descaso do poder público, não tem segurança, embora, no nosso país não se tem em lugar nenhum, o que eu

vejo é que a gente precisa de segurança e saúde. (G. NOVAES, comunicação verbal, 2014).

A violência no bairro João Cabral sempre foi um aspecto nevrálgico e a praça é um lugar de manifestação de algum tipo daquela. Santos (2014) ressalta: “Tem os vândalos, mas, a praça CC é importante para o bairro. A violência contra o patrimônio público é um fenômeno brasileiro desterritorializado, está em todo lugar, em particular, nos bairros das periferias pobres. Exemplifica Souza (2014), “A pracinha, a praça do CC, hoje em 2014 ela tá bonita, mas, desde 1988 os moradores foram dismantelando a praça”.

A violência inclusive como apresentamos no capítulo anterior, é um dos aspectos que coloca o bairro como o mais violento de Juazeiro do Norte. Obstante a esse quadro, novas estratégias de segurança pública e projetos sociais que envolva e direcione a comunidade a repensar politicamente seu espaço, os provocando a serem gestores sociais, possam propor a alternativa de cultura de paz. Provavelmente, tenha sido uma das propostas do Projeto Carroça quando incentivou a comunidade cuidar da praça.

Em 2000 a praça não tinha nenhum tipo de arborização. Com uma apresentação artística, o projeto Carroça de Mamulengo e a União dos Artistas da Mãe de Deus doaram uma quantia para serem compradas mudas e assim os participantes do projeto, moradores, as plantarem. (NOVAES (2014); G. NOVAES (2014); SOUZA (2014)).

A praça é um espaço simbólico, um palco das manifestações espaciais afetivas. Os brincantes da cultura popular do bairro João Cabral tiveram a oportunidade de usufruírem o espaço público na dimensão tanto social, cultural, ambiental e política. Apropriaram-se deste espaço como comunidade participante e a fizeram como um lugar de suas práticas sociais e espaciais, exercendo, simultaneamente, a gestão comunitária no momento em que plantaram as mudas, e as mantiveram.

E essa praça em 2000 era abandonada. Não tinha nenhum pé de planta dessa aqui. Esse pé de planta quem plantou foi nós no tempo da União dos Artistas da Terra da Mãe de Deus quando o carroça voltou para morar em Juazeiro. Quando a gente voltou no Rio de Janeiro agente foi lá em seu Henrique e compremo mil e setecentos reais de muda. Plantamo, aguamo; eu fiz a encanação a primeira vez (SOUZA, comunicação verbal, 2014).

A experiência do grupo dos artistas da cultura de tradição do bairro João Cabral em apropriarem-se do seu único espaço público materializou-se como um momento ímpar a eles. Porém, as pessoas de fora deste processo de gestão comunitária comportavam-se como

indiferentes à importância que representava o único espaço de lazer existente em seu bairro, segundo os depoimentos:

“Compramos e plantamos, o povo vinha e arrancava, não era gente de fora, eram as pessoas do bairro mesmo, mas agente continuou plantado. Por muitos do bairro essas plantas nem existiam, mas agente continuou, até hoje, cuidando, aguando e limpando para não acabar tudo” (G. NOVAES, comunicação verbal, 2014).

Não sabem zelar o que é da pessoa mesmo. As pessoas dizem, mas, isso aqui não é nosso, é do governo, é da cidade. Mas não, não do governo, é nosso. É o dinheiro do nosso imposto, aí você tem na conta de energia, taxa de iluminação, então é minha, mas o povo não raciocina isso, não cuida quer destruir. Essa praça aqui quem tinha que zelar era nós mesmo. Agente colocou na cabeça que nós tinha que fazer alguma coisa por nós mesmo. É a única praça que a gente tem n o bairro. Se contar é a única que tem quadra. É o João Cabral, para sempre CC (SOUZA, comunicação verbal, 2014).

A reflexão de Souza chamou-nos atenção na forma de colocar outro nível de participação política na administração pública no aspecto político-jurídico do território. Contextualizou o pagamento de impostos enquanto dever, porém, com contrapartida de direitos comunitários, dando ênfase a dimensão política por parte do Estado e da comunidade. No entanto, embora a comunidade tenha amparos fundamentados na Constituinte Federal (1988) de seus direitos básicos, está entre a interconexão de direitos e deveres o seu envolvimento no processo de cuidar do patrimônio público, tendo a colocação de público um significado de pertencimento coletivo.

Assim, continua os primeiros participantes de cuidadores da Praça CC, dando continuidade à limpeza e manutenção das plantas somadas a reivindicações políticas e identificação com a natureza,

Eu me preocupo muito com essa praça. [...] a gente vem tomando de conta, já vem com oito anos. Varrendo, aguando. Depois a prefeitura passou a nos dá um salário para cuidarmos da praça. Eu repartia esse dinheiro com Vera. A praça foi desprezada pelos prefeitos, olhe, a quadra não tinha nada disso; não era coberta nem nada, depois foi que fizeram essa cobertura. Hoje eu e meu marido temos a preocupação de tá aguando as plantas e limpando sem ganhar nada, não vou deixar as plantas morrer. Eu tenho pena das plantas, eu tenho prazer, porque a mesma vida da gente é a vida das plantas. Isso é bonito, é uma coisa importante para nós tudo (NOVAES, comunicação verbal, 2014).

Em toda sua crítica à gestão pública, Dona Gorete Novaes, mostra o sentimento de harmonia com as plantas que a impulsiona continuar com os cuidados independente do reconhecimento do poder público. Trata-se da relação duradora com o lugar, a praça.

A cidade gerida na lógica capitalista segue o modelo de segregação social e descontinuidade espacial elaborado por este sistema envolvendo as práticas da gestão pública e da comunidade. Assim, a cidade, também, é um espaço de exclusão.

Ambos, desconsideram que os espaços públicos devem possuir continuidade de manutenção estrutural e uso coletivo, implicando que a manutenções destes espaços são precárias e que a conservação comunitária é ausente, como Dona Gorete pontou.

Os espaços públicos, como praças de bairros devem ser parte de programas de requalificação urbana tornando-se um desafio para ações executórias de gestão pública, pois, é de sua responsabilidade incluir todas as células urbanas, bairros, na rede de bem-estar social. Quando o bem-estar para uns acontece e para outros não se provoca uma disparidade funcional do espaço.

A sustentabilidade urbana enfrenta um desafio pertinente e continuo do qual consiste em incluir, interconectar e garantir usufruto de conservação ambiental dos espaços públicos, ou, mais abrangente, da própria cidade. O fato principal deste desafio para a sustentabilidade dar-se quando a gestão pública e comunidade são incapazes de garantir o ordenamento destes espaços, como por exemplo, de uma praça de bairro.

### **5.1.7 A Feira de Rua**

As feiras livres têm funções de utilidade pública para a cidade, especificamente, lotadas em um bairro. Distribuem alimentos e produtos básicos de utensílios domésticos. São pontos para encontros, negociações e conflitos. O espaço onde estão é parte dos arranjos territoriais do local e acabam tornando-se campo simbólico. A necessidade do homem em produzir seu espaço constrói um lugar significativo que converge e dispersa suas práticas sociais. É um elo de identificação e subjetividade com o meio que se está.

A feira tem origem na idade média nos meados do final do século XIX ao XX e trata-se de um marco na virada do regime social: modo de vida rural ao urbano. Lugar de encontro para se negociar o excedente agrícola, a cidade constitui-se aos redores deste comércio, e dos templos. Surgem os burgos (cidades).

[...] a praça aberta e o bazar coberto, a rua de barracas ou de lojas possivelmente já havia encontrado sua configuração no meio urbano por volta de 200 a.C. no mais tardar. Mas, pode ser que fossem procedidas pela forma mais antiga de supermercado, dentro do recinto do templo. (MUMFORD, 1982, p.85).

Os espaços de sociabilidade intrinsecamente é uma representação dos comportamentos culturais compreendidos dentro do seu sítio simbólico. Assim, a Feira da Troca no bairro João Cabral, influenciou e foi influenciada pela história do bairro mencionada no capítulo anterior.

A Feira da Troca em Juazeiro do Norte teve origem as margens da linha do trem na rua Carlos Cruz, depois locada na praça da bíblia na Avenida Castelo Branco de frente ao estádio de futebol do Romeirão. “Antes ela estava de frente do Romeirão, mais não dava certo, era um ninho de pombo” (G. NOVAES, 2014). A mudança de local ocorreu por intervenções de ordenamento municipal que, segundo a administração pública, fez parte do projeto de urbanização das praças de Juazeiro do Norte.

Constitui-se em modalidade de mercado com frequência semanal e possui multiplicidade de produtos novos e usados. Hoje seu comercio expandiu-se para diversos produtos além destes, roupas, comidas, transporte, multimídia, aparelhos eletrônicos, entre outros.

**Foto 07:** A Feira da Troca.



**Fonte:** Produzida pela autora, 2014.

Sua identidade comercial é marginalizada por existir negociações legais e ilegais, provocando uma comparação com a identidade já existente de criminalidade do bairro. Por outro lado, dinamizou a economia, segundo alguns moradores, valorizou a área em seu entorno e possibilitou oportunidade de renda para outros moradores. Disse Souza (2014), “A feirinha trouxe desenvolvimento”, e na visão dos entrevistados desenvolvimento promovido com a Feira da Troca decifra-se em:

Nosso bairro virou um comércio. É daqui que os pais de família tiram o sustento. Pegam uma bicicleta velha e vai trocando em uma coisa e acaba vendendo por outra, e assim vai passando o dia-a-dia e vivendo. Muita gente começou a tirar o sustento daqui, por exemplo, do lado da garagem da pernambucana a mulher colocou um quiosque. Hoje ela vende muita merenda do que antes, vendendo caldo direto. Ela faz duas panelas de caldo e seca, antigamente, era só uma e nem secava. (SOUZA, comunicação verbal, 2014).

Da mesma maneira concorda Santos (2014), “[...] Qualquer pai de família que está sem nenhuma atividade pode ir para lá e vender qualquer coisa, porque lá é igual o coração de mãe, sempre cabe mais um. A feira trouxe muito progresso para o bairro”. O trabalho autônomo e informal é parte da elaboração criativa do homem, uma forma de se reinventar para suprir suas necessidades e está inserido na sociedade de consumo. Quando o poder público intervém, organizando e locando espaços livres de comercialização, como as feiras livres e mercados, de certo modo, oferecem alguma garantia de espacialidade, conforme o entendimento de G. Novaes (2014), “A feira de troca trouxe referência para o bairro João Cabral”.

O trabalho anônimo é uma maneira de sobrevivência das famílias de baixa renda, e “[...] trata-se não apenas de garantir aos pobres uma forma de geração de emprego e renda, ou de oferecer ao consumidor urbano uma alternativa a mais para aquisição de uma gama de produtos. Trata-se de preservar a rua como lugar de encontro. De preservar uma tradição popular urbana. Uma questão de cidadania” (MASCARENHAS & DOLZANI, 2008, p.78).

Mas, G. Novaes (2014) reconhece que a Feira da Troca necessita de melhorias nas suas estruturas, “falta desejar a muita coisa. Veja, precisa ter mais higiene. Agora, talvez quando mude de gestão pode ser que melhore”. Do mesmo modo Santos,

Um camelô, vendedor ambulante em nossa feira. As pessoas ficavam reclamando como andava o espaço da feira, e eu acho que não anda mal, ela é coberta como uma quadra esportiva, livre do sol e da chuva. Trouxe coisa boa, mas, ainda tem muito para fazer, porque para ela melhorar precisava as



autoridades deviam providenciar uma rota de ônibus que tivesse parada na feira melhorando o acesso para quem não é do bairro e quisesse vir negociar. As rotas trazem mais progresso (SANTOS, comunicação verbal, 2014).

A infraestrutura precária e falta de acessibilidade são gargalos enfrentados pelos comerciantes e os clientes da feira, o lugar onde está deixa a desejar, reflexo do descaso público reivindicado por seu discurso.

### 5.1.8 Lixo, esgoto e fedentina

“A rampa de lixo” (SANTOS, 2014), a forma como identificou este morador traduz a condição de despejo dos resíduos sólidos, principalmente, nos terrenos baldios no João Cabral como mostra a foto 08.

**Foto 08:** Área de vulnerabilidade ambiental – Acúmulo de lixo em terreno baldio e esgoto aberto no cruzamento da Rua José Lopes de Oliveira com Rua Senhor do Bonfim.



**Fonte:** Produzida pela autora, 2014.

Os entrevistados sabem que o acúmulo de lixo e esgoto aberto provocam condições insalubres à saúde pública na comunidade e se sentem desconfortáveis com os impactos

diários que lixo e esgoto produzem, conforme G. Novaes (2014) “esse lixo e esse esgoto abertos é horrível, agente convivi porque é o jeito. Lixo traz muito inseto; esgoto a mesma coisa, e traz doença com o passar do tempo, problema”. O despejo do lixo nas ruas do bairro em sacolas plásticas ou sem nenhum tipo de acondicionamento é comum e contínuo, contudo, é uma realidade para além do bairro, está no contexto da cultura urbana da cidade de Juazeiro do Norte que foi apontada anteriormente. Mais uma vez, às práticas de gestão pública e comportamento social. Assim como relatou G. Novaes no momento em que viu a figura 14:

Agora, eu não gosto de ver um lado só da moeda, é bom os dois lados. Este problema é no Juazeiro e pertence a todos nós de fazer a limpeza, o esgoto cabe a prefeitura. Mas, de colocar o lixo lá onde está, é do pessoal, que não contribui. Sabe, de todos os lugares que já passei o lugar que eu vejo mais assim, com lixo, é Juazeiro. Moro aqui, gosto daqui, mais é preciso dizer: o pessoal de Juazeiro é muito mal educado. Tem muitas coisas que são como cururu, é o cabra empurrando e ele voltando, porque, o caba limpava neste instante quando as caçambas davam as costas o pessoal vinha e colocava de novo. E aqui no bairro João Cabral é comum, mais sabe por que é? Porque não tem uma Lei severa, não tem fiscal. Se vissem colocar o lixo aplicavam uma multa, quero ver se colocam mais. A prefeitura deve ter fiscalização ou os donos dos terrenos devem murar ou construir, pois, se não quer construir dê para quem está precisando (G. NOVAES, comunicação verbal, 2014).

A associação entre seu bairro e o território da cidade revela um processo comparativo entre espaço micro e macro do urbano, demonstrando entendimento em outras palavras, da forma como a urbanização acontece, especificamente, em Juazeiro do Norte; atribuindo responsabilidades para dois agentes: Estado e comunidade. O lixo urbano é produto da cultura de consumo e do modo como as pessoas se relacionam com seu meio.

No interim das questões urbanas, torna-se irrelevante não pensar o meio urbano sem a interconexão das demandas de serviços e produção de consumo gerando problemas à qualidade de vida. Os aspectos socioambientais do espaço urbano estão diretamente ligados a três fenômenos indissociáveis: processo de urbanização, crescimento populacional e aumento de consumo. Todos geradores de impactos urbanos que se atenuam na medida em que aqueles fenômenos vão interagindo-se sem gestão ambiental, social e empresarial, trazendo cada vez mais à emergência de mudança comportamental e gestão pública, apontando à importância não apenas do debate, mas, de diretrizes sustentáveis.

Veja, como nós da comunidade, nós não, as pessoas, porque eu tenho essa educação ambiental. O bairro crescendo e a sujeira continua. Esse é o bairro João Cabral que antigamente se chamava bairro da Liberdade. Quando eu vejo essa foto me dá uma tristeza. O descaso nesse lugar é do poder público,

olha aqui o saneamento, os esgotos abertos, a lama. E da comunidade, olha o lixo! Num tem o dia certo de passar o carro do lixo, segunda, quarta e sexta. O que custa você ajuntar no quintal e de manhã colocar fora? Nesse caso, o prefeito num tem culpa por causa dessa sujeira não!!! Para uma cidade melhorar tem em primeiro lugar que melhorar o poder público e segundo a comunidade tendo um pouco mais de educação e não rebolar lixo na rua e esperar a hora certa de colocar o lixo em um canto, e saber separar o lixo o que é descartável do que não presta. Assim, como a cidade toda [...] (SOUZA, comunicação verbal, 2014).

A falta de planejamento urbano é resultado de espaço notoriamente insustentáveis. Indicadores como educação ambiental é pertinente para Souza ao observar o crescimento célere do bairro João Cabral. A lembrança do antigo nome do bairro, liberdade, com o estado associativo que se encontra o bairro nas condições de infraestrutura e serviços públicos traduz a prisão de um ambiente insalubre para quem vive o seu cotidiano. No trecho em que diz “O descaso nesse lugar é do poder público, olha aqui o saneamento, os esgotos abertos, a lama [...]” (*ibidem*), lembremo-nos da obrigatoriedade do poder público na Lei 11. 445/2007 artigo 2º quando rege o entendimento de que o saneamento básico, entre outros, gestão dos resíduos sólidos e esgotos, devem ser executados dentro dos princípios da:

articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida para as quais o saneamento básico seja fator determinante. Eficiência e sustentabilidade econômica. (Lei 11. 445/2007, INCISO VI e VII)

Os problemas urbanos exigem resoluções às particularidades de suas dinâmicas demandando “políticas e prioridades para o alcance de uma cidade saudável, a qual se apresenta por um desenvolvimento social, que tem a saúde e suas múltiplas determinações como centro de atenções, e envolve um movimento de luta por um estilo de desenvolvimento sustentável” (WESTPHAL, 2000, p. 42).

Um ambiente saudável necessita de gestão compartilhada, poder público e comunidade. Como indicou Souza (2014) essa não ocorre em seu bairro. A comunidade trata a rua como o lugar de despejo do lixo, como se isto não gerasse consciências para o presente:

[...] isso sempre acontece e muitas vezes esse lixo passa muito tempo e ninguém sabe a quantidade de barata e rato que sai ficando a mercê de tudo, é uma pena, e parece que isso tá distante de acabar, porque o povo tem que se conscientizar. Ali tinha um monte de entulho, veio a prefeitura mandou tirar, e pode olhar que já está lixo de novo. Pode ser que isto mude, se um

dia as pessoas se conscientizarem. Elas não sabem que fazem uma armadilha para elas mesmo. Se eu jogar o lixo em sua porta, não estou levando um problema só para você, de lá pra cá tem o retorno (SANTOS, comunicação verbal, 2014).

Este processo de conscientização de que fala o morador reflete na forma como o sujeito se relaciona com o seu meio, que é um reflexo de sua consciência de consumo com a natureza, do produto transformado ao espaço que se encontra. A falta de educação é um aspecto pontual que se desdobra em variáveis de educação: no trânsito, sexual, financeira, étnico-racial e ambiental. Ou seja, o cerne de educação são os desvios de sua construção como dimensão totalizante.

O processo educacional constrói pontes às reflexões conscientes das quais desimbeciliza o sujeito diante de tudo que lhe é imposto. Ao ver a imagem do lixo, do esgoto e da fedentina, Souza desencadeou outras intervenções do poder público na infraestrutura que denunciam o discurso de crescimento versus desenvolvimento, muito menos sustentável:

Pois isso eu sempre digo: “o quê agente pode fazer por nós mesmo? Se eu tivesse dinheiro eu mandava fazer essa encanação aqui. Num é só passar asfalto não, porque asfalto num quer dizer melhora nada, faz é piorar a cidade. Esquenta e aumenta a violência dos carros passar. O certo é asfaltar com pedra paralela, ou, de outro jeito. Asfalto é um meio de desvio de dinheiro. Asfaltar o bairro João Cabral tem gente que diz ser uma grande coisa. Aquela subida do Horto é toda de pedra paralela e ainda hoje dura. Você vai ali em Barbalha na rua do rosário é pedra paralela rejuntada com cimento. Os prefeito queria asfaltar, mas o povo não deixou. Aqui, as pessoas são boca aberta, aceitam tudo (SOUZA, comunicação verbal, 2014).

Uma cidade saudável é aquela que possui seu ecossistema social e natural com equilíbrio sinérgico entre as dimensões ambiental, social, política, econômica e cultural; oferecendo qualidade de vida a seus moradores. Os indicadores destas dimensões envolvem tanto o espaço físico como elementos culturais das comunidades, sendo necessário debatermos a qualidade de determinado ambiente considerando os valores inerentes àquela população (SILVA, *et al*; 2012). Os problemas de saúde, infraestrutura, saneamento, abastecimento de água, transporte e moradia são cada vez mais pertinentes ao processo de formação do espaço urbano e demandam execuções de políticas públicas emergenciais com base em indicadores sustentáveis.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando escolhemos o bairro João Cabral como nosso objeto de estudo, entendemos que remontar a sua história direcionados pelos saberes locais dos moradores a fim de colhermos suas impressões imagéticas da paisagem local para interconectarmos com as propostas teóricas da sustentabilidade, sabíamos que o maior desafio, seria levar os moradores para o mundo de suas lembranças confrontadas pelo momento presente desta pesquisa.

Para isso, nos debruçamos em elementos teóricos capazes de nos conduzir das impressões externas e internas do objeto de estudo aos significados das experienciais do espaço vivido dos moradores. Eles possuem uma classificação social que os identificam como nos contou o entrevistado José Nilton de Souza (2014), “eu moro no bairro João Cabral; eu sou baixa renda”. Esta identidade territorial decifra uma condição complexa entre as palavras. Ser morador do bairro João Cabral é ser pobre, ou, pobre é ser morador do baixo João Cabral, ou, mora no bairro João Cabral quem é pobre, pois ele é um bairro pobre.

A ordem interpretativa não altera o fato de que a pobreza é um estado com significado quantitativo nos parâmetros econômicos resultante dos antagonismos do capitalismo, embora, possa ser um conceito subjetivo quando ressignificado no âmbito da cultura, pois o estilo de vida é possível ser desacelerado ao tempo do consumismo exacerbado. Com isso, acreditamos que o capitalismo é o maior promotor da insustentabilidade ambiental e humana.

Remontar o campo da pesquisa, bairro João Cabral, diante das suas transformações espaciais e paisagísticas, nos levou ao contato direto com as dimensões da sustentabilidade. Compreender o processo de produção espacial dele nos foi necessário contextualizar tempos de espacialização diferentes revelados pelos únicos coadjuvantes à sua formação, alguns agentes produtores do espaço urbano, promotor imobiliário, Estado e, particularmente, os moradores.

A sustentabilidade, conceito pré-compreendido ao capítulo especificamente apresentado posterior ao campo da pesquisa, foi aparecendo em cada observação direta da pesquisadora, números quantitativos do perfil sócio geográfico e algumas falas daqueles agentes. A complexidade espacial vista e analisada no bairro João Cabral, a princípio, revelou-nos arranjos ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos-institucionais da sustentabilidade.

Remontamos a espacialidade do bairro sob a orientação das dimensões sustentáveis a seguir, e obtivemos as impressões que seguem contextualizadas para cada uma delas.

As primeiras impressões ambientais destacaram-se quando entramos em contato com a história do bairro. Seu espaço urbano é fruto do espaço rural de outrora em Juazeiro do Norte. A Grota, depressão geomorfológica, foi o caminho das águas do riacho que compunha o rio Timbaúba e as casas eram feitas de madeira das grandes carnaúbas existentes na antiga fazenda.

A dimensão social veio com o levantamento dos indicativos sócio geográficos do bairro. Área territorial, população, concentração demográfica, saúde pública, saneamento, moradia, violência, drogas, ocupação irregular na área da Chesf, uma parcela da comunidade com alto risco de vulnerabilidade social, entre outros.

A dimensão econômica presente no próprio perfil social dos moradores, sem nenhum tipo de economia solidária que forneça a comunidade oportunidade de produção e administração coletiva. Mas, tem em seu arranjo territorial uma das maiores feiras de rua da cidade, a Feira da Troca, uma forma de comercialização de tradição em Juazeiro do Norte, hoje, locada no bairro, com suas contradições legais e administrativas que diverge opiniões entre comerciantes, consumidores e moradores. Ela sempre foi vista como lugar vil devido objetos de comercialização ilegal fruto de furtos somados aos legalizados. Contudo, é um espaço de produtividade autônoma que converge a encontros, desencontros, conflitos e subsistência. Um espaço de criatividade popular que faz o sujeito reinventar seu sustento trazendo dinamismo não somente econômico, mas, espacial e cultural para o bairro e sua gente.

A dimensão cultural esteve intrínseca a partir do momento em que o bairro João Cabral é uma célula urbana de Juazeiro do Norte, cidade de religiosidade marcante, em que teve sua produção espacial traçada pela liderança de Padre Cícero. Crescimento demográfico por romeiros de todo lugar do país, ciclos de romarias e economia ostensiva e uma política do coronelismo à república parlamentar. Essas características direcionaram-nos as ligações das simbologias dos santos nas casas, principalmente, a imagem do Padre Cícero, das renovações dos moradores que tivemos contados vindos de outro Estado como devoto do Padre. Bem como, a presença marcante da cultura de tradição.

O bairro João Cabral é reconhecido como favela, assim como, ficou comprovado para nós, da cultura de tradição. Com quatorze grupo desta cultura, envolvendo adultos e crianças, os grupos de reisado, dança do coco, bacarmate, maneiro pau, lapinha. Possui ativistas culturais que acreditam nos saberes e brincadeiras dos mais velhos como patrimônio simbólico, e ainda as mantêm. Envolvidos em ações culturais, apresentando-se no bairro, em alguns espaços culturais da cidade, na capital e em outros Estados.

A cultura de tradição parte das ações culturais das quais se colocam como poderosas estratégias de empoderamento dos sujeitos para o *desenvolvimento sustentável*, porém, não conseguiu mudar a realidade de vulnerabilidade social do bairro.

A partir destes arranjos, a teorização da sustentabilidade foi essencial para dar fundamento às análises internas do bairro. A sustentabilidade despertou-nos à reflexão da relação homem-natureza de forma interdisciplinar, nos levando as teorias das ciências da natureza, humanas e aplicadas. A quebra desta relação, resumidamente, mostrou o posicionamento de externalidade do homem na natureza como um elemento racional, dominador e transformador aparado pela ciência moderna, positivista, objetiva e cartesiana e a técnica pragmática. Estas duas potenciaram os impactos na natureza e sociedade.

A sustentabilidade, dessa forma, propõe além das apresentações filosóficas um caminho de reordenamento relacional homem-natureza dentro do ecossistema complexo social, ambiental, econômico, cultural e político-institucional. Ela indica uma convergência de todas suas dimensões para o desenvolvimento humano capaz de promover o desenvolvimento sustentável.

Seu posicionamento nos revelou a emergência de uma nova consciência humanitária capaz de nos percebermos no lugar de nossa existência e mudarmos os percursos de desigualdades existente no global e local. Um processo de resiliência sociocultural dentro da crise mundial, portanto, sustentável.

O processo educacional poderá ser uma das maiores intervenções dialógicas ou provocações não verbais àqueles que queremos conscientizar quando acreditamos no processo educativo como voz de intervenção. Intervenções que chamamos de atos políticos sustentáveis, pois, descobrimos que a sustentabilidade que esteve vinculada no início de suas discussões a pura dimensão ecológica, tratando do equilíbrio ambiental planetário para servir como contracorrente da ditadura econômica global, obteve teorias de autores no campo sociológico que discutiram a sustentabilidade para além do nicho da economia.

A sustentabilidade possui uma ecologia sociocultural baseada em diálogos entre a ciência e os saberes locais. Por isto, o ato de intervir, escutar, interagir, agir, refletir e investigar são atos de sustentabilidade. A interconectividade dos saberes do senso comum com a ciência acadêmica foi apresentada pela sustentabilidade como um leque de possibilidade enriquecedor ao estudarmos o nosso objeto de estudo, bairro João Cabral. Os saberes da comunidade que envolve sua cultura de tradição, suas experiências no espaço vivido tornaram-se para nós a principal veia científica. De modo que, a interdisciplinaridade

entre a teoria dos diálogos de saberes com as propostas da Geografia da Percepção formou uma confluência interpretativa enriquecedora à pesquisa.

A conjuntura de todos os dados sociogeográficos do bairro João Cabral, com a análise das percepções do sujeito morador acerca do seu lugar foi para nós a representação completa da particularidade do sítio símbolo, bairro João Cabral.

Como tivemos que penetrar no bairro João Cabral para entendermos sua dinâmica espacial e paisagística, bem como, seu perfil de periferia pobre, escolhemos discutir o espaço, a paisagem e pobreza como elementos norteadores de interpretação do objeto estudado.

O espaço geográfico é um elemento central das representações sociais, nele e para ele as ações e os processos produtores da materialidade espacial ocorrem em um estado dinâmico. Mas, foi o espaço vivido como conceito filosófico e geográfico capaz de decifrar os sentimentos entre morador e espaço que atribuiu a categoria de lugar. O lugar, por sua vez é um intermediador de trocas afetivas ou de desafetos, sentimentos reveladores da relação espacial.

De outro modo, ao colocarmos a paisagem no nível da forma admitimos a materialidade espacial como elemento representativo de um lugar, mais não somente isto, consideramos também, que a paisagem enquanto forma é um elemento de interatividade das relações sociais.

Ao penetrarmos no espaço vivido dos moradores, sabíamos que a desconfiança seria presente devido os conflitos de violência e drogas no bairro. Inicialmente tivemos as seguintes dificuldades: rejeição por alguns moradores; falta de dados mais consistentes do perfil sócio geográfico, e ausência de acervo fotográfico do período em que iniciou o processo de produção espacial urbano do bairro.

Porém, no momento em que ganhamos confiabilidade e produzimos as fotografias de alguns lugares da paisagem cultural do bairro João Cabral, usadas na foto entrevista, cominou nos resultados das interpretações relacionadas a seguir.

Na surpresa do contraditório imaginado, diante do nosso objetivo problematizado: como os moradores do bairro João Cabral o percebem quando confrontados por sua paisagem representada em fotografias e quais interconexões de suas percepções com a sustentabilidade. Pensamos que os recortes da paisagem local indicados pelos moradores estavam impregnados das conectividades ambientais, sociais, culturais e econômicas, portanto, prevalecendo elas. Essas conectividades foram à condução para despertar a dimensão política-institucional expressada nas reivindicações dos sujeitos entrevistados quando confrontados com as imagens de sua paisagem.



A cada imagem apresentada, a associação com a gestão pública e comunitária foram predominantes e pontuais para cada morador: por que os políticos não fizeram ou fazem isso? Por que a comunidade não se comporta assim? Estiveram nas linhas e entrelinhas das vozes entrevistadas.

O perfil sócio e geográfico do bairro João Cabral, para os moradores, é produto da gestão compartilhada entre poder público e comunidade, com ênfase para o primeiro, tornando-se um valioso diagnóstico comunitário para indicadores que devem ser considerados nas políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável local.

A percepção dos moradores foi capaz de desvelar a real identidade do lugar e revelar ações sustentáveis que precisam ser executadas na comunidade. Os posicionamentos políticos dos moradores sobre cada imagem fotográfica, conduzindo-nos algumas proposições a seguir no âmbito dos aspectos social, cultural, ambiental, político e econômico: 1. Educação ambiental na comunidade a fim de conscientizar os moradores com disposição do lixo nas calçadas e conservação do patrimônio público local; 2. Adequação de estrutural interna para os esgotos abertos nas ruas; 3. Requalificação da praça do bairro, assim como, construção de mais áreas de lazer e esporte; 4. Projetos com palestras e atividades voltadas ao combate as drogas às crianças e adolescentes; 5. Criação de um polo cultural para as apresentações locais dos grupos da cultura de tradição, bem como, havendo setor de capacitação cultural, educativa e financeira com oficinas de atividades lúdicas, discursivas e práticas sobre cultura; 6. Criar um acervo de registros escritos e fotográficos da realidade atual como forma de conservar um patrimônio memorial da história local; 7. Criação de fóruns locais sobre como perceber e pensar o bairro, discutindo seus conflitos, problemas e potencialidades; 8. Organização e reativação da associação do bairro, da qual se encontra desativada até o termino desta pesquisa, envolvendo os moradores a participarem de sua atuação; 9. Promover um diagnóstico participativo urbano local que trace caminhos sustentáveis, capazes de transformar o quadro socioambiental, político e econômico.

Com bases nas análises e observações, concluímos que sem os Saberes locais e Diálogos de Saberes, a pesquisa não teria sentido, principalmente, no tocante à sustentabilidade e percepção do sujeito morador do bairro João Cabral. Por isso, as dimensões social, ambiental, econômica e cultural foram o Norte à política-institucional, percebida, apontada e criticada nos discursos dos moradores. Assim, é necessária organização política comunitária nos moldes da gestão social para gerar participação direta e criar o sentimento de pertencimento nos moradores.

É no viés de envolver a comunidade no processo de reprodução espacial sustentável, promovendo uma consciência ecologicamente social, política e ambiental capaz de mudar comportamentos e por consequente as relações, que acreditamos ser possível para o bairro João Cabral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.A. **Reconstruindo uma história esquecida:** origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. Espaço & Debates. v.37, p.34-46, 1994.

ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado. **Paisagem revelada no cotidiano da periferia:** Distrito de Brasilândia, Zona Norte do Município de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-04082010-162238/pt-br.php>>. Acesso em 07 jun. 2012.

ANTONUCCI, D. et al. UN-Habitat: 3 décadas de atuação. **Revista de Arquitetura Arquitectos.** São Paulo, v. 09. n. 107. abr. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/09.107/56>>. Acesso em 22 mar. 2012.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASILEIRO (ADHB). **Perfil do município de Juazeiro do Norte-CE.** 2013. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/juazeiro-do-norte\\_ce](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/juazeiro-do-norte_ce)>. Acesso em 13 de mai. 2014.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL – ADHM. **Indicadores.** 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/> . Acessado 12 de maio de 2013.

BAILLY, Antoine; RAFFESTIN, Claude; REYMOND, Henri. **Les concepts du paysage:** problématique et representations. L'espace géographique. e9 (4), p. 277 – 280,1980.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. Tempo/Espaço. In: **Modernidade Líquida.** Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERQUE, Augustin. Introduction. In: BERQUE. A. (ed). **Cinq propositions pour une théorie du paysage.** Seyssel: Champ Vallon, p. 5 – 10, 1994.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** O que é – o que não é. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.

BOHM, David. **A totalidade e a ordem implicada: uma nova percepção da realidade.** 10ª ed. São Paulo: Cultrix, 1980.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação.** Coleção Ciências da Educação, Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, C. R. **Memórias do Sertão:** cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. São Paulo: Editorial Cone Sul, 1998.

BRANT, Leonardo. **O poder da cultura.** São Paulo: Peirópolis, 2009.

BUARQUE, Cristovam. Cristovam Buarque. In NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.); VIANNA, João Nildo (Org.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil.**

Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BURGOS, Marcelo Baumann. Favela e Luta na Cidade: esboço de um argumento. In: SILVA, Jailson de Souza (org). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

BURSZTYN, Marcel (org). **Ciência, ética e Sustentabilidade:** desafio de um novo século. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma percepção da ciência:** a geografia da complexidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação:** a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARDOSO, A.L. Contextualização/caracterização. In: **BRASIL, Política habitacional e integração urbana de assentamentos precários:** parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos. Rio de Janeiro, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, 1994; segunda edição 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Ines Geraiges (orgs). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2003.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_ (org). **Estrutura de Classes y política urbana em América Latina.** Buenos Aires: SIAP, 1974.

CASTRO, I. E. **Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação.** In: Explorações Geográficas (Org.) CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 155 – 196.

CASTRO, Sonia Rabello de. Análise do programa e de seus aspectos fundiários. **Revista de Administração Municipal - Municípios - IBAM,** Rio de Janeiro, ano 45, n.223, p.11-16, jan./fev. 2000.

CASTRO, Sonia Rabello de. **Análise do programa e de seus aspectos fundiários.** Revista de Administração Municipal - Municípios - IBAM, Rio de Janeiro, ano 45, n.223, p.11-16, jan./fev. 2000.

CAVALCANTE, R. **Música na cabeça.** Disponível em: <<http://www.habro.com.br>>. Acesso 03 dez. 2013.

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas:** políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007

CLAVAL. Paul. **Geografia Cultural.** Florianópolis: EDUSC, 1999.

\_\_\_\_\_. **Campo e perspectivas da geografia cultural.** In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). *Geografia cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p.133-187.

COELHO, Diego do Nascimento, *et al.* **Juazeiro do Norte (CE):** um caso de (in)sustentabilidade urbana. *Sustentabilidade em Debate - Brasília*, v. 5, n. 1, p. 136-159, jan/abr 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/9652>>.

COLLIER Jr., John. **Antropologia Visual:** a fotografia como método de pesquisa. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

CORRÊA, R. L. ; ROSENDAHL, Zenir. *Geografia cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda.* In: CORRÊA, R. L. ; ROSENDAHL, Z. (org). **Introdução à Geografia Cultural.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 09 – 18.

\_\_\_\_\_. *Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural.* In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (org.) **Paisagem, Tempo e Cultura.** 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 124 p. Cap. 4, p. 84-91.

\_\_\_\_\_. **A dimensão cultural do espaço:** Alguns temas. *GEOgraphia*, p. 113–123, n. 10, 2003.

\_\_\_\_\_. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; *et al.* (Org.) **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Geografia Cultural.** Disponível em <[http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Geografia\\_Cultural.htm](http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Geografia_Cultural.htm)>. Acesso em 01 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSGROVE, Denis. **Social formation and symbolic landscape.** London: Croom Helm, 1984.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens Invisíveis:** relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

COUTINHO, C. P., CHAVES, J. H. **O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal.** *Revista Portuguesa de Educação*, 2002, 15 (1), p. 221-243. Universidade do Minho, Portugal – Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/retrieve/940/ClaraCoutinho.pdf>>. Acesso em 18 out. 2013.

CRITELLI, Dulce Mára. **Analítica do sentido.** Uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo: EDUC, Brasiliense, 1996.

CUNHA, Euclides. **Os sertões.** Edição Crítica GALVÃO, W.N. São Paulo: Brasiliense. 1985.

DARDEL, Eric. **L'Homme et la Terre: Nature de la réalité géographique**, Paris: Editions, 1990.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boi Tempo, 2006.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Mapeamento: áreas perigosas Ceará**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/juazeiro-tem-sete-bairros-violentos-1.479011>>. Acesso em 02 mar. 2014.

FERNANDES, José Luís dos Santos. **Requalificação da periferia urbana**. Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia de Coimbra. Dissertação de Mestrado, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1304>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica: a árvore, o animal, o homem**. São Paulo: Ensaio, 1994.

FILHO, G. M. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável**. Conceitos e princípios. Textos de economia. V. 4, a. 1. 1993, p. 132-141.

FUNDAÇÃO TERRA. **História institucional**. Disponível em: <<http://www.fundacaoterra.org>>. Acesso em 11 jun. 2014.

FURTADO, Celso. “Os desafios da nova geração”. Revista de Economia Política 24(4): 483-486. **Discurso na cerimônia de abertura da III Conferência Internacional Celso Furtado**, Rio de Janeiro, URFJ, 2004.

GEERTZ, C. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução Vera Melo Juscelyne. Petropolis – RJ: Vozes, 1997.

GIRÃO, M. G. S. (2001). “O Sagrado e o Urbano: Fé e Tradição no Espaço do Outeiro”. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, NEPEC/UERJ.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GONDIM, Linda M. P. **Planeta Favela**. Tensões Mundiais: Revista do Observatório das Nacionalidades, Fortaleza, v.3, n.4, p.429-435, jan./jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Favela, Aglomerado, Subnormal, Comunidade, Ocupação, Assentamento Precário – “diga lá, o que é, o que é?”. In: SILVA, Jailson de Souza (org). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

GOUROU, Pierre. **Pour une géographie humaine**. Flammarion, 1973.

GUEDES, Josenildo. **Entrevista Conversação Informal**, 2013.

GUIMARAES, Berenice Martins. As vilas favelas em Belo Horizonte: O desafio dos números. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **O futuro das metrópoles: Desigualdades e Governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

GURAN, M. Fotografar para descobrir, fotografar para contar. Cadernos de Antropologia e Imagem, Rio de Janeiro, EdUERJ, vol. 10, n. 1, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HARVEY, David. **Urbanização incompleta é estratégia do capital**. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/26691>>. Acesso em 13 set. 2014.

HENRI COING \_\_\_\_\_ *In*: DURAND-LASSERVE, Alain, org. **La croissance peripherique es villes du Tiers Monde. Le rôle de la promotion fonciere et immobilière**. Travaux et Documents de Géographie Tropicale, 40, Ceget, 1980.  
Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ceara/juazeirodonorte.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

HENRI COING \_\_\_\_\_ *In*: DURAND-LASSERVE, Alain, org. **La croissance peripherique es villes du Tiers Monde**. Le rôle de la promotion fonciere et immobilière. Travaux et Documents de Géographie Tropicale, 40, Ceget, 1980.

HOLZER, Werther. **Paisagem, imaginário identidade**. In: Manifestações da cultura no espaço. (org) ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, 150-168 p.

\_\_\_\_\_. O conceito de lugar na Geografia Cultural – Humanista: Uma contribuição para a Geografia Contemporânea. **GEOgraphia**. v.5, n.10, 2003

\_\_\_\_\_. Nem tudo é urbano. In: **Ciência & Cultura**. v.56, n.2, 2004. p.26-29.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Portal IBGE Cidades – Juazeiro do Norte: Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios/ Resultados do Universo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 22 nov. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros – EMB (Volume 16 CE)**. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/EMB-Enciclopedia%20dos%20Municipios%20Brasileiros/EMB\\_Volume16\\_CE.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/EMB-Enciclopedia%20dos%20Municipios%20Brasileiros/EMB_Volume16_CE.pdf) . Acesso 13 de dezembro de 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil**. 2011. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1619.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1619.pdf) . Acessado 05 de março de 2013.

J. A. Yelling. **Slums and Slum Clearance in Victorian London**. Londres: Taylor and Francis. 1986.

JULLIARD. Urbanization of the countryside. *Étude Rurales: revue trimestrielle d'histoire, géographie, sociologie et économie des campagnes*. Paris, Mouton and C°. 1973.

KANT, Emmanuel. **Crítica da Razão Pura**. Versão eletrônica, tradução: J. Rodrigues de Merege Créditos da digitalização: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia)

Homepage do grupo: <http://br.egroups.com/group/acropolis/>. Acessado 11 de junho de 2013.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: 34, 2000.

KOWARICK, L.; BONDUKI, N. **Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização**. In: KOWARICK, L.; ANT, C. (Org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 152.

LEANDRO, Feitosa. **Estudos locais: aglomerados subnormais em Juazeiro do Norte-Ce**. Comunicação verbal em: 27 de abril de 2014.

Lei 11. 445/2007. **Diretrizes nacionais para o saneamento básico**. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm) . Acessado 05 agosto de 2013.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Centauros, 2001.

LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes**. *Educação e Realidade*, v. 34, n. 3, p. 17-24, 2009.

LIMA, Ângela K P; et al. **A religiosidade como produtora do espaço urbano: estudo de caso do Juazeiro do Norte-Ce: o espaço e o tempo de sua origem**, 2013. Disponível em: [http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT21/GT21\\_KerleyPereira\\_SilvaLuna.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT21/GT21_KerleyPereira_SilvaLuna.pdf). Acesso 03 de junho de 2014.

LIPIETZ, A. **Le capital et son espace**. Paris: Maspero, 1977.

\_\_\_\_\_. **Mirages et miracles**. Paris : La Découverte, 1985.

LOWENTHAL, David. *Geography*. **Experience and imagination: towards a geographical epistemology**. *Annals of the association of American geographers*. 1961, 51 (3), p. 241 – 260.

\_\_\_\_\_. *The American Scene*. **Geographical review**. 1968, 58 (1), p. 61 – 88.

LOPES, José Ribeiro. **Políticas públicas e processos sociais de exclusão: Contribuições ao enfrentamento da pobreza urbana na contemporaneidade**. In: **Políticas Públicas & Desenvolvimento Regional**. C. A. M. PIMENTA, C. P. ALVES (Orgs). Campina Grande: EDUEPB, 2010, p. 23-54.

MACHADO, Lucy. **A serra do mar paulistana: um estudo da paisagem valorizada**. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciência Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 1988.

MANUAL DE REGULAMENTAÇÃO FUNDIÁRIA EM TERRAS DA UNIÃO. Instituto Polis: 2006. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/978/978.pdf>. Acessado: 30 de abril de 2014.



MARQUES, Eduardo et al. **Assentamentos Precários no Brasil Urbano**. Ministério das Cidades, 2007.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam C. S. **FEIRA LIVRE: Territorialidade Popular e Cultura Na Metrópole Contemporânea**. Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 2, n. 2 agos/2008 p.72-87. Acessado em: 13, out, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/4710/3971>.

MEDINA, C.A. **A favela e o demagogo**. São Paulo: Martins Editora. 1964.

\_\_\_\_\_. **Entrevista: o diálogo possível**. 5 ed. São Paulo: Ática, 2008.

MEINIG, Donald W. Introducion, In: MEINIG, D. W. (ed). **The interpretation of ordinary landscapes**. New York: oxford University Press, 1979a, p. 1 -7.

MENDONÇA, José Adail. **Entrevista Conversação Infomal**. 2014.

MELO, C, T. V. de. Cidade dos Homens, a Periferia no Universo do Invisível: In: PRYSTHON, Ângela (org). **Imagens da cidade: espaços urbanos na comunicação da cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 58 – 75.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: Yázige, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Conversas – 1948**. Tradução de: Fábio Landa; Eva Landa. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MINGIONE, Enzo. Theoretical elements for a marxista analysis of urban development. In: HARLOE, M. (org). **Captive Cities**, London: John Wiley, 1977.

MORIN, Edgar. **O futuro da humanidade**. In: **Le Mond Diplomatique**. Postado em: 04/dez/2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1324>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. – 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Antropologia da liberdade**. 1999. Ttradução de Anthropologie de la Liberté, GRASCE Entre Systémique et Complexité, Chemin Faisant Mécanges [cf.] en l'Honneur du Professor Jean-Louis Le Moigne. Paris: Presses Universitaires de France, 1999, págs. 157-170. Disponível em: <http://escoladeredes.net/group/bibliotecaedgarmorin>

\_\_\_\_\_. **Da necessidade de um pensamento complexo**. MARTINS, Francisco Menezes e SILVA, Juremir Machado. (org.) Para navegar no século XXI: Tecnologias do Imaginário e cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia Pequena Historia Crítica*. 21ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

NEVES, Francisco Grangeiro Tavares. **Ação cultural para o desenvolvimento sustentável: trajetórias e percursos na região do Cariri**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER, Juazeiro do Norte, 2013.

NOVAES, Maria Gorete. **Foto-entrevista**, 2014.

OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS. In: SILVA, Jailson de Souza e (Org). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

OJIMA, Ricardo. **As cidades invisíveis: a favela como desafio para urbanização mundial**. In: R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 24, n. 2, p. 345-347, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v24n2/12.pdf> . Acessado 27 de maio de 2013.

PASTERNAK, Suzana. A Favela que virou cidade. In: VALENÇA, Marcio Moraes et al. (org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PATTON, M.Q. **How to use qualitative methods in Evaluation**, Sage Publications, 1987.

POOPER, Karl. **Conjecturas e Refutações**. Traduzido por Bendita Bettercourt. São Paulo: Almedina, 2003.

PRUNTY, Jacinta, Preface. \_\_\_\_\_ **Dublin Slums, 1800 – 1925: A Study in Urban Geography**. *Dublin*, Irish Academic, 1998.

RAYNAUT, Claude, ZANONI, Magda. **La Construction de l'interdisciplinarité en Formation intégrée de l'environnement et du Développement**. Paris:Unesco (Document préparé pour la Réunion sur les Modalités de travail de CHAIRES UNESCO DU DÉVELOPPEMENT DURABLE. Curitiba, 1 - 4 juillát 93 - mimeo), 1993.

RELPH. Eduard, C. **As Bases Fenomenológicas da Geografia**. In: *Geografia*, 4, abril, 1979.

SACHS, Ignacy. **Equitable Development on a Healthy Planet**. The Hague Symposium "Sustainable Development: from concept to Action. Netherlands (mimeo - Systhesis report for discussion), 1991.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI -Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel – Fundap, 1993.

\_\_\_\_\_. Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAGMACS. **Aspectos humanos da favela carioca**. O Estado de São Paulo, suplementos especiais, abril. 1960.

SALVATORE, D. **Microeconomia**. São Paulo: MacGraw-Hill, 1984.

SANDEVILLE JUNIOR, E. '**Paisagem**'. Revista paisagem e ambiente, São Paulo, 2005. n.20, pp. 47-59. Disponível em: <<http://www.http://paisagens.arq.br>>. Acesso em 10 set. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1988.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Francisco José dos. **Foto-entrevista**, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SARTRE, J. P. **A imaginação**. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&M, 2009.

SAUER, Carl Ortwin. The Morphology of landscape. In: LEIGHLY, J. (ed). **Land end Life: a selection from the writings of carl ortwin sauer**. Berkeley: University of California Press, 1983, p. 315 – 350.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Antônio Sergio da, *et al.* **A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 12, v.1, janeiro a junho de 2012, p.22-42.

SILVA, Elisângela Oliveira da. **Entrevista Conversação Informal**, 2014.

SILVA, Jorge Esteves da. **O que é autonomia**. Em:  
<<http://debates.hipernet.ufsc.br/foruns/autonomia/debates/mensagem.srv?n=27&m=75>>.  
Publicado em: 16.10.1995. Acesso em 09 mar.2014.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOBREIRA, Azarias. O patriarca do Juazeiro. 3ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SOUZA. José Nilton de. **Foto-entrevista**, 2014.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2010.

SUNG, Jung Mo. **Sustentabilidade pode ser cruel**. Postado em 13/06/2012. Disponível em <<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/sustentabilidade-pode-sercruel/?utm%20source=newsletter&utm%20medium=email&utm%20campaign=mercadoetico-hoje>>. Acesso em 26 fev. 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1974.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

UEXKÜLL, Jacob Von. **Dos animais e dos Homens**. Lisboa e Edições de Livros do Brasil. 1932.

UNFPA. **State of world population 2007**: unleashing the potential of urban growth. New York: UNFPA, 2007.

UNITED NATIONS UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC SOCIAL AFFAIRS/POPULATION DIVISION. **World Urbanization Prospects**: New York: UN; 2002. (revisão de 2001).

UN-HABITAT, **The challenge of slums. Global report on human settlements 2003**.

VALLADARES, L.P. **A gênese da favela carioca**: a produção anterior às ciências Sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 15, no. 44, p.5-34, 2000.

\_\_\_\_\_. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VAZ, L. F. **Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos** – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 1994, v.24, n.127, p. 581-597.

VEIGA, José Luiz da. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** / José Eli da Veiga & Lia Zatz. Campinas: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VESENTINI, José Wiliam. Educação e ensino de Geografia: instrumento de dominação e/ou de libertação. In: A Geografia na sala de aula. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

WESTPHAL, M. F. **O movimento de municípios saudáveis e a conquista da qualidade de vida.** Ciência e Saúde Coletiva, 5(1): 39-51, 2000.

YIN, Robert. **Case Study Research: Design and Methods.** 2ª Ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1994.

ZAOUAL, H. **Globalização e Diversidade Cultural.** São Paulo. Cortez. 2003.

**ANEXO**

## **Foto-entrevista com moradores do Bairro João Cabral**

**Dia 15 de setembro de 2014**

**ENTREVISTADA: Maria Gorete Novaes (A)**

### **Foto 1 – Avenida Nossa Senhora Aparecida**

Essa rua era no chão de terra. Só depois que Carlos Cruz mandou asfaltar. Agente tinha que colocar umas tabuas para ir para outro lado.

### **Foto 3 – Igreja Nossa Senhora Aparecida**

Essa igreja, quando eu cheguei aqui ela estava reformando. Ela representa muito para o bairro temos perto a gente, não precisa ir para a matriz lá em baixo. Tem meu Padim ciço.

### **Foto 5 – A Praça Do Cc**

Eu me preocupo muito com essa praça. Antigamente ela era no chão. Os meninos do carroça e a União dos Artistas da Terra da Mãe de Deus foram fazer uma apresentação no Rio de Janeiro e tiraram mil e poucos reais para comprar de planta e a partir desse momento agente vem tomando de conta, já vem com oito anos. Varrendo, aguando. Depois a prefeitura passou a nos dá um salário para cuidarmos da praça – eu repartia esse dinheiro com Vera – a praça foi desprezada pelos prefeitos, olhe, a quadra não tinha nada disso; não era coberta nem nada, depois foi que fizeram essa cobertura. Hoje eu e meu marido temos a preocupação de tá aguando as plantas e limpando sem ganhar nada, não vou deixar as plantas morrer. Eu tenha pena das planas, eu tenho prazer, porque a mesma vida da gente é a vida das plantas. Isso é bonito, é uma coisa importante para nós tudo.

### **Foto 7 – Alta Tensão**

Antigamente essa alta tensão vinha por lá. Ali era a favela depois de muito tempo tiraram a alta tensão de lá e colocaram para aqui, na rua Jaime Docil. Eles viviam de baixo da alta tensão, então quer dizer que hoje é nós quem vive de baixo. Eu já morei de baixo da alta tensão, mas tú acredita que eu não dormia de noite preocupada com medo de cair um fio. Depois me acostumei e foi o tempo que nós saímos de lá para vir morar aqui, mas não teve jeito puxaram os fios para aqui.

### **Foto 2 – Rua Odilio Figueiredo**

As ramagens tá bonita. As casas aí eram todas de taipas, caindo. Os terrenos era cana plantada. Depois foram vendendo os pedaços de terrenos; era tudo mato, então foram de vagar vendendo os terrenos e construindo. E agora está aí cheio de casa com pouco chão desocupado. Então melhorou para Juazeiro. Aqui antes era uma favela, o povo tinha medo daqui, e eu não tenho medo não, porque graças a deus todo mundo é amigo da gente. Antigamente, o povo matava e roubava os outros.

**Foto 4– Pio Norões**

Bonita essa imagem. Não identificou.

**Foto 6– Feira Da Troca**

A feira é boa. Tudo tem lá. Uma das coisas que fizeram pelo bairro foi trazer essa feirinha para cá. Fizeram uma coberta para eles, então, teve melhora. Tudo tem nessa feirinha, celular, ferramenta, comida, tudo a toda hora de dia e de noite.

**Foto 8 – Cruzamento Rua José Lopes De Oliveira Com Senhor Do Bonfim**

Isso era para o prefeito colocar aqueles tambor que coloca lixo, porque todo mundo podia colocar seu lixo, e ficava melhor. Eles não estão nem aí. Se fosse assim a gente não via esse lixo todo que tem espatifado. O povo coloca seu lixo em bolsa de plástico e vêm os cachorros e rasgam. Só passa o carro do lixo, segunda, quarta e sexta e por todo o canto fica assim. Quando varro as folhas secas da praça eu queimo porque não tem aonde colocar.

**Dia 15, set, 2014**

**ENTREVISTADO: Francisco José Novaes (B)**

**Foto 1 – Avenida Nossa Senhora Aparecida**

A rua que eu andava mais, antigamente, porque eu ia para o trabalho e sempre passava por ela. Antes era uma grota funda. Não tinha passagem de uma rua para outra; foram colocadas umas tábuas que dava até medo da gente passar, foi que na primeira administração de Carlos Cruz foi feito um canal e aterrou tudo e calçou, mas, quando chove a água arranca tudo.

**Foto 3 – Igreja Nossa Senhora Aparecida**

A igreja é uma honra para nossa comunidade. Não precisamos deslocar para um lugar mais distante. A cultura de tradição sempre é convidada para participar da procissão.

**Foto 5 – A Praça Do CC**

Essa praça aqui tem uma história. Na sede União dos Artistas da Mãe de Deus que agente participava, ela foi palco de muitos trabalhos nossos. Quando fomos ao Rio de Janeiro fazer uma apresentação, tiramos 10% do nosso cache para comprar plantas. Essa praça era toda de terra, só tinha uns pés de eucalipto. Compramos e plantamos, o povo vinha e arrancava, não era gente de fora, eram as pessoas do bairro mesmo, mas agente continuou plantado. Por muitos do bairro essas plantas nem existiam, mas agente continuou, até hoje, cuidando, aguando e limpando para não acabar tudo. Eu passei três anos cuidando sem nunca ir atrás de prefeito nenhum, depois Gorete passou a tomar de conta. Você sabia, a praça só não é mais importante porque as autoridades não olham para cá, ela pertence a todos nós, mas a prefeitura devia colocar guardas para controlar a comunidade. Veja, a quadra está toda quebrada, essa academia também está. Há um descaso do poder público, não tem segurança,



embora, no nosso país não se tem em lugar nenhum, o que eu vejo é que a gente precisa de segurança e saúde.

### **Foto 7 – Alta Tensão**

A alta tensão trouxe vida. A energia tem serventia para tudo. Sem energia e sem água não se vai para lugar nenhum. Nesta área teve a ocupação para moradia; começou porque o pessoal não tinha para onde ir sem ter alternativa de pagar aluguel foram construindo suas casinhas. Não foi correto, mas, não tinha outro jeito. Eu acho que eles não saem mais dali. A minha casa e minha vida é construída distante da cidade, tudo mundo é pobre e não dinheiro para está se locomovendo não. E aqui é entrada e saída do Juazeiro, para onde quiser se deslocar do João Cabral para o centro, Barbalha ou Crato é mais fácil. Aqui é bom. Estou com vinte e um anos morando e vou terminar minha por aqui mesmo.

### **Foto 2 – Rua Odilio Figueiredo**

A vinte e um anos para cá o bairro João Cabral é o bairro mais mal falado no Juazeiro, mas, é o melhor que eu acho. E a esse tempo, não tinha casa, só espinho e jurema. Quando eu passava para trabalhar via só mato, até estranho, uma casinha aqui e outra distante. Meu amigo Damião era quem fazia essas casas com todo tipo de taco de madeira e vendia. Essa rua e outra lá de cima foi fundada por ele. Me ofereceu um terreno e eu recusei. Ele dizia: Chico, compra porque tú não tá vendo nada aqui e nem vê valor mais isso aqui com o passar do tempo vai ser valorizado. Resumindo, não comprei nada e com o passar do tempo olhe aí aonde eu vim ficar? Quase no mesmo canto que ele me ofereceu. E para mim comprar esse rancho aqui já foi no sufoco.

### **Foto 4– Pio Norões (Identificou De Imediato)**

Essa rua precisa de melhoria.

### **Foto 6– Feira Da Troca**

O mercado. Esse mercado é bom para o bairro, só que, falta desejar a muita coisa. Veja, precisa ter mais higiene. Agora, talvez quando mude de gestão pode ser que melhore. Outra coisa, os vendedores pagam muito caro as taxas dos seus barracos e você sabe como é, não é prefeitura que cobra são outras pessoas ... eles são explorados e é o caso deles explorarem agente. A feira de troca trouxe referência para o bairro João Cabral. Antes ela estava de frente do Romeirão, mais não dava certo, era um ninho de pombo.

### **Foto 8 – Cruzamento Rua José Lopes De Oliveira Com Senhor Do Bonfim**

Esse lixo e esse esgoto abertos é horrível, agente convivi porque é o jeito. Lixo traz muito inseto, esgoto a mesma coisa e traz doença trazendo com o passar do tempo problema. Agora, eu não gosto de ver um lado só da moeda, é bom os dois lados. Este problema é no Juazeiro e pertence a todos nós de fazer a limpeza, o esgoto cabe a prefeitura. Mas, de colocar o lixo lá onde está, é do pessoal, que não contribui. Sabe, de todos os lugares que já passei o lugar que eu vejo mais assim, com lixo, é Juazeiro. Moro aqui, gosto daqui, mais é preciso dizer: o

peçoal de Juazeiro é muito mal educado. Tem muitas coisas que são como cururu, é o cabra empurrando e ele voltando, porque, o caba limpava neste instante quando as caçambas davam as costas o peçoal vinha e colocava de novo. E aqui no bairro João Cabral é comum, mais sabe por que é? Porque não tem uma Lei severa, não tem fiscal. Se vissem colocar o lixo aplicavam uma multa, quero ver se colocam mais. A prefeitura deve ter fiscalização ou os donos dos terrenos devem murar ou construir, pois, se não quer construir dê para quem está precisando.

**Dia 16, set, 2014**

**ENTREVISTADO: José Nilton dos Santos (C)**

**Foto 1 – Avenida Nossa Senhora Aparecida**

Eu vejo muito abandono político dos poderosos da cidade, realmente nosso bairro está muito abandonado. Só vem aqui de quatro e quatro anos para pedir voto. É aquela coisa eu vejo a humildade do povo, que tanto faz como tanto fez, o importante é ter um teto pra morar. Num importa se está sem buraco, com a calçada boa; o que importa é ter um teto. E me recorda a num sei quantos anos atrás que antigamente aqui era um buraco e hoje a gente vê um monte de casa. A quarenta anos atrás ninguém queria morar aqui, ninguém. Por que como era umas grotas quando chovia enchia d'água, aí depois foi que o prefeito Salviano começou a fazer o aterramento.

**Foto 3 – Igreja Nossa Senhora Aparecida**

Essa aqui eu me lembro de um bucadinho da minha infância. Quando a gente subia com o reisado. Aqui tinha muita cacimba porque já é a altura das grotas. Tinha muito pé de Eucalipito e o terreno da igreja era de Dona Carmozina que doou para fazer a Igreja. E aqui agente contava uma casa aqui e outra lá no final. Quando dizia a casa do meu compade é bem ali, o caba adava o bairro todinho para chegar a casa do compade. Eu me lembro do tempo de minha infância. A igreja tá bonitinha e até que esse padre tá fazendo alguma coisa. Vou dizer uma coisa: a igreja na comunidade não influi muito não, influi na religião. Eles deveriam fazer um trabalho mais sincero; como todo mundo sabe a igreja católica tem muito dinheiro e também tanto terreno baldio que tinha aqui, se eles quisessem tinham entrado em contato com os poderosos da cidade e pegar uma doação para fazer uma creche ou um grupo de lazer para as crianças brincarem sábado e domingo para evitar a violência que hoje tem no bairro, que a maioria é de menor. A maioria dos violentos que tem nesse bairro são tudo de menor, mas por falta de que, falta de pena, não. Falta de trabalho. Eu sou católico viu, não sou crente não. A verdade tem que ser dita, a igreja não influi muito não.

**Foto 5 – A Praça Do Cc**

A pracinha, a praça do CC. Hoje em 2014 ela tá bonita, mas, desde 1988 os moradores foram desmantelando a praça. Não sabem zelar o que é da pessoa mesmo. As pessoas dizem, mas, isso aqui não é nosso, é do governo, é da cidade. Mas não, não do governo, é nosso. É o dinheiro do nosso imposto, aí você tem na conta de energia, taxa de iluminação, então é

minha, mas o povo não raciocina isso, não cuida quer destruir. E essa praça em 2000 era abandonada. Não tinha nenhum pé de planta dessa aqui. Esses pé de planta quem plantou foi nós no tempo da União dos Artistas da Terra da Mãe de Deus quando o carroça voltou para morar em Juazeiro. Quando a gente voltou no Rio de Janeiro agente foi lá em seu Henrique e compremo mil e setecentos reais de muda. Plantamos, aguamos; eu fiz a encanação a primeira vez. Aí depois que o prefeito Raimundão entrou colocou essas cerâmicas aqui, aí pra você ver essas cerâmicas aqui é do hospital do Santo Inácio quando fizeram a primeira reforma porque nós fizemo uma reivindicação grande com ele porque ou ele fazia ou a gente ia na porta da prefeitura fazer uma reivindicação. Aí ele vieram na carreira e fizeram esse mela-mela deles lá. Essa praça aqui quem tinha que zelar era nós mesmo. Agente colocou na cabeça que nós tinha que fazer alguma coisa por nós mesmo. É a única praça que a gente tem n o bairro. Se contar é a única que tem quadra. É o João Cabral, para sempre CC.

### **Foto 7 – Alta Tensão**

Eita!!!! aqui é a chamada alta tensão, debaixo da rede, vivendo debaixo da rede. Eu me lembro de muita coisa. Para você como a pobreza do nosso bairro é grande, mas pobreza, não é problema não, o que é problema é o abandono do nosso bairro. Aquele que os políticos faz com nós. Entende, porque ser pobre não é problema não, pelo contrário, agente é feliz. Agente entra ali e ninguém roba você, não precisa ter segurança do seu lado. Para você ver o abandono, uma foto dessas aqui era para estar na internet com o título: “OLHA O ABANDONO”. Porque de quatro em quatro anos eles vivem prometendo as coisas. Mas, de um lado eu coloco culpa nos poderosos e da outra na comunidade. Porque custava pegar o saco de lixo e ajuntar para o dia que carro passa. Eu só coloco o lixo no dia. Pode entrar o prefeito que for em juazeiro que não limpa a cidade, porque o povo de Juazeiro não tem essa educação de catar seu lixo e colocar num canto.

### **Foto 2 – Rua Odilio Figueiredo**

A decida. Eu lembro quando a união começou. O reisado vinha descendo lá de ciam da ladeira. Umas fotos dessas deveriam estar na mão do povo para mostrar para os políticos quando eles passassem na porta para dizer: “oh! O que vocês estão fazendo. Vocês vêm daqui a quantos anos.” Aqui cresceu muito, veja, as casas perto uma da outra. Antes agente via uma casa daqui a um quilômetro. Hoje, tudo tomou de conta desde quando a Socil começou a lotear tudo. Porque aqui era uma grande fazenda. Aqui mudou muita coisa. O bairro cresceu, e só cresceu, porque em riqueza não mudou em nada. Aí eu digo pro povo: “eu moro no bairro João Cabral, eu soou baixa renda”.

### **Foto 4– Pio Norões**

Nessa foto eu vejo mais coisa ainda, serviço mal acabado. Uma rua asphaltada e outra metade só na areia. Uma situação feia aqui no nosso bairro. Aí para você ver do outro lado, lá no fundo da foto, Juazeiro mais belo. As pessoas batem uma foto de cima e mostra o que é bonito, mas bate uma foto daqui debaixo para você ver a situação mesmo, a realidade. Aí você a cara dessa gente, todo mundo sofrido. Aí a negrada diz: ah, é vagabundo, mas vocês não deram oportunidade na vida dessa gente. Agora dê oportunidade ao cara.

### **Foto 6– Feira Da Troca**

Olha a mudança. Antes era uma pracinha e o prefeito Santana fez um galpão para trazer a feirinha de troca. Nosso bairro virou um comercio. É daqui que os pais de família tiram o sustento. Pegam uma bicicleta velha e vai trocando em uma coisa e acaba vendendo por outra, e assim vai passando o dia-a-dia e vivendo. A feirinha trouxe desenvolvimento. Muita gente começou a tirar o sustento daqui, por exemplo, do lado da garagem da pernambucana a mulher colocou um quioste. Hoje ela vende muita merenda do antes, vendendo caldo direto. Ela faz duas panelas de caldo e seca, antigamente, era só uma e nem secava.

### **Foto 8 – Cruzamento Rua José Lopes De Oliveira Com Senhor Do Bonfim**

Aqui é aonde o ônibus João Cabral faz a curva. Veja, como nós da comunidade, nós não, as pessoas, porque eu tenho essa educação ambiental. Você o bairro crescendo e a sujeira continua. Esse é o bairro João Cabral que antigamente se chamava bairro da Liberdade. Quando eu vejo essa foto me dá uma tristeza. O descaso nesse lugar é do poder público, olha aqui o saneamento, os esgotos abertos, a lama. E da comunidade, olha o lixo! Num tem o dia certo de passar o carro do lixo, segunda, quarta e sexta. O que custa você ajuntar no quintal e de manhã colocar fora? Nesse caso, o prefeito num tem culpa por causa dessa sujeira não!!! Para uma cidade melhorar tem em primeiro lugar que melhorar o poder público e segundo a comunidade tendo um pouco mais de educação e não rebolar lixo na rua e esperar a hora certa de colocar o lixo em um canto, e saber separar o lixo o que é descartável do que não presta. Assim, como a cidade toda, porque tem pessoas que vive daquilo, pois é melhor ela catar o lixo reciclável do que ela está matando ou roubando.. Pois isso eu sempre digo: “o quê agente pode fazer por nós mesmo? Se eu tivesse dinheiro eu mandava fazer essa encanação aqui. Num é só passar asfalto não, porque asfalto num quer dizer melhora nada, faz é piorar a cidade. Esquenta e aumenta a violência dos carros passar. O certo é asfaltar com pedra paralela, ou, de outro jeito. Asfalto é um meio de desvio de dinheiro. Asfaltar o bairro João Cabral tem gente que diz ser uma grande coisa. Aquela subida do Horto é toda de pedra paralela e ainda hoje dura. Você vai ali em Barbalha na rua do rosário é pedra paralela rejuntada com cimento. Os prefeito queria asfalto, mas o povo não deixou. Aqui, as pessoas são boca aberta, aceitam tudo.

### **ENTREVISTADO: Francisco José dos Santos (D)**

#### **Foto 1 – Avenida Nossa Senhora Aparecida**

Esta foto tá moderna, porque quando a gente veio morar aqui, as casas eram todas de barro coberta, alguns de telhas e outras de barro, e aqui já tem asfalto. A rua da Grota , infelizmente nós temos essa discriminação que ainda continua no bairro, em qualquer lugar que a gente conversa com outras pessoas e na hora que a gente diz que mora no João Cabral, elas dizem: “na rua da grota!”. Os noticiários, as reportagem, fazem com que as pessoas só vejam o lado negativo do bairro. Mas tem muito cidadão aqui. Agora por muito tempo foi reconhecido como uma favela. Hoje, é que está ficando mais um pouco civilizado. Para você ver, ontem conversando com compadre Zé, ele disse que comentando coma outra pessoa lá no Horto que

queria vender uma casinha no lugar que morava, o homem perguntou: onde você mora? No bairro João Cabral. O homem disse: pelo amor de Deus, não quero nem conversa! A gente tem essa barreira. Mais aqui é um bairro de cidadão e merece ser respeitado. No meu ponto de vista daqui a uns dez anos vai ser um dos melhores bairro do Juazeiro, depende dos moradores. Porque não devemos esperar só do prefeito ou de qualquer outra autoridade. Vou lhe dar um exemplo: em Belo Horizonte que se você for andando em uma praça daquela e for chupando um picolé e jogar o palito no chão, o cidadão de lá apanha o palito e coloca na lixeira na sua frente sem dizer nada. Cidade limpa e bairro limpo vai depender de cada morador.

### **Foto 3 – Igreja Nossa Senhora Aparecida**

Nossa Igreja. Depois que ela veio trouxe benefícios. Tem muita gente que não vão a igreja e, dessa maneira, não temem a Deus, então, quando se trata de um ato de violência muita gente está envolvido. Os candidatos falam em resolver a violência que é uma coisa absurda. A igreja é muito importante, eu ajudei a construir e fiz o que pude, um pouco mais fiz. Me sinto um beijo flor, fazendo um pouco.

### **Foto 5 – A Praça Do Cc**

Na Praça do CC tinha um projeto chamado irmãozinho para cuidar das crianças com alimentação e atendimento médico. Daí surgiu o posto de saúde, que a gente espera melhorar o atendimento, porque muitas vezes a gente vai fazer a consulta e falta o remédio. Tem os vândalos, mas, a praça CC é importante para o bairro.

### **Foto 7 – Alta Tensão**

Assistir quando tudo era no escuro neste bairro, depois chegou energia em todo bairro. Nesta área da subestação é problema pela invasão que houve, mais a maioria das pessoas que foram morar lá não tinha o conhecimento do perigo da alta tensão. Construam barracos e vinham as autoridades e retiravam. No outro dia já estavam todos lá novamente, parece que eles venceram as autoridades. Devido isto, uma área que deveria está isolada por estudos feitos pelos engenheiros da energia precisou ser removida para outro lugar, ou seja, eu que não ocupei a área da invasão moro debaixo dela porque estenderam para esse lado de cá.

### **Foto 2 – Rua Odilio Figueiredo**

Esta foto foi área. As árvores estão cobrindo o que falta ser feito no bairro, saneamento, pavimentação tem muito que fazer. Por sinal, aqui era só mato a uns 33 anos para trás. Esse bairro cresceu de uma maneira tão rápida. Agente ia à Socil e voltava marcando o terreno com estaca, sem nenhum alinhamento. Quando a prefeitura mandou passar a máquina planando as rua, os tratores tinham que passar na forma que as casas já estavam construídas porque não podiam derribar aas casas.

### **Foto 4– Pio Norões**

Esta rua está uma parte pavimentada e outra não, mas falta saneamento.

**Foto 6– Feira Da Troca**

Um camelô, vendedor ambulante em nossa feira. As pessoas ficavam reclamando como andava o espaço da feira, e eu acho que não anda mal, ela é coberta como uma quadra esportiva, livre do sol e da chuva. Trouxe coisa boa. Qualquer pai de família que está sem nenhuma atividade pode ir para lá e vender qualquer coisa, porque lá é igual o coração de mãe, sempre cabe mais um. A feira trouxe muito progresso para o bairro, mais ainda tem muito para fazer, porque para ela melhorar precisava as autoridades deviam providenciar uma rota de ônibus que tivesse parada na feira melhorando o acesso para quem não é do bairro e quisesse vir negociar. As rotas trazem mais progresso

**Foto 8 – Cruzamento Rua José Lopes De Oliveira Com Senhor Do Bonfim**

Uma rampa de lixo. Eita! infelizmente isso sempre acontece e muitas vezes esse lixo passa muito tempo e ninguém sabe a quantidade de barata e rato que sai ficando a mercê de tudo, é uma pena, e parece que isso tá distante de acabar, porque o povo tem que se conscientizar. Ali tinha um monte de entulho, veio a prefeitura mandou tirar, e pode olhar que já está lixo de novo. Pode ser que isto mude, se um dia as pessoas se conscientizarem. Elas não sabem que fazem uma armadilha para elas mesmo. Se eu jogar o lixo em sua porta, não estou levando um problema só para você, de lá pra cá tem o retorno.